



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DA TRADUÇÃO**

**SOLANGE DIAS RIBEIRO**

**TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS: AVANÇOS E  
RETROCESSOS NA MEDIAÇÃO ENTRE SURDO, INTÉRPRETE E  
PROFESSOR NUMA ANÁLISE EDUCACIONAL**

**FORTALEZA**

**2024**

SOLANGE DIAS RIBEIRO

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS: AVANÇOS E  
RETROCESSOS NA MEDIAÇÃO ENTRE SURDO, INTÉRPRETE E PROFESSOR  
NUMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Processos de retextualização.

Orientadora Profa. Dra. Kátia Lucy Pinheiro  
Coorientador Prof. Dr. Walter Carlos Costa

FORTALEZA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas  
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

- R372t Ribeiro, Solange Dias.  
Tradução e Interpretação em Língua de Sinais: avanços e retrocessos na mediação entre surdo, intérprete e professor numa análise educacional / Solange Dias Ribeiro. – 2024.  
96 f.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução, Fortaleza, 2024.  
Orientação: Prof. Dr. Kátia Lucy Pinheiro.  
Coorientação: Prof. Dr. Walter Carlos Costa.
1. Estudos da Tradução. 2. Intérprete de Libras. 3. Surdo. 4. Professor. 5. Mediação. I. Título.  
CDD 418.02
-

SOLANGE DIAS RIBEIRO

TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO EM LÍNGUA DE SINAIS: AVANÇOS E  
RETROCESSOS NA MEDIAÇÃO ENTRE SURDO, INTÉRPRETE E PROFESSOR  
NUMA PERSPECTIVA EDUCACIONAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Tradução da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Estudos da Tradução. Área de concentração: Processos de retextualização.

Orientadora Profa. Dra. Kátia Lucy Pinheiro  
Coorientador Prof. Dr. Walter Carlos Costa

Aprovada em: 15/ 02/ 2024.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Araujo Vieira  
Universidade Federal do Ceará (UFC)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Patrícia Tuxi  
Universidade Federal do Brasília (UNB)

---

Prof.<sup>a</sup>. Dra. Dirce Waltrick do Amarante  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Dedico esse trabalho a Jeová Deus, à minha vó  
(in memoriam) e a minha filha...

## **AGRADECIMENTOS**

A Jeová Deus, ‘meu refúgio e minha fortaleza’, que sempre me guiou pela mão, sempre estive comigo, mesmo quando eu achava que não estava. ‘A ti toda honra e toda glória!’.

A minha amada filha Luana, minha companheira de vida. Nos dias de luta você esteve sempre comigo, por isso, os dias de glória também são seus.

A minha mãe Aparecida e ao meu padrasto Jaulde, que sempre me ajudaram.

Ao meu querido marido Francisco, por sua demonstração de apoio nas horas que necessitei.

Aos colegas da POET da Universidade Federal do Ceará, em especial a querida Nádia, que me convidou e me incentivou a participar do programa.

A surdos por estarem presentes nos momentos mais marcantes da minha trajetória acadêmica e profissional.

A minha querida Orientadora Professora Dra. Kátia Lucy Pinheiro, que aceitou esse desafio comigo, obrigada pelo aprendizado, pela atenção, pelas sugestões e pela sua experiência profissional.

Ao grande mestre, meu querido Coorientador Professor Dr. Walter Carlos Costa, pelo seu acompanhamento neste trabalho, pela sua experiência profissional, pela sua compreensão, pela sua atenção, pela sua gentileza, obrigada por ter acreditado em mim desde o começo, obrigada pela oportunidade de aprender com você.

A interpretação para mim é como entrar em uma montanha russa de emoções e sair com aquela vontade de voltar para a fila e viver aquele turbilhão todo novamente. (RAQUEL ILHA, 2022).

## RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo principal investigar os avanços e retrocessos da profissão de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Educacional (TILSE): como se deu e tem se dado a interação entre surdo, intérprete e professor, quais as dificuldades e desafios no ambiente educacional, como tem sido essa relação de interação desde a regulamentação do Decreto nº 5.626/05, desde o status assistencialista e de voluntariado da atuação dos TILSE até a regulamentação da profissão com a Lei nº 12.319/10, com a demanda cada vez mais crescente desse profissional em especial no ambiente educacional. A presente pesquisa fará uma análise de artigos que tratam da atuação do tradutor intérprete de Libras, com foco no contexto educacional, dentro de um recorte de tempo sobre a atuação do TILSE no ensino presencial e sua atuação no ensino remoto como consequência da pandemia da COVID-19, como se deu o processo nessas duas modalidades de ensino, fazendo um paralelo entre elas. O ensino presencial é o modelo tradicional mais frequente, no qual o professor, intérprete e aluno surdo figuram no mesmo espaço físico. O ambiente educacional e todas as atividades são tratadas presencialmente; por muito tempo, esse foi o principal modelo de ensino; porém, há muitos desafios a serem considerados, mesmo nessa modalidade. Esse estudo tem como objetivo principal analisar, através dos artigos pesquisados, a interação entre surdos, intérpretes e professores no Ensino Presencial e no Ensino Remoto no processo de ensino-aprendizagem. A metodologia usada foi a qualitativa, com enfoque na análise de ambiente natural por meio de análise bibliográfica realizada com artigos sobre o tema em um recorte de tempo entre os anos de 2005 e 2022. Assim, foram utilizados como instrumentos metodológicos o levantamento bibliográfico, a princípio foi feita uma busca de dissertações e artigos das várias áreas de atuação desse profissional, com o amadurecimento da pesquisa, o foco passou a ser a atuação do Tradutor Intérprete de Libras Educacional. Os artigos selecionados foram os temas que abordam o intérprete educacional, os critérios para a seleção foram aqueles artigos dos principais programas de pós-graduação, e mais bem avaliados pela CAPES. Com as análises torna-se evidente que os dados levantados, precisam ser considerados nas discussões sobre a educação dos surdos e das condições e qualidade do trabalho dos tradutores intérpretes de Libras, pois esses profissionais fazem parte da política nacional dos Estudos Surdos.

**Palavras-chave:** estudos da tradução; Intérprete Educacional; professor; surdos; Libras.

## **ABSTRACT**

This research's main objective is to investigate the advances and setbacks of the profession of Educational Sign Language Interpreter Translator (TILSE): how the interaction between deaf people, interpreters and teachers took place, what are the difficulties and challenges in the educational environment, what this interaction relationship has been like since the regulation of Decree No. 5,626/05, from the welfare and volunteer status of TILSE's activities to the regulation of the profession with Law No. 12,319/10, with the increasingly growing demand for this professional, especially in the educational environment. This research will analyze articles that deal with the role of Libras interpreter translators, focusing on the educational context, within a time frame on TILSE's role in face-to-face teaching and its role in remote teaching because of the COVID-19 pandemic, how the process took place in these two teaching modalities, drawing a parallel between them. In-person teaching is the most common traditional model, in which the teacher, interpreter and deaf student are in the same physical space. The educational environment and all activities are handled in person; for a long time, this was the main teaching model; however, there are many challenges to be considered, even in this modality. In remote teaching, everyone is in a different place and the interaction takes place at a distance. It is important to understand how teachers, deaf students and interpreters dealt with the difficulties of this new reality and what teaching strategies were used. This study's main objective is to analyze, through the articles researched, the interaction between deaf people, interpreters, and teachers in in-person Education and Remote Education in the teaching-learning process. The methodology used was qualitative, focusing on the analysis of the natural environment through bibliographic analysis carried out with articles on the topic in a period between 2005 and 2022. Thus, the bibliographical survey was used as methodological instruments, initially a search was made for dissertations and articles from the various areas of activity of this professional, as the research matured, the focus became the role of the Libras Educational Interpreter Translator. The articles selected were the themes that address the educational interpreter, the criteria for selection were those articles from the main postgraduate programs, and best evaluated by CAPES. With the analyzes it becomes evident that the data collected needs to be considered in discussions about the education of the deaf and the quality of the work of Libras translators and interpreters, as these professionals are part of the national policy on Deaf Studies.

**Keywords:** translation studies; Educational Interpreter; teacher; Deaf; Brazilian Sign Language.

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 – Seleção de termos estratégicos .....	40
Tabela 2 – Produções acadêmicos entre artigos sobre TILS, professor e aluno (presencial)	43
Tabela 3 – Produções acadêmicos entre artigos sobre TILS, professor e aluno (remoto).....	71

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAEE	Centros de Atendimento Educacional Especializado
CAS	Centros de Capacitação de a Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez
ERE	Ensino Remoto Emergencial
FEBRAPIL	Federação Nacional, Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
IE	Intérprete educacional
INES	Instituto Nacional de Estudos Surdos
IES	Instituição de Ensino Superior
PROLIBRAS	Exame Nacional para Certificação no Ensino da Língua Brasileira de Sinais e na Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras
ILS	Intérprete em Língua de Sinais
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MEC	Ministério da Educação
PEE	Programa de Educação Especial
SEED	Secretária Estadual do Estado do Paraná
TILS	Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais
TILSE	Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Educacional
TILSP	Tradutora Intérprete de Língua de Sinais e Português
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
Unioeste	Universidade Estadual do Oeste do Paraná
WASLI	World Association of Sign Language Interpreters

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>1.1</b>	<b>Objetivos Gerais .....</b>	<b>23</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos Específicos .....</b>	<b>23</b>
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>25</b>
<b>3</b>	<b>O INTÉRPRETE EDUCACIONAL.....</b>	<b>34</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>39</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE DADOS.....</b>	<b>43</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>92</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais (TILS)<sup>1</sup> em dois momentos: ensino presencial e ensino remoto. No ensino presencial, desde o ano de 2005, a profissão ainda não era regulamentada e para Aguiar (2006, p. 80), os intérpretes tinham um status assistencialista e de voluntariado e eram pessoas que conviviam socialmente com os surdos; era assim que aprendiam a Língua de Sinais. É importante conceituar que mesmo reconhecendo a existência do Tradutor Intérprete de Língua de Sinais, o foco da pesquisa recai sobre o Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Educacional (TILSE)<sup>2</sup> que atua no ambiente de ensino, também conhecido como Intérprete Educacional (IE)<sup>3</sup> (expressão utilizado para designar o tradutor intérprete específico do ambiente educacional).

Com o tempo, a necessidade desse profissional tornou-se cada vez mais crescente, em especial no ambiente educacional. Sendo assim, junto a essa demanda, vieram os desafios e as dificuldades enfrentadas na atuação dos TILSE e/ou IE na mediação do processo de ensino-aprendizagem em sala de aula com alunos surdos. Nesse ínterim, surgem alguns questionamentos: como se dá o trabalho de mediação entre surdo, intérprete e professor? Como lidar com os desafios? O que a experiência nos mostra? Quais as conquistas adquiridas ao longo do tempo? No ensino remoto, com a pandemia da COVID-19, como ficou o trabalho dos TILS? Como lidou com os vários conteúdos e temas na tradução e interpretação no ensino remoto? Quais os avanços e aprendizados alcançados até aqui e o que ainda há para avançar?

Com a inserção dos estudantes surdos no ensino regular, novas necessidades surgiram, no caso dos surdos, foi requerido apoio específico, tecnológico e humano. Nesse apoio humano, é que entra o Intérprete Educacional e o Surdo passa a receber os conteúdos na sua língua. No entanto, a presença do Intérprete em sala de aula levanta outras questões. Para Lacerda e Poletti (2004, p. 03), o Intérprete em sala de aula assume várias funções como: ensinar a língua de sinais aos surdos que não têm domínio da língua; atender demandas pessoais do aluno (como o cuidado com o aparelho auditivo); orientar o aluno no seu comportamento; sanar as dificuldades de aprendizagem do aluno, essas funções vão muito além do seu papel de Intérprete, o que o coloca numa posição de educador.

No ambiente em que muitos TILSE tradutores e intérpretes de Libras estão inseridos, em especial, no contexto educacional, muitas vezes, a formação desses profissionais

---

<sup>1</sup> A partir daqui o termo TILS será utilizado para designar Tradutor Intérprete de Língua de Sinais.

<sup>2</sup> A expressão TILSE será utilizada para se referir ao Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Educacional.

<sup>3</sup> A partir deste momento, será utilizada a expressão IE para designar Intérprete Educacional.

ainda é carente, falta uma formação efetiva e continuada, o que pode vir a comprometer o trabalho de interpretação, resultando na falta de domínio da Libras, conseqüentemente, resultando, não raro, em conteúdos distorcidos, certamente, um problema a ser discutido. Em sua pesquisa, Lacerda e Poletti (2004, p. 03) afirmam que vários surdos não entendem boa parte do que o Intérprete traduz, e, se uma situação como essa não é avaliada por ninguém, os problemas escolares são atribuídos às dificuldades de aprendizagem do estudante surdo. Portanto, é importante que haja formação e capacitação de Intérpretes Educacionais, ainda que a falta desses profissionais também seja um fator agravante.

Sabe-se que, há anos, os TILSE vêm exercendo suas atividades profissionais na educação e em outros espaços da sociedade, mas foi a partir do Decreto nº 5.626/05 que a profissão de intérprete passa a ser pensada com maior veemência e que se vê maior necessidade de formação para essa nova área, especialmente para o atendimento na esfera educacional. Posteriormente, a profissão de Tradutor Intérprete de Língua de Sinais Educacional (TILSE) foi regulamentada pela Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, o que representou uma grande conquista, fomentando também uma rede de construção de um saber sistematizado e específico.

Para o intérprete educacional, na sua atuação nos níveis de ensino iniciais, muitas vezes o pouco domínio da Libras pelo aluno surdo e a falta de conhecimento da própria situação de interpretação, demandam do intérprete desdobramentos em sua atuação. Nesse sentido, a questão dos conteúdos a serem trabalhados se torna muito mais complexa e o distanciamento dos professores.

A partir do exposto, torna-se evidente que a formação do TILSE merece atenção, porém, refletir sobre a interpretação educacional requer um aprofundamento no entendimento do conceito de interação que, para Bakhtin (2009, p. 147), é a própria concepção de linguagem. Segundo Rosa (2008, p. 161), interpretar não é transportar significados estáveis do Português para a Língua de Sinais ou vice-versa; constitui um ato de (re)criação, porque, para a autora, o interpretar “não está desvinculado da trajetória pessoal do intérprete; tampouco suas escolhas por determinados sinais durante o ato interpretativo estão desligadas de suas ideologias ou teorias, principalmente no que diz respeito à pessoa surda”.

Para Rodrigues (2002, p. 25), o processo de tradução referencia as experiências linguísticas e tradutórias que os tradutores acumulam no exercício da profissão, tendo muita influência no modo como eles traduzem; isso mostra que os tradutores não são seres passivos durante o processo da tradução. O autor destaca que as estratégias tradutórias utilizadas em um mesmo grupo de profissionais podem ser diferentes, em especial, em diferentes espaços de tempo, o que significa que, para cada tradutor, de acordo com o contexto e todos os sentidos

que ele carrega, enunciados diferentes são construídos.

Fazendo um parêntese mais aprofundado sobre competência tradutória o Grupo PACTE (2021, p.41) destaca que a competência tradutória envolve conhecimentos, habilidades e atitudes, envolve também outras competências, por exemplo, a competência comunicativa nas duas línguas, a competência extralinguística, a competência de transferência competência estratégica, competências que constituem a atuação geral do tradutor. Portanto, do TILSE, se exige conhecimentos específicos, para além da fluência nas línguas que trabalha. A interpretação bem-sucedida requer também a compreensão da dimensão multilíngue-multicultural do contexto a interpretar.

Portanto, pode-se inferir que, na área da interpretação educacional, a interação do aluno surdo com o intérprete e com os demais se dá em um ponto de partida na intersubjetividade das relações para a produção discursiva. A responsabilidade pela educação do aluno surdo é de toda a escola, é necessário que haja parceria e uma atitude colaborativa de todos envolvidos nesse processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Lacerda (2010, p. 166), na perspectiva da educação bilíngue, o surdo não deve ser visto como pessoa com deficiência, mas um indivíduo que vive na fronteira de duas línguas, no caso do Brasil, Libras-Português. Nesse contexto, o Intérprete Educacional é o mediador do conhecimento no contexto escolar, mas não deveria ser o único agente da inclusão; esse papel deveria ser dividido por todos os envolvidos: a instituição de ensino, a escola, a família e a sociedade.

No processo de ensino-aprendizagem, a comunicação entre surdo, Intérprete e professor se mostra importante, quando há comunicação, a possibilidade de o estudante surdo se preparar para a aula, recebendo com antecedência o material para estudo pessoal, provavelmente, as aulas poderão ser mais compreensíveis e o aprendizado mais satisfatório. Entre o professor e o Intérprete, é importante que haja diálogo, para que ambos possam trabalhar em conjunto em busca de resultados exitosos. Vale ressaltar que, para o estudante surdo, o conhecimento da sua primeira língua (L1), a Libras, é o acesso para seu aprendizado além do conhecimento do Português escrito, sua segunda língua (L2). À vista disso, a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (2008) foi um marco importante para que o número de matrículas dos estudantes público-alvo da Educação Especial aumentasse nas escolas comuns. Atualmente, conta-se com o número expressivo de 88,1% das crianças matriculadas nas escolas inclusivas, objetivando que esse número chegue a 100%. Afinal, esse é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988, e, assim, os estudantes surdos poderão estudar onde frequentam seus irmãos, primos e vizinhos.

Nesse sentido, o objeto de investigação deste estudo é o contexto do Ensino presencial e do Ensino remoto e a Interação surdo, professor e Intérprete Educacional, analisando o processo e a dinâmica de aprendizado no ensino presencial e no ensino remoto dos estudantes surdos e se eles têm tido êxito. Investiga-se, também, como o trabalho, que foi e é desenvolvido pelo Intérprete e pelo professor, contribuiu para que o estudante tenha tido uma compreensão mais aproximada possível do conteúdo, observando o seu rendimento e o tempo para alcançar os objetivos propostos pelas disciplinas, além de verificar até onde o intérprete pode ir, para não esbarrar no trabalho do professor, visto que ensinar não é atribuição do Intérprete.

No Ensino Presencial, no recorte de tempo proposto nesta pesquisa, foi realizado um levantamento bibliográfico de artigos científicos escritos entre os anos de 2005 e 2022 sobre a mediação do Surdo, Intérprete e Professor. Há muito para se analisar desde que o Intérprete passou a ser presença obrigatória na sala de aula. No Ensino Remoto, o mesmo levantamento de artigos científicos foi entre os anos de 2020 a 2022, as pesquisas são mais recentes e são poucas, devido à Pandemia da COVID-19 que acarretou essa modalidade de ensino, ser tão contemporânea para nós.

No ensino remoto, viveu-se um grande marco na história da educação e, conseqüentemente, da Inclusão. Depois desse “apagão educacional” que toda a sociedade sofreu, resultado das medidas emergenciais da pandemia da Covid-19 que tiveram grande impacto na educação, o ensino remoto alterou a forma de ver a tecnologia e usá-la a nosso favor em um momento histórico doloroso e de muito aprendizado. No ano de 2020, a sociedade se viu acometida por um vírus que se espalhou rapidamente entre a população mundial. Esse cenário de crise acentuou as desigualdades sociais e econômicas da população. Na educação, a disparidade mostrou-se especialmente no ensino remoto, que necessitava de recursos tecnológicos. Além de problemas sociais e econômicos, no caso de estudantes surdos, é preciso levar em conta as diferenças linguísticas. A relação comunicativa do aluno surdo é duplamente agravada, pois, muitas vezes, ele é o único falante de Libras do seu círculo familiar. Dessa forma, o distanciamento social possivelmente tornou-se um isolamento linguístico para esse aluno.

No cenário epidemiológico em que o Brasil se encontrou no ano de 2020, a implantação do ensino remoto surge como medida emergencial para minimizar os atrasos nas aulas e no ano letivo. Nesse contexto da educação dos surdos no ensino remoto, percebeu-se a necessidade de debates contínuos acerca dessa temática, a fim de discutir sobre essa nova ferramenta de ensino para as pessoas com surdez, pois o novo sistema adotado exigiu novas

condições, como as ferramentas tecnológicas e o conhecimento e as habilidades de manuseio dessas ferramentas. Nesse momento, surgiram outras condições, como as socioeconômicas, linguísticas, físicas e cognitivas de cada aluno, resultando em exclusão de muitos alunos; todos esses fatores são importantes para o processo de ensino-aprendizagem. No ensino remoto, cada um está em um lugar diferente e a interação acontece a distância, anseia-se compreender como os professores, estudantes surdos e intérpretes lidaram com as dificuldades dessa nova realidade e quais estratégias de ensino foram utilizadas.

Sobre o contexto da realidade da educação de surdos, Freire (2022, p.40) afirma que os indivíduos possuem anseio de liberdade, de justiça e de luta pela recuperação de uma humanidade que não foi roubada, mas que nunca lhes foi dada. A educação humana e libertadora caracteriza-se pela pedagogia dos homens que lutam constantemente por mudança, pelo que tem que ser feito, através da reflexão sobre a opressão e suas causas, somente assim é possível uma ação transformadora.

Freire (2022, p. 42) ainda assevera que a verdadeira generosidade está em lutar para que cada vez mais homens e povos se estendam menos pedindo súplicas e se tornem mãos humanas que trabalhem e transformem o mundo, esse ensino e aprendizado tem de partir dos oprimidos, lutando pela sua humanidade. A história dos surdos mostra as dificuldades que eles tiveram que enfrentar, e ainda enfrentam, em prol de uma educação libertadora, quando o oprimido descobre o opressor e se compromete na luta pela sua liberdade como resultado da conscientização. Certamente, a relação de opressores e oprimidos retratada por Paulo Freire mostra qual a posição que os surdos têm ocupado nesse cenário: o de oprimidos. Lutam contra a realidade de um sistema que prega a inclusão, mas, que muitas vezes, os excluem.

Nesse contexto da educação dos surdos, não raro, sem ter o conhecimento e o domínio das línguas de sinais, práticas pedagógicas descontextualizadas da realidade dos surdos se perpetuam, repercutindo de forma negativa na formação e identidade linguística da pessoa com surdez. Segundo a Política nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) a educação bilíngue ajuda no desenvolvimento do ensino escolar. Pois, não se apropriando nem da Libras sua L1 (primeira língua) e muito menos da Língua Portuguesa L2 (segunda língua), a aquisição do português escrito se dá de maneira fragmentada, pois o acesso aos conhecimentos científicos acontece, especialmente, pela capacidade linguística desenvolvida pelo aluno, seja ele surdo ou ouvinte.

Nesse contexto, é válido mencionar a pesquisa de Aguiar (2006) realizada em sua dissertação de mestrado cujo título é *Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades*. Isso se deve pois o trabalho de Aguiar (2006) muito contribui para que

seja possível entender como se deu o processo da consolidação do tradutor intérprete de Libras como profissão, os caminhos percorridos por esses profissionais e suas trajetórias para chegar até aqui, embora haja muito o que se fazer ainda, me identifico em muitas falas da pesquisa, pela experiência como Intérprete em Língua de Sinais (ILS). Aguiar (2006, p.58) trata em sua pesquisa como ocorreu o início do trabalho do intérprete de língua de sinais (ILS), em meados da década de oitenta, quando a própria autora iniciou sua atuação na área. Em seu estudo, a pesquisadora enfocou o status do trabalho do ILS com as seguintes abordagens: o cunho assistencialista, religioso, voluntário; a formação precária; e a busca pela profissionalização. Diante disso, tornou-se possível entender as múltiplas identidades em que o intérprete transita por serem mediadores linguísticos e culturais.

Na pesquisa Aguiar (2006, p. 17), a estudiosa explica o porquê do tema, os seus anseios pessoais e profissionais, a construção da sua trajetória, essas inquietações que a levaram a buscar compreender o processo envolvido na profissão dos TILS até chegar ao objeto da pesquisa, podendo assim contribuir com sua experiência e incentivar mais buscas por conhecimento nessa área, que até então era tão escasso. No ano em que essa pesquisa foi realizada, a autora era Intérprete de Língua de Sinais na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Ela relata que sua formação profissional vem de um contexto informal, isso lhe causava incômodo, principalmente, pela falta de um suporte formal para seu desempenho profissional. Os intérpretes relatados por ela, em sua maioria, tinham que lidar com essa realidade, dessa forma, percebe-se que a necessidade do intérprete passa a se estender para o nível superior, tornando o caminho profissional do intérprete ainda mais desafiador, um trabalho regado a complexidades, esforços, desafios, dificuldades e oscilações de autoestima. Toda essa dificuldade serviu para impulsionar a autora a buscar o aperfeiçoamento do seu trabalho através de estudos e pesquisas desenvolvidos na área da interpretação em diálogo constante com colegas da área para melhoria dos trabalhos realizados.

Na minha atuação como Tradutora e Intérprete de Libras no Campus Goiás da UFG, a interpretação é feita tanto em eventos presenciais como em eventos remotos, vindo este último trazer um novo olhar na forma de aprender e ensinar. O ensino presencial e a atuação do intérprete no ambiente educacional, tanto na sala de aula, quanto em eventos fora dela, era uma prática diária, e já estávamos habituados com ela; porém, muitos são os desafios e as dificuldades dessa nova realidade postos no dia a dia. O ensino remoto foi desafiante aos intérpretes, pois nunca o trabalho do intérprete foi tão exposto e teve tanta visibilidade, aumentando a responsabilidade para garantir uma interpretação de qualidade para a comunidade surda, com a tendência de limitar o mercado para profissionais que não se dedicam ou para os

não profissionais. Para mim, é motivo de satisfação e orgulho fazer parte deste processo de mudanças.

Dessa forma, esta pesquisa tem por objetivo fazer um levantamento bibliográfico de artigos científicos e analisar como se dá a interação surdo, intérprete e professor no ambiente educacional. A perspectiva adotada para o desenvolvimento dessa pesquisa foi a de cunho qualitativo, pois, com ela, é possível identificar os dados coletados nos artigos em um recorte desde 2005 a 2022, visando a relação professor-intérprete-estudantes surdos ocorrido ao longo desses anos, incluindo o período antes, durante e depois da pandemia. Esse olhar se faz importante pois cada parte envolvida no processo está em um lugar diferente e a interação acontece a distância, e esses fatores constituem um desafio para os envolvidos – professores, estudantes surdos e intérpretes – e como esses lidaram com as dificuldades dessa nova realidade para continuar a ter êxito no processo de ensino e aprendizagem.

A razão da pesquisa está diretamente ligada aos avanços e retrocessos na profissão dos TILS entre 2005 e 2022, tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto. Como o ensino presencial fazia parte da normalidade da vida, há muitos artigos na área para se analisar; já sobre o ensino remoto e o impacto que essa modalidade de ensino acarreta, há uma menor quantidade de artigos em comparação com o presencial, daí a diferença no quantitativo de artigos das *Tabelas 02 e 03* da análise descritiva apresentada no capítulo 4.

Partindo da análise dos artigos, foi feito um panorama do material apresentado, observando a atuação do Tradutor Intérprete de Libras e sua interação professor-intérprete-aluno surdo nas duas modalidades de ensino propostas, e, a partir disso, no capítulo 4 foi feita uma análise descritiva desses dois momentos da história na educação inclusiva, o que possibilita ter um balanço do que mudou e o que ainda pode mudar para melhorar a inclusão e acessibilidade na área da surdez. Também, foi elaborado um paralelo dos achados sobre a experiência profissional vivenciada por mim na condição de Tradutora e Intérprete de Libras e Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade da Universidade Federal de Goiás – Campus Goiás. Nesse sentido, vivenciei experiências com os surdos, parte do meu exercício da profissão de Tradutora Intérprete de Libras foi no ensino presencial.

Busca-se, com a presente pesquisa, juntamente com as experiências vividas nessa área, contribuir de alguma forma para as mudanças na profissão dos TILSE no ensino presencial e no novo cenário do ensino remoto.

Além disso, este trabalho é fruto de experiências vividas, as quais pretendo relatar agora. Meu primeiro contato com uma pessoa com surdez foi ainda bem jovem, com a idade de doze anos, por volta do ano de 1990, na cidade de Goiás, nos encontros religiosos da minha

família – Testemunhas de Jeová –, dos quais também faço parte, conheci um jovem surdo chamado Eudes, o grupo de jovens da congregação, como era chamado o lugar, na ânsia de receber o jovem surdo e se comunicar com ele, começou a se interessar pela Língua de Sinais, buscou-se, assim, aprender a língua de sinais, um livro vermelho de capa dura – *Linguagem de Sinais* – era utilizado e trazia vários sinais. Naquela época, a Libras ainda estava muito longe de ser reconhecida como uma língua oficial, mas as testemunhas de Jeová sempre foram referência na produção de material para surdos e fazem um trabalho pioneiro nessa área, o contato com o surdo e a possibilidade que minha religião me dava despertou em mim a vontade de aprender a língua de sinais para me comunicar com os surdos. Depois, acabei perdendo o contato com aquele surdo que se mudou para outra cidade, acabei perdendo de vista o desejo de aprender língua de sinais.

Muito tempo depois, em 2010, divorciada e mãe, voltei para a faculdade para terminar de cursar Licenciatura em Geografia na Universidade Estadual de Goiás (UEG), pois abandonei a faculdade para me casar, após me formar, fui atuar na docência, como professora regente da educação infantil, do ensino fundamental do município de Goiás, numa escola da área rural, frequentemente, cursos de formação eram oferecidos aos professores da rede municipal, como os cursos em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, novamente, o meu desejo de aprender Libras, que estava adormecido, aflorou e dessa vez eu me empenhei para me tornar fluente nessa língua que estava em ascensão no Brasil, com a escassez de profissionais na área, ainda na rede municipal de educação logo fui notada e lotada em outra escola, especialmente, para atender uma estudante surda.

Com o avanço da inclusão, a necessidade de tradutores intérpretes de Libras só aumentava. Depois de um tempo, participei de um processo seletivo para professor do Estado de Goiás, entrei para uma vaga da Educação Inclusiva e fui atuar como Tradutora Intérprete de Libras, já possuía alguns cursos na área, mais eram insuficientes, fui em busca de mais cursos de formação em LIBRAS, assim, como eu morava no interior, na cidade de Goiás, não havia cursos de Libras avançados, comecei a ir toda semana para cidade de Goiânia para estudar e me tornei especialista em Libras, passando a atuar na área, onde estou até hoje.

Meu trabalho como Tradutora e Intérprete de Libras-português, desenvolvido durante esses doze anos, foi gratificante e, ao mesmo tempo, desafiador. Acompanhei diferentes alunos surdos desde níveis de surdez leve até os níveis de surdez severos, desde estudantes surdos da educação infantil até professores surdos da educação superior. Participei, também, do letramento de crianças Surdas na rede municipal de ensino e trabalhei como Tradutora Intérprete de Libras-Português com estudantes surdos no ensino fundamental e no ensino

médio, surdos fluentes em Libras e surdos que não sabiam Libras, e que usavam sinais caseiros<sup>4</sup>.

Trabalhei como intérprete de estudantes do Instituto Federal de Goiás (IFG) em 2011, ano em que o Instituto Federal foi devolvido para a cidade de Goiás, a antiga capital do Estado de Goiás; fui uma das intérpretes de Libras pioneiras na cidade de Goiás a atuar no Instituto Federal de Goiás. Tive a alegria e a honra de ser Intérprete de Libras de um professor surdo na Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Campus Araguaia, onde passei no concurso para Tradutora Intérprete de Libras, a minha primeira grande conquista. Atualmente, sigo nessa carreira de Tradutora e Intérprete de Libras da Universidade Federal de Goiás – Campus Goiás, atuando também como Coordenadora do Núcleo de Acessibilidade do Campus.

Durante esse período da experiência vivenciada por mim na educação, a modalidade de ensino foi quase sempre presencial, apesar de a educação a distância (EaD) ser, nesse período, uma modalidade de ensino cada vez mais crescente. Porém, a modalidade EaD, que é preparada para ser a distância, com ambiente virtual e com material disponibilizado nas plataformas dos programas, não chegava a vislumbrar o ensino remoto, sendo este, diferente do ensino EaD.

O ensino remoto surgiu para atender à educação em um cenário emergencial de pandemia e tomou tamanha proporção, nos novos tempos e na nova realidade, com essa grande transformação na educação em tempos da pandemia, que, hoje, o ensino remoto é uma realidade e uma modalidade cada vez mais presente. De acordo com Rondini, Pedro e Duarte (2020, p. 43), o ensino remoto emergencial é diferente da modalidade EaD. As diferenças estão nos recursos pedagógicos e administrativos existentes na EaD, na qual há uma estrutura organizacional, de logística e instrumental que dá subsídio ao desenvolvimento das atividades. Por outro lado, o ensino remoto não possui um sistema educacional estruturado, pois o objetivo é a oferta e o acesso temporário dos conteúdos curriculares que seriam desenvolvidos presencialmente.

Essa experiência, acrescida de algumas inquietações que perpassam o processo formativo do especialista em Libras para o atendimento inclusivo, provocou o meu interesse pelo presente tema. A vinculação da temática com a minha atuação profissional instigou a busca de mecanismos para desvendar os fatores que determinam a importância da interação entre Surdo-Intérprete-professor dentro da sala de aula do ensino presencial e do ensino remoto, tema

---

<sup>4</sup> De acordo com Adriano (2010, pág. 34), “os sinais caseiros emergem entre familiares de pessoas surdas e são convencionados entre eles (pais ouvintes e filhos surdos)”. Podemos dizer, também, que os sinais caseiros são comumente chamados de acenos, termo empregado pelos ouvintes justamente por denotar gestos feitos com a mão, sem que haja organização ou sistematicidade.

muito importante para ser estudado em nível de mestrado.

A delimitação da temática desta pesquisa está em investigar a atuação dos TILS, os avanços e retrocessos na profissão ao longo do tempo delimitado, os desafios da mediação entre surdo, intérprete e professor no ambiente educacional, tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto; está, também, em fazer um levantamento bibliográfico com análise de artigos num recorte temporal para analisar quais os avanços e impactos que houve na profissão dos TILS e de todos envolvidos nesse processo, desse modo, esta pesquisa foi organizada seguindo os seguintes objetivos:

### **1.1 Objetivo Geral**

Analisar, através da pesquisa bibliográfica, a atuação dos TILSE entre os anos de 2005 e 2022.

### **1.2 Objetivos Específicos**

- Analisar a profissão TILSE, a atuação na interação e mediação entre surdo, intérprete e professor no ensino presencial;
- Observar como se deu o impacto da exposição do intérprete como profissional por meio do ensino remoto em dois contextos: síncrono e assíncrono;
- Investigar quais são as políticas educacionais e o que elas propõem para a profissão de TILSE e o que a legislação determina;
- Buscar nos artigos científicos como tem se dado, na prática, a interação do profissional TILSE, professor e aluno surdo.

A estrutura dessa dissertação compreende quatro capítulos, sendo o primeiro deles a *Introdução*, que relata os pontos que provocaram o interesse do pesquisador pela realização do estudo, o tema pesquisado, o problema, o objetivo geral e os específicos, a justificativa, a delimitação do tema e a estrutura de organização da qualificação. O segundo capítulo, explana a fundamentação teórica em torno da temática pesquisada. O terceiro capítulo aborda os procedimentos metodológicos para a execução da pesquisa. O quarto capítulo apresenta a análise preliminar dos achados no estudo. O último capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa. Por fim, são incluídas as referências.

As contribuições da presente pesquisa são relevantes tanto no aspecto social, quanto

acadêmico, pesquisas como estas contribuem para a valorização e o reconhecimento do surdo e de sua cultura na sociedade, dando visibilidade e voz à comunidade surda, trazendo esclarecimentos tão necessários e garantindo o direito linguístico da pessoa com surdez através do Tradutor Intérprete de Libras em todos os espaços. No aspecto social, a presente pesquisa visa contribuir, esclarecendo questões importantes na interação das pessoas com surdez tanto na comunidade como na família, visando a inserção desse sujeito na sociedade, o seu direito de circular em todos os espaços, ter sua identidade reconhecida e respeitada. No aspecto acadêmico, essa pesquisa poderá ajudar profissionais dessa área em formação a lidar com pessoas com surdez, ajudando a entender o processo e a aprender de experiências vivenciadas, a pesquisa visa alcançar o maior número possível de profissionais envolvidos no ambiente educacional, pois todos podem contribuir para o sucesso e aprendizado do estudante com surdez, tanto professores, intérpretes e estudantes, todos estão envolvidos de alguma forma e podem colaborar com uma educação mais acessível e inclusiva, esse papel é de todos nós.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Essa dissertação aborda a atuação dos Tradutor Intérprete em Língua de Sinais Educacional (TILSE) ao longo do tempo delimitado na pesquisa (2005-2022) e examina os desafios da mediação entre surdo, intérprete e professor no ambiente educacional. Essa é uma investigação de como se dá, no ensino presencial e no ensino remoto, a interação entre surdo, intérprete e professor no processo da interpretação dentro dos *Estudos da Tradução na Educação*.

A preocupação com o ensino do estudante surdo cresceu significativamente e, junto a isso, houve o aumento da demanda por intérpretes no ensino presencial e, conseqüentemente, da sua atuação profissional para mediar o conhecimento; porém, muitos são os desafios enfrentados pelos TILSE, visto que a profissão foi reconhecida há pouco tempo com a Lei nº 12.319/12 e as dificuldades se estenderam, também, aos tempos de pandemia com um novo cenário, o ensino remoto. Dessa forma, como a relação comunicativa do estudante surdo é duplamente agravada, foi preciso levar em conta também as diferenças linguísticas dentro desse processo.

Estudos dessa natureza são de caráter qualitativo e contribuem, enquanto importantes parâmetros, para o entendimento da evolução da produção científica sobre determinados temas. É certo que resultados e informações obtidos em outras pesquisas ajudam, orientando nas variadas possibilidades de integração de diferentes perspectivas.

Segundo Martelotta (2008, p. 15), a linguística é definida como a disciplina que estuda a linguagem enquanto ciência. Para o autor, o termo linguagem pode ter mais de um sentido e pode referir-se a qualquer processo de comunicação. Assim, os linguistas estabelecem uma diferença entre linguagem e língua. O termo língua é definido como um sistema de signos vocais em que membros de um grupo social, ou comunidade linguística usam para se comunicar. Portanto, os linguistas dedicam-se a estudar os vários processos em que essas várias línguas refletem na estrutura e aspectos universais dos humanos.

O objeto de estudo da linguística é verificar a capacidade da linguagem que é observada nos enunciados falados ou escritos. A linguística tende a basear suas descobertas na observação e experiências, uma das razões pelas quais ela é uma ciência descritiva e analítica. Para essa frente teórica, nenhuma língua é melhor ou pior do que todo o sistema linguístico, sendo capaz de expressar de forma adequada a cultura do povo que a fala.

Portanto, à linguística é atribuída duas funções: estudo de línguas específicas (particulares) para um fim em si mesmo, analisada separadamente; e o estudo das línguas como

um todo para entender a linguagem de modo geral. Dessa forma, é possível entender que o estudo da língua de sinais e do trabalho do TILS faz parte do rol dos estudos linguísticos, uma vez que, segundo Honora e Frizanco (2009, p. 53), a Língua Brasileira de Sinais é a língua dos surdos no Brasil (Libras); é uma língua de modalidade espaço-visual, com sinais, o que na língua oral é chamado de palavras. De acordo com Quadros e Karnopp (2004, p.48), a língua de sinais, ou o sinal, é composta por cinco parâmetros: configuração de mão, movimento, locação, orientação da mão, expressões não-manuais.

Ainda segundo Quadros e Karnopp (2004, p. 15, 17), a linguística estuda, cientificamente, as línguas naturais e humanas, mesmo que as línguas sejam diferentes na sua estrutura, elas apresentam aspectos comuns. As áreas da linguística que estuda os aspectos da linguagem, seja ela qual língua for, são: a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática.

Quadros e Karnopp (2004, p. 25) afirmam que uma língua é um sistema de símbolos vocais arbitrários por meio do qual um grupo social coopera, comunica, sendo a linguagem a instituição em que os humanos interagem uns com os outros por meio de símbolos arbitrários orais auditivos habitualmente utilizados. Portanto, para os autores, as línguas de sinais, na linguística, são sim línguas naturais, um sistema linguístico legítimo e não um problema dos surdos, como muitos encaram, ou uma patologia da linguagem.

A lei que regulamenta oficialmente a Libras é datada de 24 de abril de 2002 e recebe o número 10.436:

Art. 1º É reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais - Libras e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Quadros e Karnopp (2004, p. 29) mencionam que em torno dos anos 1960 as pesquisas sobre línguas de modalidade visuoespacial aumentaram significativamente e representou o primeiro passo em relação aos estudos das línguas de sinais, assim, os estudos comprovam que as línguas de sinais expressam conceitos abstratos, sendo perfeitamente possível discutir sobre qualquer assunto em Libras, respeitando as diferenças das culturas.

De acordo com Gesser (2009, p. 09), a Libras é uma língua e essa questão já está resolvida e pontuada. Porém, ainda é preciso afirmar que Libras é língua, pois foi só na década de 1960 que a língua de sinais passou a ter um *status* linguístico.

Para que a Libras seja legitimada enquanto língua, reconhecida e respeitada pela sociedade como um todo, é necessário repetir o conceito de inclusão quantas vezes for necessário para que ocorra a constituição social dessa língua de uma minoria. Essa questão é importante, pois a legitimidade da língua confere ao surdo a libertação dos moldes que remete surdez à patologia. A Libras é uma língua e isso faz com que a concepção de surdez se desvie da deficiência e passe a ter uma concepção como diferença linguística e cultural. Ser surdo é uma questão de identidade e é principalmente a língua que lhes confere essa identidade.

Com a inserção do surdo na sociedade, houve um aumento da demanda de mais profissionais intérpretes de Libras para atender os indivíduos que antes viviam excluídos de muitos ambientes. Antes, eles eram acolhidos em igrejas, onde surgiam os primeiros intérpretes e aqueles que faziam/fazem trabalhos voluntários em prol da inclusão desse sujeito surdo. Com a legislação que oficializa a Língua Brasileira de Sinais, o cenário começa a mudar para o surdo na sociedade como um todo. Daí a necessidade do intérprete para atendê-los e isso se dá de forma mais necessária no ambiente educacional nas escolas.

A base da Lei nº 12.319 de 1º de setembro de 2010 veio para regulamentar a profissão do intérprete de Libras, regulamentando o exercício da profissão de Tradutor de Intérprete da Libras. Logo, pela data da legislação, a inclusão no Brasil ainda está em seu início, mas essas conquistas já foram um marco histórico para a comunidade surda.

A Lei 13.146/15 de 06 de julho de 2015 é ainda mais abrangente, traz em seu teor um conjunto de dispositivos destinados a assegurar e a promover a igualdade de condições, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência, garantindo a inclusão social.

Retomando Quadros (2004, p. 60), o intérprete educacional deve ter o perfil para intermediar as relações entre professores e alunos, entre surdos e ouvintes. Porém, as competências e responsabilidades desse profissional não são fáceis, pois podem ser confundidas com o papel do professor. O aluno surdo se dirige sempre ao intérprete e nunca ao professor. Da mesma forma que o professor acredita que o intérprete é o responsável pelo ensino ou aprendizado do aluno surdo, o que acaba sobrecarregando o intérprete com uma função que não é a que lhe cabe, ou seja, não lhe cabe o ensino em si. Dessa forma, o intérprete, muitas vezes, se vê numa situação em que precisa “ensinar” um conteúdo dos quais ele não possui formação acadêmica, resultando no prejuízo do aprendizado do estudante surdo. Quanto mais jovem o estudante, mais dificuldade ele tem de separar esse papel do professor e do intérprete. Portanto, se o intérprete for atribuído à responsabilidade com o ensino eles deveriam ser professores além de ser intérpretes.

Nesse sentido, Quadros (2004, p. 64) expõe que a carência de profissionais qualificados faz com que os surdos fiquem excluídos de vários tipos de atividades e não prossigam em termos educacionais, ficando desmotivados de participar de vários ambientes e eventos que poderiam contribuir para sua interação social, o que valida a importância do intérprete para o surdo.

Aguiar (2006, p.12) destaca o quanto ainda era recente pesquisas sobre intérpretes de língua de sinais. A autora fala sobre o processo de interpretação, as competências, os atributos necessários e os diferentes estilos de discurso. A pesquisa aborda especificamente questões dos intérpretes na área educacional e destaca a necessidade de formação e práticas de avaliações das interpretações no ambiente escolar. Ela faz apontamentos muito relevantes nessa área, como a necessidade de trabalho em equipe que inclua todos envolvidos: professores, a instituição de ensino, a família, todos que fazem parte do processo de formação dos profissionais intérpretes de língua de sinais com o intuito de unir forças para, assim, fazer as mudanças necessárias.

Aguiar (2006, p.12) pontua que até então havia poucas pesquisas produzidas nessa área, como Lacerda (2003, 2004) que focaliza o Intérprete Educacional (IE) e os desafios enfrentados em sala de aula e Quadros (2002,2004) no seu livro sobre intérpretes de língua de sinais publicado pelo Ministério da Educação (MEC), livro esse que aborda vários aspectos da atuação dos TILS como contraste entre a língua de sinais e o português, ética, formação e futuro desses profissionais, uma obra muito relevante e significativa para os tradutores intérpretes de língua de sinais.

Também é interessante destacar que Aguiar (2006, p.18) se coloca na perspectiva de uma mulher ouvinte, universitária, negra, latino-americana, gaúcha, intérprete de língua de sinais, ela pondera de forma muito sagaz que muitas vezes o intérprete é o diferente, pois vivencia o desconforto linguístico num espaço que fragmenta identidades, um olhar enunciado pelo sujeito surdo, um olhar ao mesmo tempo de incômodo, de receptividade, um olhar de instabilidade que demarca fronteiras culturais. Somente quem já esteve nesse lugar de fala poderia entender tão plenamente essas palavras.

À medida que atuava como Intérprete de Língua de Sinais, Aguiar (2006, p.19) relata que despertava uma nova identidade profissional, ela foi se construindo junto com a profissão, novas oportunidades e experiências, novos encontros e desencontros, uma nova identidade. Como diz Rajagopalan (2003 *apud* Aguiar, 2006, p.69) “quem aprende uma língua nova está se redefinindo como pessoa”.

A Pesquisa de Aguiar (2006, p.20) teve como objetivo realizar um estudo sobre as

identidades dos ILS e como a cultura está diretamente relacionada entre surdos e esses profissionais, de que forma tem acontecido o processo de formação dos ILS, e como tem sido sua prática profissional. Em se tratando de formação, no momento que essa pesquisa foi elaborada, no Brasil não havia educação formal para esses profissionais e eles se pautavam por uma educação empírica.

Dessa forma, esses estudos contribuíram em grande parte para buscar respostas para muitos anseios e inquietações dos ILS, como por exemplo, quais os movimentos estavam sendo construídos para formação e qualificação dos ILS, em especial no ensino superior. As múltiplas identidades que constituem os ILS como eles lidam com isso. Através de entrevistas, os participantes puderam expor suas experiências e opiniões, contribuindo com o processo profissional dos ILS, que até então era tão embrionário.

Aguiar (2006, p.21) apresenta um olhar sobre as identidades e como os estudos surdos têm se articulado com os estudos culturais, o caminho da profissionalização dos ILS e o trânsito entre as múltiplas identidades e os aspectos que influenciam nessas identidades, tais como política, religião, assistencialismo, voluntariado. Os estudos culturais atrelados aos estudos surdos é um campo novo a se pesquisar, até então, e isso se dá pelo fato de ter tido início há poucas décadas. Neste sentido, os estudos culturais são de suma importância para entender o que está envolvido na formação das múltiplas identidades dos ILS e suas relações com o sujeito surdo, não sendo possível separar cultura de identidade, pois esses são conceitos que estão entrelaçados, caminham juntos e se mesclam, tornando evidente que os estudos surdos se articulam com os estudos culturais. Sckliar (2000, p.13) grande pesquisador da cultura e identidade surda diz que a surdez tem que ser vista como “uma experiência vivida, uma identidade múltipla e multifacetada, que se constitui em uma diferença politicamente reconhecida e localizada, na maioria das vezes, dentro do discurso sobre a deficiência”.

A pesquisa de Aguiar (2006) também aborda três aspectos muito relevantes das marcas culturais das identidades dos ILS, nas entrevistas realizadas em sua pesquisa foi possível perceber temas como: o assistencialismo, o voluntariado a religião; a formação e a profissionalização dos ILS; o contexto atual que constituem as múltiplas identidades desses profissionais, sendo esse último o foco da pesquisa da autora.

Na história dos ILS, a atuação profissional iniciou nas igrejas, nas instituições de caridade, na família de surdos, assim, a aquisição da LS se dava de forma orgânica com o contato direto com os surdos, o ato de interpretar nem era tido como profissão. Infelizmente, há poucas décadas, a surdez era vista do ponto de vista patológico, algo estava errado e precisava de correção, era nessa ótica que, por muito tempo, os surdos foram tratados.

Os surdos contavam com a ajuda de familiares e amigos para se comunicar, porém, foi no âmbito religioso que o trabalho dos ILS começa a se formalizar com o intuito de evangelizar pessoas surdas, religiões como Testemunhas de Jeová, Igrejas Batistas, Igrejas Católicas e Luteranas iniciaram os trabalhos no ensino de Língua de Sinais e formação de Intérpretes de Língua de Sinais.

Aguiar (2006, p.86) também pondera que:

O espaço religioso é um forte elemento que marcou e constituiu as identidades da maioria dos ILS que hoje atua profissionalmente. Isso se dá em razão de eles adquirirem a LS nos espaços religiosos e, posteriormente, após a fluência em LIBRAS, essas pessoas passaram a ser convidadas para atuar como ILS.

Em vista disso, o espaço televisivo onde os Intérpretes primeiro ganharam visibilidade foi no contexto religioso impulsionando o trabalho do Intérprete. A LS passou a ser praticada nos locais onde havia surdos, as pessoas que tinham contato com os surdos e falavam a LS não tinham a pretensão de se tornar ILS. E essa convivência com a comunidade surda os levaram a ter fluência na língua e proximidade com a cultura surda, tornando-se parte dessa construção. Através das relações de amizades informais e despreziosas entre surdos e ouvintes se dava a aquisição da LS se tornando ambiente linguístico.

A autora pondera sobre a seguinte questão, que infelizmente, nesse contexto de informalidade a Língua de Sinais não possui um status linguístico legítimo, sendo, portanto, subalterna às demais línguas, é nessa condição subalterna que o trabalho dos ILS assume o papel de caridade e voluntariado querem “ajudar”. Segundo Quadros e Karnopp (2004, p.103) “o reconhecimento político e social da língua de sinais ainda é muito recente”.

No Brasil, pesquisas já apontavam que a LS apresenta todos os elementos que constituem uma língua Ferreira Brito (1995) e Quadros (1997). Quadros (2004) destaca que pesquisas associadas a FENEIS (significado) foram responsáveis pelo reconhecimento da língua de sinais.

Aguiar (2006, p.84) também considera de forma muito realista que somente possuir atitudes benevolentes e caridosas não constitui mais um ILS que atue profissionalmente, é preciso mergulhar em outras identidades que se apresentam na sua vida profissional. A pesquisa menciona que há, para Quadros (2004), mitos em torno dos intérpretes que precisam ser desconstruídos: professores de surdos são intérpretes; as pessoas ouvintes que dominam língua de sinais são intérpretes; os filhos de pais surdos são intérpretes. Aguiar (2006) afirma que dominar língua de sinais não é o suficiente para ser intérpretes. É necessária qualificação específica na qual o indivíduo desenvolverá técnicas, estratégias e habilidades e observará o

código de ética.

Portanto, nesse período, onde teve início a trajetória profissional dos ILS, os papéis se misturavam, pessoas fluentes atuavam como intérpretes, mas, não tinham o status profissional, mas, é importante destacar que foram a partir dessas situações que surgiram as lutas que culminaram nas conquistas que temos.

Outro aspecto importante a se considerar sobre o sujeito surdo é que como fazendo parte de uma minoria linguística sendo considerados, de acordo com o conceito de Lopes, Costeski (2018, p. 69), uma “educação menor”, representa uma concepção de resistência contra os principais modelos educacionais representados por leis e instituições do Estado e suas ideologias, assim, uma educação que atenda a essa parcela da sociedade é uma educação que nos permite ser revolucionários, que consiste em empreendimentos de militância. "Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior". (Deleuze e Guattari, 1977, p. 25).

Também se tratando da educação de surdos é válido mencionar a obra *Pedagogia do Oprimido*, em que Freire (2022 p.80, 81) define a educação “bancária” com sendo a concepção de que o único caminho que se oferece aos educandos é de receberem os conteúdos e armazená-los ou acumulá-los, como se fosse um depósito. Nessa distorcida visão da educação, não há criatividade, não há transformação, não há saber. Assim, para essa visão bancária da educação, o saber é uma doação, onde há os que se julgam sábios e os que julgam nada saber, em que o fundamento é a ideologia da opressão. A educação inclusiva figura nesse papel de uma educação carregada de lutas e conquistas, uma educação libertadora que abre espaço para o diálogo.

Segundo a pedagogia de Freire, os homens educam-se entre uns com os outros mediados pelo mundo, uma educação que problematiza e ao mesmo tempo supera, que enaltece o diálogo, onde as contradições sejam permitidas e que educador e educando façam parte do processo e cresçam juntos numa educação que tenha como prática a liberdade, o autor salienta que não é possível que, de modo algum, seja tolerado a alienação, o que deve prevalecer é a luta de cada um pela sua emancipação no mundo. Essa educação libertadora descrita por Paulo Freire valida a educação inclusiva, visto que as pessoas com surdez fazem parte de uma minoria, que apesar dos avanços, ainda tem muito a ser feito.

Para Freire (2022, p.89), é preciso que o pensar do educador ganhe verdade na verdade do educando, que ambos sejam mediados pela realidade na comunicação mútua. A sociedade é marcada pela opressão, a educação é utilizada como instrumento de dominação. A educação libertadora fundamenta-se na ética pedagógica, numa tomada de consciência. Para o estudioso,

o diálogo é a essência da comunicação.

Fazendo um paralelo com autores apresentados entre as suas muitas lutas da comunidade surda, a educação bilíngue talvez seja, atualmente, a mais emergente, pesquisas apontam que esse é o método de ensino mais eficaz para os estudantes surdos, o que proporciona uma educação de fato efetiva, pois tem como pilar o bilinguismo, modelo em que o estudante surdo tem acesso aos conteúdos em língua de sinais, Libras, sua primeira língua (L1), e utilizam do Português, sua segunda língua (L2), na modalidade escrita. Dessa forma, os surdos conseguem realizar sua própria leitura de mundo e atingir a tão desejada ‘emancipação’. Ao se falar em modelo ideal de escola para os surdos, a escola bilíngue, assim, oferece ao aluno surdo igual oportunidade de acesso ao aprendizado.

O mundo vivenciou uma nova realidade na educação com a pandemia da Covid-19, desde que o vírus surgiu e a rotina foi drasticamente alterada com o “fique em casa”, a sociedade viu as coisas mudarem da noite para o dia, e as práticas sociais tiveram que ser reinventadas. Na educação, ocorreu o que é chamado por especialistas como “apagão educacional”, em resultado disso, alternativas foram sendo buscadas e o ensino remoto se instala na educação em meio ao caos e mostra que veio para ficar, proporcionando possibilidades para garantir a educação. Assim, a pandemia mostrou uma nova forma de ensinar. Apesar de 2022 ter sido um ano atípico de ensino remoto, os recursos disponíveis, como WhatsApp e Google Meet, foram aplicados para ministrar aulas sincrônicas e assíncronas de forma criativa e coerente. No entanto, os alunos, na ausência das aulas presenciais, apresentavam dificuldades, pois dependiam de fatores para a realização das aulas como bom acesso à internet, localização da casa, cansaço físico e mental. Consequentemente, a educação remota para a disciplina de Libras se tornou uma atividade ainda mais complexa, pois exige uma experiência única para um sistema linguístico, visual e motor, e permite, por meio de estratégias de ensino-aprendizagem, a possibilidade de uma aprendizagem significativa.

Além disso, com o ensino remoto, uma nova realidade passou a fazer parte da vida de professores e alunos, com o auxílio dos aplicativos utilizados e recursos digitais, foi possível melhorar a comunicação entre o aluno e o professor, o que dá uma melhor garantia de compreensão do conteúdo apresentado. O ensino em EaD é uma forma reconhecida de sistema de ensino com uma estrutura de trabalho organizada, enquanto o ensino a distância é uma solução encontrada para superar a impossibilidade de aulas presenciais em situações de crise, que são temporariamente aceitas pelas instituições de ensino.

Diferente do ensino a distância, o ensino EaD não precisa necessariamente ser virtual, em que o site recomenda que as aulas sejam ministradas em tempo real. Portanto, são

interações diferentes, e, assim, a presente pesquisa tem por objetivo analisar a interação entre surdo-professor-intérprete no ensino remoto, essa relação é mais bem explorada no próximo capítulo.

### 3 O INTÉRPRETE EDUCACIONAL

De 2005 até final de 2022, desde que o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Lei nº 10.436/2002, torna reconhecida a Libras como Língua no Brasil, muitas coisas aconteceram e mudaram para os Intérpretes Educacionais. Desde então, a política educacional vem transformando o Intérprete Educacional (IE); é relevante notar que isso tem acontecido em vários países com o profissional tradutor intérprete.

Segundo Lacerda e Poletti (2004, p. 3), nas décadas de 1980 e 1990, o aumento de crianças surdas nas escolas regulares foi um marco e, com isso, a procura por IE. Com a escassez de profissionais formados para atuar na área, qualquer pessoa que soubesse Língua de Sinais poderia ser um IE; nessa época, não se exigia uma qualificação específica.

Nesse contexto, o Intérprete de Língua de Sinais adquire grande responsabilidade, pois, devido à proximidade com o aluno surdo, ele tem a capacidade de identificar as necessidades e as dificuldades desse aluno com mais clareza, podendo, assim, contribuir com o processo de ensino aprendizagem desse aluno. Dessa forma, o IE é fundamental para esse processo, pois, sem ele, o aprendizado do estudante surdo fica comprometido, limitando a participação desse estudante nas atividades, levando-o a ficar desmotivado.

Quando o Intérprete Educacional é inserido na vida escolar do surdo, abrem-se muitas possibilidades, o aluno passa a ter alguém que o acompanha com competência em sua língua; assim, as chances de o estudante surdo compreender e ser compreendido são muito maiores, tendo seus direitos assegurados.

O IE tem que estar preparado para atuar no espaço educacional, com conhecimentos necessários para uma interpretação, sendo fiel ao conteúdo e a informações interpretadas, sem distorções, omissões ou acréscimos, estando atento às dificuldades do aluno, sendo mediador e contribuindo com a construção do conhecimento.

Segundo Lacerda (2003, p. 9), o IE é um profissional preparado para lidar com os surdos, tem conhecimento da área da surdez e, junto com o professor regente, pode formar uma parceria em prol do estudante surdo, priorizando, acima de tudo, o êxito escolar desse estudante. Em conjunto, ele pode elaborar atividades adaptadas à realidade de cada aluno, buscar caminhos para auxiliar o processo de ensino-aprendizagem, promovendo, assim, a inclusão e a acessibilidade. À medida que o IE interpreta e acompanha o aluno de perto, ele pode contribuir com o desenvolvimento do aluno por levar informações aos professores, esse é, sem dúvida, um trabalho de muita parceria.

O trabalho do IE vai muito além da sala de aula, mesmo que isso não seja

contabilizado na sua carga horária, ele também precisa fazer estudos e pesquisas sobre os conteúdos ministrados e buscar a melhor forma de traduzir esses conteúdos. É imprescindível que o intérprete tenha acesso a esses conteúdos com antecedência, para que ele possa se planejar e se familiarizar e, dessa maneira, fazer as melhores escolhas interpretativas para a compreensão e entendimento do aluno. É importante, também, quando necessário, que o intérprete intervenha a favor do aluno surdo para solicitar ao professor adaptações na aula.

O IE tem tarefa importante no ambiente escolar, a atuação do intérprete precisa ser reconhecida e ele tem que lidar, ao mesmo tempo, com duas línguas (sendo uma dessas línguas visual-espacial). Isso demanda um esforço cognitivo muito grande e exaustivo e, além do mais, em diversas situações, os limites entre ser intérprete e ser professor se confundem.

Para Lacerda (2003, p.14,15), é fundamental que o IE seja parte da equipe educacional, ficando claro e definido o papel que cada profissional desempenha, principalmente para os alunos, para que cada um desempenhe sua atribuição e o aprendizado do estudante surdo não seja prejudicado. As observações do IE precisam ser levadas em conta, pois, por ser usuário da língua de sinais, ele conhece o estudante surdo e poderá contribuir pedagogicamente para o desenvolvimento do aluno, numa perspectiva direcionada para a realidade do surdo, a bilíngue.

Porém, a responsabilidade de se comunicar em língua de sinais não tem que ficar apenas com o IE, tendo em vista que o aluno é da escola e não do intérprete. Assim, toda a escola tem que estar envolvida em incluir esse aluno. A melhor forma de fazer isso é através da língua. No professor recai a responsabilidade de ensinar; se ele se empenha em aprender a língua do aluno surdo, isso irá aproximá-lo do aluno. Esse interesse do professor pode fazer com que o aluno se sinta motivado e valorizado na sala de aula.

A Libras precisa estar presente na sala de aula não só através do intérprete e do aluno surdo, mas com todos, em especial com o professor regente, que é a autoridade da sala. O professor precisa aprender Libras para que ele possa, ao menos, sanar as dúvidas do aluno em língua de sinais, não deixando a comunicação somente com o intérprete.

Visto que professor e intérprete devem caminhar juntos no processo de ensino-aprendizagem do estudante surdo, o professor também deveria saber a língua de sinais, assim como toda a sala de aula. Já está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) que a disciplina de Libras faça parte do currículo escolar da Educação Básica.

Para cada nível educacional, entre eles a educação infantil, o ensino fundamental, o ensino médio e o ensino superior, o ensino necessita diferentes formas de abordagens, interpretação, intervenção, conhecimentos, e estratégias utilizadas para alcançar os melhores resultados possíveis rumo a uma educação inclusiva e acessível.

O intérprete muda significativamente a realidade do aluno surdo dentro da sala de aula e no ambiente escolar como um todo, trazendo para esse aluno benefícios, pois o intérprete não traduz apenas conteúdos, ele contribui com a interação do aluno com os outros colegas ouvintes e com os professores e todos na escola e isso se torna essencial para que o aluno se sinta parte da escola, sabendo que pode se comunicar com os outros, conferindo-lhe autonomia e sentimento de pertencimento, em outras palavras, acessibilidade.

Em se tratando dos conteúdos ministrados em sala de aula, os alunos surdos podem perder em relação aos alunos ouvintes; talvez, o conteúdo não chegue até eles de forma tão efetiva; nesse sentido, professor e o IE deverão estar atentos a esse aluno, dialogando com ele e verificando se o processo de ensino-aprendizagem está atingindo o objetivo de construir conhecimentos, levando em conta as necessidades dele na preparação das aulas.

Isso muitas vezes requer tempo e dedicação para buscar alternativas de adaptar a aula para o aproveitamento do aluno; isso requer, também, um pouco de criatividade e muita disposição. No entanto, não é apenas o aluno surdo que ganha, todos na turma ganham, pois muitas vezes essas adaptações favorecem os alunos ouvintes também.

Segundo Lacerda (2017, p. 36), em seu livro *Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental*, a figura do professor/intérprete surge em alguns lugares do Brasil em função da necessidade da presença do ILS, em especial no ensino fundamental, como não existia esses profissionais na rede, os professores que dominavam a língua de sinais eram direcionados para ocupar o papel de intérpretes, deixando de ser professores regentes e se tornando professores/intérpretes.

Na sua atuação em sala de aula, mesmo quando está na função de intérprete, esse profissional não se limita a interpretar, mesmo conscientes que a sua função é apenas interpretar, o ambiente e as circunstâncias o inquietam e eles acabam sendo intérpretes/professores. Essa é uma realidade que vem perdendo força, mas que, em determinado momento da história, era muito forte em salas de aula com alunos surdos.

Outra situação, não rara, que os IEs passam, é trabalhar com surdos que têm pouco ou nenhum conhecimento de língua de sinais, o que dificulta para o aluno surdo a construção de conceitos do conteúdo ministrado em sala. Ao invés de interpretar o conteúdo, o intérprete tem que ensinar Libras para o aluno surdo, comprometendo o trabalho do intérprete e prejudicando o aprendizado do aluno. Estratégias precisam ser pensadas no sentido de sanar essa necessidade, pois se torna inviável ensinar um conteúdo numa L2 ao aluno se ele não souber sua L1. É a Língua de Sinais que dará ao surdo a possibilidade de obter o conhecimento, seja em português escrito, seja em qualquer outra língua. Após o surdo aprender sua primeira

língua, que é a língua de sinais, segundo a legislação vigente do país, ele precisa aprender o português escrito; sendo assim, diferentes modos precisam ser pensados para ensinar português para os estudantes surdos.

A “escola para todos”, que a atual política nacional prevê, necessita professores com formação em mais de uma área, em especial na área da inclusão, por ser um público crescente em todas as esferas de ensino, desde a educação básica até a educação superior.

De acordo com o Decreto nº 5.626/05, a disciplina de Libras deve estar obrigatoriamente incluída na grade curricular dos cursos de licenciatura, com o objetivo de capacitar os professores nessa língua. Porém, o decreto não especifica a quantidade de horas destinada à disciplina de Libras, resultando em poucas horas, 120h, pois, por se tratar de uma outra língua, necessitaria de uma carga horária muito maior para um aprendizado efetivo. Mesmo havendo grande ganho em difundir a Libras, no vigente regimento, não dá para se esperar que a disciplina torne os professores fluentes em Libras.

O Decreto nº 5.626/05 prevê, também, uma educação bilíngue para os surdos. Porém, essa ainda é uma realidade distante, visto que uma escola bilíngue envolve que a Libras circule em todo o espaço escolar, sendo a língua predominante. A educação bilíngue é muito mais importante na educação infantil, mas ainda é um objetivo a ser alcançado, pois a realidade mostra que não há profissionais suficientes para suprir essa necessidade. Enquanto isso, o IE que atua em sala de aula é fundamental, a formação de profissionais da educação bilíngue é uma área em crescimento que ainda demanda muito planejamento e investimento.

Por enquanto, a disciplina de Libras cumpre apenas com o objetivo de conscientizar da sua importância, da diferença do processo de ensino-aprendizagem do aluno surdo. Os intérpretes de Libras têm um papel fundamental na sala de aula, pois dessa forma os surdos têm sua diferença linguística respeitada, visto que a língua portuguesa é sua segunda língua, mas o curso de licenciatura sozinho, não consegue suprir essa demanda.

De acordo com Lacerda (2017, p. 26, 27), os surdos dependem do IE para desenvolverem qualquer prática, em escolas que não são bilíngues, essa é uma prática constante, pois instituições de ensino bilíngue no Brasil ainda são poucas. O modelo de escola bilíngue prevista no Decreto nº 5.626/05 para a educação básica vai contrária a certos princípios da política pública educacional de inclusão escolar defendida pelo MEC, enquanto a escola bilíngue defende a Libras como a língua majoritária para construção dos conhecimentos, a política de inclusão defende o aluno surdo inserido na sala de aula da escola regular, com a presença do intérprete em todos os ambientes da escola. Ainda precisam ser discutidas e alinhadas tais políticas e propostas para chegarmos ao modelo de escola ideal que atenda

efetivamente a inclusão não apenas dos surdos, mas de todas as pessoas com deficiência.

Desde o Decreto nº 5.626/05 muita coisa mudou na atuação do IE, novas realidades surgiram, as velhas realidades continuam e muitas adaptações precisaram ser pensadas e atendidas, e as demandas se mostram cada vez mais crescentes, daí a importância de buscar compreender o papel, as funções e as necessidades desse profissional.

Lacerda (2017, p. 52) defende que o papel do ILS, no espaço educacional, traz consigo não só a responsabilidade de mediar a comunicação entre aluno surdo e professor ouvinte, o ILS se vê comprometido com a aprendizagem do aluno, o que demanda uma parceria entre os envolvidos, intérprete, professor e aluno. Sem dúvidas, essa é uma prática de interpretação com especificidades, um ambiente de proximidade e convivência contínua e até um certo grau de intimidade com professor, alunos surdos e ouvintes, e isso deve ser trabalhado na formação desse profissional para ajudar na sua prática cotidiana.

Outra grande pesquisadora e profissional da área, Aguiar (2006, p. 21) em sua pesquisa sobre os Intérpretes de Língua de Sinais e suas Identidades mostra que o trabalho dos Intérpretes em Língua de Sinais (ILS)<sup>5</sup> começou em ambientes sociais e religiosos, era um trabalho informal, com a legislação, em especial o Decreto nº 5.626/05, que regulamenta a Libras como língua oficial no Brasil, muitas questões envolvendo a atuação do tradutor intérprete de libras vieram à tona, como a formação desse profissional, que até então não tinha uma formação superior específica. Diante disso, muita coisa começou a ser pensada e a ser mudada com o objetivo de incluir o estudante surdo no ambiente educacional e em vários outros ambientes, com interpretação para sua língua, possibilitando que eles transitassem nesses espaços. Dessa forma, junto com a mudança, novos desafios foram surgindo, apesar de necessidades importantes terem sido supridas, novas necessidades passaram a se formar, exigindo o olhar cada vez mais atento para essa área.

---

<sup>5</sup> A partir daqui abreviatura ILS será utilizada para designar Intérprete em Língua de Sinais.

## 4 METODOLOGIA

Com o intuito de compreender o que as pesquisas abordam sobre a atuação dos TILS entre os anos de 2005 e 2022, foi escolhida a pesquisa bibliográfica, pois assim é possível investigar o que é abordado a respeito dessa temática, uma vez que, por meio dela, verificamos e aprofundamos o conhecimento registrado pelos pesquisadores a fim de subsidiar posteriormente uma pesquisa de campo. Segundo Gil (2002, p. 45, 46), a pesquisa documental examina as fontes bibliográficas ao investigar, comparar e dialogar com a produção acadêmica sobre a temática, podendo, dessa forma, emergir importantes contribuições para a área pesquisada.

Quanto à natureza da pesquisa, ela é qualitativa e de tipo documental-descritiva, pois explora a abundância de artigos publicados desde o ano de 2005 até 2022. Para Godoy (1995, p. 58):

A pesquisa qualitativa não procura enumerar e/ou medir os eventos estudados, nem emprega instrumental estatístico na análise dos dados, envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo.

Segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento das relações entre variáveis”.

Como procedimentos metodológicos, subdividimos o desenvolvimento do trabalho em quatro etapas: 1) Definir a estratégia de busca; 2) Buscar por artigos científicos nas principais bases de pesquisa; 3) Selecionar o material de estudo com critérios de inclusão e exclusão; 4) Extrair os dados de análise da coleta.

No primeiro momento, nos atentamos às perguntas de pesquisa e, de forma estratégica, selecionamos as seguintes plataformas para a busca da pesquisa: *Google Acadêmico*, *Portal de Periódicos da Capes*, *SciELO*. Realizamos um levantamento de dados, a partir da delimitação do tema e dos objetivos da pesquisa.

No segundo momento, a fim de realizar a busca de forma organizada, foi montada uma tabela de busca dos artigos selecionados, para isso foi feito um levantamento de termos que nos auxiliasse a chegar nos artigos que abordavam o tema proposto.

Tabela 01 - Seleção de termos estratégicos

1	Ensino
2	Intérprete
3	Surdo
4	Professor
5	Libras

Fonte: nossa autoria

Na terceira etapa, foi definido o contexto de abordagem: o ensino presencial e o ensino remoto. Os critérios para a escolha do ensino presencial foi o fato de esse ser o método tradicional de ensino, o modelo convencional, modelo praticado durante a maior parte do tempo do recorte do período pesquisado, uma modalidade de ensino que mostra o retrato da trajetória desse profissional, com suas lutas e conquistas, no qual podemos encontrar um parâmetro maior e mais consolidado da atuação dos intérpretes, com mais artigos e dados para serem analisados. O ensino remoto foi escolhido por ser muito relevante, sobretudo, devido à pandemia, e, mesmo assim, as pesquisas nessa modalidade ainda serem incipientes, esse modelo de ensino, que no primeiro momento se mostrou emergencial, passou a ser uma modalidade nova, e com indicativos de que veio para ficar, o que transformou a educação, dando um novo olhar com mais possibilidades.

Na quarta etapa, foram definidos os critérios de inclusão/exclusão. O primeiro critério de inclusão/exclusão foi definido por meio de descritores, nos quais se definiu a escolha de termos em que se realizou o filtro nos campos de busca (título, resumo, palavras-chave). Quanto ao segundo critério de inclusão/exclusão, foi estabelecido um interstício de publicação dos anos de 2005 a 2022; a escolha dos artigos analisados na pesquisa é definida pelo período de atuação do tradutor intérprete de Libras, priorizando-se o contexto educacional. O último critério de inclusão/exclusão foi o tipo de trabalho acadêmico; definiu-se que seriam analisados apenas artigos. Na seleção dos artigos para este estudo foi feito um apanhado geral de pesquisas envolvendo o TILSE em vários espaços de atuação, porém, dentre essas pesquisas levantadas, foi selecionado para análise apenas os artigos de atuação do intérprete no contexto educacional do ensino presencial e do ensino remoto, o que foi a base da análise utilizada nessa pesquisa.

Dessa forma, foi feita uma busca de artigos que abordam a atuação do TILSE no ensino presencial e no ensino remoto, analisando separadamente as duas modalidades, em dois momentos. Por fim, realizamos a análise dos resultados de pesquisas encontrados, a partir dos

quais organizamos uma tabela com dados como: autor, título, palavras-chaves, link, ano de publicação.

A presente pesquisa investiga se é bem definida a atuação dos profissionais envolvidos no processo de ensino aprendizagem do surdo, se, de fato, o professor ensina e o intérprete atua como mediador linguístico e se ambos contribuem para o processo educacional e de interação social do estudante surdo.

Sendo assim, a investigação abrange a análise de atitudes, significados, valores, verificando as relações, os processos e os fenômenos, utilizando métodos mistos para a compreensão de várias faces da realidade.

Em relação à natureza da pesquisa, ela é aplicada, visto que se intenciona discutir e apresentar direcionamentos acerca dos desafios e dificuldades da interação do professor-intérprete-surdo no contexto tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto na educação do estudante com surdez. Além disso, foi considerado: como se deu esse processo nos dois contextos de ensino em tempo de pandemia; quais os avanços e retrocessos na atuação do tradutor intérprete no ambiente educacional no recorte de tempo proposto; quais os impactos nos aprendizados com o ensino virtual; o que foi feito para superá-los; o que permanece e o que será descontinuado nessa modalidade de ensino.

Para alcançar os objetivos específicos da pesquisa, é possível determinar que essa é uma pesquisa descritiva, pois os instrumentos utilizados foram: definir qual a estratégia de busca; buscar artigos em plataformas de pesquisa como: Google Acadêmico, Scielo, num recorte de tempo; selecionar para estudo o material levantado; analisar os dados; considerar o material analisado, fundamentados na pesquisa documental; considerar como a legislação que rege os direitos e deveres do estudante pessoa com deficiência; analisar a atuação do tradutor intérprete em sala de aula presencial e em sala de aula virtual.

Para a análise qualitativa dos dados, o estudo foi organizado em categorias de análise. Ao analisar, compreender e interpretar um material de forma qualitativa, foram enfocados os significados que os envolvidos na pesquisa compartilham no seu dia a dia, na vivência da sua realidade.

A princípio, a pesquisa seria feita também por meio do trabalho de campo com entrevistas semiestruturadas, através de questionários. Mas, no desenvolvimento do estudo, devido ao amadurecimento das ideias e das condições da própria pesquisa, tornou-se mais viável fazê-la por meio de levantamento bibliográfico. A pesquisa de campo foi adiada para compor pesquisas futuras, envolvendo o mesmo tema, visto que sua relevância dá margem para

mais estudos na área.

Assim, foi realizado um levantamento de toda a bibliografia relevante para os estudos dos surdos em torno do Decreto nº 5.626/05 e suas implicações; foi feito um recorte no período de 2005 a 2022, levando-se em conta também o período de intervalo (entre 2005 e 2015), dez anos para a transição do cumprimento do decreto. No próximo capítulo, será apresentada a análise descritiva dos artigos selecionados.

## 5 ANÁLISE DE DADOS

A coleta de dados dessa pesquisa registrou dez artigos pesquisados na área dos Estudos da Tradução, sendo: um deles publicados na revista *Cadernos de Tradução*, da PGET (UFSC); dois na revista *Belas Infiéis*, do POSTRAD (UnB); um na *SciELO BRASIL Cadernos CEDES*; um na *Revista Aleph*; um na *REDES Revista Educacional de Sucesso*; um na *BAKHTINIANA Revista do estudo do discurso*; um na *PKP Periódicos.fclar.unesp.br*; um no *CONEDU*; e um na *Cadernos de Educação* (UFPel). Na *Tabela 02*, é possível visualizar dados mais detalhados de cada artigo.

Os artigos que abordam o tema na modalidade do ensino presencial são de muito mais volume do que os que abordam o ensino remoto, isso é natural, visto que a diferença de tempo em que o primeiro tem sido pesquisado em relação ao segundo é muito maior.

Os artigos estão dispostos na tabela abaixo, respeitando as categorias analisadas (autor, título, área, palavras-chaves, link e ano de publicação).

Tabela 02 - Produções acadêmicos entre artigos sobre TILS, professor e aluno (presencial)

1	A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência	
	Autor:	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
	Nome da revista ou livro:	SciELO BRASIL - Cadernos CEDES
	Palavras-Chave	Inclusão escolar. Surdez. Intérprete de Língua Brasileira de Sinais.
	Link:	<a href="https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?format%20=pdf&amp;lang=pt">https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?format%20=pdf&amp;lang=pt</a>
Ano:	2006	
2	Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos	
	Autor:	Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
	Nome da revista ou livro:	<i>Cadernos de Educação</i> (UFPel)
	Palavras-Chave	Educação de surdos; tradutor-intérprete de Língua Brasileira de Sinais; formação de intérpretes; educação inclusiva.
	Link:	<a href="https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&amp;idt=artc&amp;cat=16&amp;idart=186">https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&amp;idt=artc&amp;cat=16&amp;idart=186</a> <a href="https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&amp;idt=artc&amp;cat=16&amp;idart=186">https://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&amp;idt=artc&amp;cat=16&amp;idart=186</a>
Ano:	2010	
3	Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria	
	Autor:	Lara Ferreira dos Santos Cristina Broglia Feitosa de Lacerda
	Nome da revista ou livro:	<i>Cadernos de Tradução</i>
	Palavras-Chave	Intérprete Educacional. Língua Brasileira de Sinais. -Tradução e interpretação de/para Libras. Surdez. Educação
	Link:	<a href="https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-">https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-</a>

		7968.2015v35nesp2p505"https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505
	Ano:	2015
4	Tradutor e intérprete de língua de sinais educacional: desafios da formação	
	Autor:	Vanessa Regina de Oliveira Martins
	Nome da revista ou livro:	<i>Belas Infiéis</i>
	Palavras-Chave	Intérprete educacional. Libras. Surdez
	Link:	<a href="https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11374/10011">https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11374/10011</a> "https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11374/10011
	Ano:	2016
5	Aspectos históricos da formação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais	
	Autor:	Cristiano Garcez Gualberto; Juliana do Nascimento Farias; Vanderlei Balbino da Costa.
	Nome da revista ou livro:	CONEDU
	Palavras-Chave	Educação Especial, Intérprete de Libras, FENEIS.
	Link:	<a href="http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID9786_14102017165645.pdf">http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID9786_14102017165645.pdf</a> "http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID9786_14102017165645.pdf
	Ano:	2017
6	As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais	
	Autor:	Neiva de Aquino Albres Carlos Henrique Rodrigues
	Nome da revista ou livro:	<i>Bakhtiniana</i> - Revista de estudos do discurso
	Palavras-Chave	Educação; Intérprete educacional; Política educacional.
	Link:	<a href="https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtNkvwskKLQD5mb5ZK/?lang=pt">https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtNkvwskKLQD5mb5ZK/?lang=pt</a> "https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtNkvwskKLQD5mb5ZK/?lang=pt
	Ano:	2018
7	Relações mediadas: a formação do intérprete educacional no contexto da educação de surdos	
	Autor:	Lara Ferreira dos Santos
	Nome da revista ou livro:	PKP - Periódicos.fclar.unesp.br
	Palavras-Chave	Educação. Formação. Intérprete. Libras. Educação especial.
	Link:	<a href="https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485/12615">https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485/12615</a> "https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485/12615
	Ano:	2018
8	Bastidores da inclusão: a relação educacional professor – aluno surdo – intérprete de libras	
	Autor:	Ester Vitória Basílio Anchieta
	Nome da revista ou livro:	RevistAleph
	Palavras-Chave	Relação Educacional, Inclusão, Aluno Surdo
	Link:	<a href="file:///C:/Users/Samsung/Downloads/39309-Texto%20do%20Artigo%20sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o-131640-1-10-20191209.pdf">file:///C:/Users/Samsung/Downloads/39309-Texto%20do%20Artigo%20sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o-131640-1-10-20191209.pdf</a> "file:///C:/Users/Samsung/Downloads/39309-Texto%20do%20Artigo%20sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o-131640-1-10-20191209.pdf

	Ano:	2019
9	Formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português: visão dos profissionais em atuação no mercado de trabalho	
	Autor:	Lívia Alves Duarte; Renata Cristina Vilaça Cruz; Juliana Guimarães Faria
	Nome da revista ou livro:	<i>Belas Infiéis</i>
	Palavras-Chave	Língua brasileira de sinais (Libras). Formação de tradutores. Formação de intérpretes. Mercado de Trabalho.
	Link:	<a href="https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/33388/">https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/33388/</a> <a href="https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/33388/29597">https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/33388/29597</a>
	Ano:	2021
10	A inserção de alunos surdos nas escolas regulares	
	Autor:	Maria Gomes de Araújo Nascimento
	Nome da revista ou livro:	REDES - Revista Educacional de Sucesso
	Palavras-Chave	Inclusão. Surdez. Libras
	Link:	<a href="https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2022/02/1.pdf">https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2022/02/1.pdf</a> " <a href="https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2022/02/1.pdf">https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2022/02/1.pdf</a>
	Ano:	2022

Fonte: Nossa autoria

Considerando as informações da tabela 01, pode-se ver uma variedade de abordagens publicadas nos artigos sobre temas como os bastidores da inclusão na relação do professor, aluno surdo e intérprete de Libras no contexto educacional; Aspectos históricos da formação do Intérprete educacional da Libras; Relações mediadas e a coautoria do intérprete com o professor; Mediação Surdo, Intérprete e professor, o que diz a experiência dos envolvidos, são temas abordados nos artigos listados e apresentam-se como objeto de investigação. Nesses dados, é possível observar temas de tradução e interpretação, contextos não acadêmicos e acadêmicos, as competências do profissional tradutor e intérprete, as dificuldades e a realidade desse profissional junto à tríade aluno surdo, intérprete e professor e os desafios envolvidos nessa mediação.

Em comum, nessas publicações, há a preocupação em apresentar o processo da atuação profissional TILSE entre os anos de 2005 e 2022, assim como as demandas sociais, linguísticas, políticas e os percursos históricos envolvendo os TILS. Sobre a parte teórico-metodológica, os artigos variam desde experiências vivenciadas a artigos de reflexão e pesquisas qualitativas.

Os dados mostram que, no ano de 2006, os questionamentos em torno da atuação do tradutor intérprete já eram fortes. Em um dos seus artigos, Lacerda (2006, p. 163), uma grande pesquisadora dessa área, traz um estudo de caso, entre alunos, professores e intérpretes

e apresenta dados que indicam problemas que ocorrem no espaço escolar, como a falta de conhecimento sobre a surdez e dificuldades na interação professor/intérprete, a autora aborda a importância da língua para a integração na sociedade e a defasagem que a criança surda sofre por não ser exposta a sua L1 (primeira língua). Daí vem a necessidade de elaboração de propostas educacionais, proposta de educação bilíngue: tornar presente duas línguas no contexto escolar.

Lacerda (2006, p. 165, 166), no seu artigo *A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência*, na pesquisa, a autora considera e faz uma reflexão dos envolvidos no contexto escolar inclusivo com o aluno surdo, apresentando a realidade de cada um, menciona que, a partir da década de 1990, muitos países assumiram a inclusão como tarefa fundamental da educação pública, assim como a solidariedade e o respeito mútuo às diferenças individuais. No caso de crianças surdas, intervenções importantes no ambiente escolar são: boa amplificação sonora, tradução simultânea, apoio de intérprete, entre outras. A autora ainda menciona que a dificuldade maior é oportunizar uma cultura de colaboração entre alunos surdos e ouvintes. Além disso, a participação de membros da comunidade surda na escola, desenvolvendo aspectos da identidade surda, são intervenções que poderiam contribuir muito, porém, frequentemente o discurso contradiz a realidade.

Sobre o papel do intérprete educacional apresentadas nas entrevistas da pesquisa, é possível notar a necessidade de aumentar os estudos na área, pois a partir dos resultados obtidos por Lacerda (2006), observa-se o quanto o trabalho do intérprete é pouco compreendido, o que traz dificuldades para o desempenho do trabalho. Um fator determinante é definir mais claramente a função do intérprete educacional – uma figura que muitos não conhecem – é preciso colocar em pauta os direitos e os deveres do intérprete, qual os limites no momento da interpretação, como se separa o papel que intérprete e professor desempenham, como o intérprete se relaciona com alunos surdos e ouvintes na sala de aula e no espaço escolar.

Estudos como os de Lacerda (2006) mostram que no contexto escolar que envolve crianças mais novas, é impossível que o intérprete desempenhe somente o seu papel, o seu trabalho acaba envolvendo muitas outras formas de interação. Contudo, se a função não estiver clara para todos os envolvidos no contexto escolar, o trabalho pode se tornar improdutivo, com desconfiança e desconforto.

Objetivo central do artigo de Lacerda (2006, p. 174) é mostrar que, no ambiente educacional, o objetivo último do trabalho é o aprendizado do estudante surdo, atuação do intérprete não se trata apenas de traduzir conteúdos, mas torná-los compreensíveis, com sentido

para o aluno. Dessa forma, para o intérprete que acompanha o aluno de perto, não é possível não se importar com o aprendizado do aluno e, por isso, por vezes, o intérprete educacional também assume o papel de educar o aluno surdo.

Muitos aspectos da realidade escolar de inclusão tratados no estudo de Lacerda (2006) mostram que a presença do intérprete nas escolas ainda não é comum, a falta de informação e conhecimento sobre surdez por parte dos professores é constante. Lacerda (2006, p.176) afirma que a “maior parte das inclusões escolares de surdos é pouco responsável”. O aluno surdo embora fisicamente presente, não é levado em conta em muitas situações e isso cria uma falsa ideia de que a inclusão é um ‘sucesso’. A experiência da inclusão parece ser mais interessante para alunos ouvintes, que podem conviver com as diferenças e tornarem-se pessoas menos preconceituosas. Para o aluno surdo, seria efetivamente melhor uma escola em que os conteúdos fossem ministrados em sua língua de domínio, que todos na escola compartilhassem com ele a língua de sinais, para que tivessem um desenvolvimento o mais pleno possível, dessa forma, seria oferecido a eles a mesma oportunidade que as crianças ouvintes no ensino fundamental.

Lacerda (2006) busca trazer à tona os problemas apresentados em experiências de inclusão com alunos surdos e conclui que, mesmo que bem-sucedida em certos aspectos, ainda há a emergente necessidade de pensar escola ideal para o estudante surdo e não forçar o aluno surdo a caber na escola que existe.

No artigo *Tradutores e intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos*, Lacerda (2010, p. 133) destaca que os TILSE são profissionais que atuam na educação inclusiva, estão previstos no Decreto nº 5.626/05 e são responsáveis pela acessibilidade linguística dos alunos surdos que frequentam parte da educação básica e do ensino superior, a autora ainda enfatiza que a demanda desse profissional é cada vez mais crescente, visto que o surdo está cada vez mais presente nos espaços, em especial nos espaços educacionais. O histórico desse profissional é marcado pela informalidade, somente em 2005, com o Decreto nº 5.626/05, surgiram os primeiros cursos em nível superior para a formação dos TILSE. Falar sobre formação de professores é ainda mais complexo quando se trata de professores para atender as necessidades de educação na perspectiva inclusiva, porém, formar para atuar em espaços educacionais bilíngues é uma necessidade atual, a formação é, em geral, fruto da experiência de atuação fundamentada na prática, o intérprete vai se construindo e se constituindo através da experiência vivenciada.

Anterior ao Decreto 5.626, a lei 10.098 de 2000 já previa a presença do TILSE no nível superior, mas sem nenhuma descrição da formação, para atender demandas judiciais da

comunidade surda, as instituições passaram a contratar pessoas sem muito critério, para atender a demanda que era urgente, dessa forma, tornou-se comum pessoas sem formação atuarem como intérpretes no nível superior.

Todavia, como abordado por Lacerda (2010), o surdo chega ao ensino superior sem fluência em Libras, muitas vezes o que o intérprete traduz não é acessível, resultando em problemas no ambiente acadêmico. O resultado, segundo a autora, são professores resistentes a presença dos TILSE e dos alunos surdos, professores que preparam aulas levando em conta só os alunos ouvintes, desentendimento entre professores e intérpretes, falta de planejamento no processo de avaliação do estudante surdo, falta de preparo de todos os envolvidos, problemas relacionados ao aprendizado do aluno surdo – problemas esses que poderiam ser evitados se o intérprete recebesse o material com antecedência –, além disso, há a falta de um planejamento em conjunto para definir ações pedagógicas específicas.

Lacerda (2010) ainda pontua que, na educação básica, os TILSE também enfrentam as mesmas dificuldades, muito embora tanto no ensino fundamental como no ensino médio, mediante a matrícula do estudante surdo seja obrigatória a presença do intérprete. Nesse sentido, mesmo que a formação dos TILSE não resolva todos os problemas, a falta dela pode contribuir para que as dificuldades aumentem e se aprofundem.

Lacerda (2010) ainda ressalva que a profissão e a formação de tradutores intérpretes de línguas orais é uma área que vem se consolidando por muitos anos e que há uma demanda do conhecimento tanto da língua fonte quanto da língua alvo. O domínio das línguas deve ocorrer antes da formação como tradutores e intérpretes. Na perspectiva da autora, na formação do tradutor intérprete de língua de sinais, em instituições públicas como, por exemplo a UFSC, a prova é organizada de uma forma que não atesta a fluência em Libras do candidato, o Português é pouco avaliado, há instituições de ensino superior privada que permitem que estudantes que não possuem nenhum conhecimento em Libras ingressem nos cursos, isso ocorre pois, se não for dessa forma, como a procura pelo curso é baixa, nem sempre é possível formar turmas. Esse fenômeno, conforme pontua Lacerda (2010) acontece também em outros países e, uma das possíveis explicações para esse fato é que o campo de trabalho para os TILSE concentra-se na educação e há um histórico de remuneração muito menos atraente que o tradutor intérprete de línguas orais.

Para a autora, o papel do intérprete no espaço educacional ainda é incipiente por ser uma profissão nova e que a presença do intérprete em sala de aula não garante que as necessidades educacionais do aluno surdo serão contempladas, ademais, às vezes a presença do intérprete pode mascarar uma inclusão que exclui.

Segundo Lacerda (2010, p. 138), é fundamental que os TILSE desenvolvam conhecimentos que compreendam significados e sentidos, pois a linguagem tem natureza ideológica e reflete valores culturais dos seus usuários. O intérprete é um interlocutor ativo, o trabalho de interpretação além do campo gramatical e linguístico se estende ao campo cultural e social e precisam ser levados em conta para compreender os sentidos do texto.

Na formação de TILS, para uma educação inclusiva, é importante focar em questões relativas ao espaço educacional por conhecer os princípios da educação inclusiva bilíngue para educação de pessoas surdas. Nessa perspectiva, a língua de sinais precisa ser respeitada como língua de prestígio no espaço escolar e a postura dos TILS contribui para que isso se efetive. Lacerda (2010, p. 139) destaca que as aulas e outras práticas escolares precisam prever a circulação da Libras, pois ela precisa ser considerada no processo de aprendizagem. Nesse sentido, o papel do intérprete não pode ser secundário.

É deveras necessário levar em conta cada nível de ensino que o TILSE irá atuar, refletir sobre as características da Libras usadas por crianças, jovens e adultos é fundamental para refletir sobre o uso de estratégias especiais para cada caso, utilizando-se de recursos (ex. visuais) disponíveis que possam favorecer no processo da educação inclusiva.

As tarefas dos TILSE que atuam nos ambientes educacionais são bastantes complexas, pois elas envolvem diversos interlocutores (alunos surdos, alunos ouvintes, professores, gestores entre outros). Essa complexidade do papel dos TILSE educacional precisa ser considerada para que a formação deste profissional seja cada vez mais qualificada.

No artigo *Atuação do Intérprete Educacional: parceria com professores e autoria*, Santos e Lacerda (2015, p. 506) afirmam que a função do intérprete educacional não se restringe à tradução e à interpretação dos enunciados: ele é coautor dos discursos proferidos pelo professor em sala de aula e sua prática se atrela ao trabalho desenvolvido pelo professor. Para as autoras, o intérprete é essencial na educação bilíngue, sendo apontado como único profissional necessário quanto à educação dos surdos, isso é preocupante, uma vez que é necessário ter cautela e um olhar atento para a atuação do intérprete, que é ou deveria ser parte de uma equipe de profissionais responsáveis pela educação bilíngue.

Discutir a educação de surdos no Brasil faz com que seja necessário retomar o pensamento de algumas décadas atrás, considerar os aspectos históricos é importante para entender as atuais propostas de educação bilíngue. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB (BRASIL, 1996), estabeleceu-se que toda pessoa com deficiência deveria ter acesso à educação. A partir daí, a inclusão educacional para pessoas com deficiência começou a ganhar espaço e visibilidade para garantir educação e igualdade de condições,

através de leis.

Os surdos têm se destacado no Brasil pelas lutas a favor das políticas públicas e da busca incansável do reconhecimento de seus direitos linguísticos. Há documentos legais recentes que tratam da especificidade linguística dos surdos e a educação bilíngue deve atender às necessidades de aprendizado do aluno surdo através da Libras, que possibilita o acesso aos conhecimentos e aos aspectos da cultura e da identidade da comunidade surda.

O Decreto 5.626/2005 destaca a necessidade, na educação bilíngue, do intérprete de língua de sinais a partir dos anos finais do ensino fundamental. Esse profissional precisa ser ouvinte e ter competência e fluência em Libras/Português, possibilitando a interpretação nas instituições de ensino.

Os intérpretes de língua de sinais, inicialmente, atuavam na esfera da interpretação comunitária, comunicação entre usuários e não usuários de uma língua nos espaços sociais. Com a intenção de facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, familiares, amigos, os intérpretes passaram a desempenhar a função de intérpretes em situações do cotidiano. Atualmente, a profissão do tradutor/intérprete está consolidada e ligada à área dos *Estudos da Tradução*.

O contexto educacional é o mais requisitado com a maior demanda no campo da interpretação de língua de sinais. Alunos surdos precisam de respeito por causa da sua diferença linguística, é o intérprete que irá promover o acesso às informações e aos conteúdos ministrados ao aluno surdo em sala de aula na construção de sentidos e de conhecimento.

Santos e Lacerda (2015), a função de tornar o conteúdo acessível é a maior responsabilidade do intérprete. É uma realidade que muitos surdos tiveram acesso tardio à língua de sinais, resultando em prejuízos para a linguagem e constituição do indivíduo. Quando o intérprete encontra surdos que conhece pouco a língua de sinais, o cuidado com a interpretação deve ser ainda maior. O intérprete precisa estar alerta à compreensão do aluno surdo, aproximando e adaptando-se a realidade dele.

As autoras ainda afirmam que somente a presença do intérprete não garante a inclusão do aluno surdo, é necessário rever as práticas em sala de aula, visando suprir as necessidades do aluno surdo, é urgente que a escola reveja a metodologia utilizada e o currículo proposto. O intérprete, além de ser fluente em Libras, quase sempre, é alguém envolvido com a comunidade surda, conhece a realidade do surdo, as dificuldades do dia a dia, as formas de compreensão e as estratégias de comunicação. Dessa forma, o IE, com planejamento adequado, com acesso antecipado ao conteúdo, pode contribuir muito no contexto inclusivo, pois o intérprete, com seu conhecimento de surdez, pode dar sugestões e ideias, produzir materiais visuais para contribuir

com o professor, unindo forças em prol do estudante surdo e favorecendo o seu aprendizado.

A parceria entre intérprete e professor, em que ambos caminhem lado a lado num trabalho de cooperação e reciprocidade, pode propiciar mais liberdade ao IE no momento da interpretação, fazendo com que ele consiga desenvolver uma relação de confiança tanto com o professor quanto com o aluno, e, assim, criar e recriar os enunciados, sentindo-se mais seguro ao transmitir os conceitos.

De acordo com Santos e Lacerda (2015, p. 516), para compreender a transcrição, que vai além do traduzir/interpretar, é necessário considerar o limite das línguas para compensar as perdas que ocorrem no processo da transformação de um texto original em outro texto original, visto que é tolerável ao tradutor e intérprete alguma “interferência” no conteúdo. Ainda segundo as autoras, esse conceito dá ao profissional a participação ativa no processo de transcrição, não sendo mais a sombra do autor, o texto original passa a ser uma nova criação, mas mantendo a sua essência. A transcrição é um processo de assimilar a palavra dos outros, que inclui um grau de expressão, de valor, de percepção, de criação, de reelaboração, resultando em uma nova produção. A interpretação baseia-se nesse princípio, visto que, ao emitir o discurso e ao interpretá-lo, as palavras são próprias e alheias ao intérprete. É a partir desse olhar que se faz a reflexão da atuação do IE em sala de aula, pensar nas relações e escolhas do tradutor/intérprete no contexto bilíngue, em meio a tensões e construção de conceitos pelo estudante surdo, esse é o objeto de estudo da pesquisa de Santos e Lacerda (2015).

A pesquisa de Santos e Lacerda (2015) foi realizada numa escola de ensino fundamental, na escola onde os dados foram coletados estava sendo aplicado um Programa Escolar Inclusivo e Bilíngue, produzido em um município do estado de São Paulo desde o ano de 2009, o objetivo era preparar escolas para se tornarem polo para atenderem alunos surdos, visando ter escolas mais preparadas, com práticas pedagógicas adaptadas aos alunos surdos, garantindo a acessibilidade e a permanência deles na escola.

O profissional intérprete, na sua atuação, irá perceber o nível de conhecimento do aluno surdo, adaptando a melhor forma de acompanhar o estudante. O processo da tradução e interpretação se dá na construção do enunciado pelo falante e a reconstrução desse enunciado para o público surdo; o intérprete é o profissional que atua na fronteira de sentidos da língua fonte e da língua alvo.

Para o aluno surdo, elaborar conceitos é uma tarefa necessária, mas complexa; para o intérprete, traduzir e interpretar tais conceitos, é extremamente delicado. Daí a importância do professor se responsabilizar por seu aluno surdo, pois é ele quem domina os conceitos científicos e as estratégias de ensino. O professor precisa do intérprete para auxiliar nas questões

da surdez e da Libras e o intérprete precisa da boa atuação e do conhecimento do professor para que seu trabalho seja efetivo, o trabalho de traduzir/interpretar e recriar enunciados é tão árduo quanto o de ensinar e merece discussões mais aprofundadas e que deem destaque a tais práticas

Martins (2016, p. 148), no artigo *Tradutor e intérprete de língua de sinais educacional: desafios da formação*, busca mostrar o que se pensa sobre a tarefa de intérpretes educacionais e como isso reflete na formação desses profissionais. Na sua experiência na área, a autora menciona aspectos preocupantes, como a dificuldade de acolhida do aluno surdo pelo professor regente decorrente da falta de conhecimento da língua de sinais, o intérprete acaba ocupando um lugar que não é o dele. Quando os papéis são confundidos, pode haver um prejuízo para o aluno, pois é o professor quem está apto para ensinar. Segundo a autora, o que deveria haver é um trabalho em parceria, uma relação triangular entre professor-conhecimento-aluno-surdo, mediada pelo intérprete.

Martins (2016 p. 148, 149) destaca os paradoxos da inclusão e as ciladas que intervêm na atuação do intérprete, o que ela muito bem define como lugar vago da “ensinagem” do aluno surdo, ligando surdos e intérpretes pela afinidade linguística. Poucos são os professores regentes que se aventuram a se relacionar diretamente com o aluno surdo sem a mediação do intérprete, ultrapassando a barreira linguística, o não conhecimento da Libras. Portanto, o intérprete funciona como agente pedagógico na medida que o surdo o convoca para esse lugar. O autor também faz uma retomada histórica da sua trajetória como intérprete e tem como objetivo principal analisar a formação dos intérpretes, que embora bacharéis pela formação proposta, lidam com situações de ensino. A nomenclatura usada pela autora é a mesma que adotamos neste estudo TILSE, e ela a usa para marcar a área de atuação e a área mais requisitada de intérpretes atualmente é os espaços educacionais. Para diferenciar interpretação e tradução recorremos a Quadros (2004, p. 9):

tradução de uma língua de sinais para a língua escrita de uma língua falada, da língua escrita de sinais para a língua da escrita da língua falada para a língua de sinais, da língua de sinais para a escrita da língua falada, da escrita da língua de sinais para a escrita da língua falada e da escrita da língua falada para a escrita da língua de sinais. A interpretação sempre envolve as línguas faladas/sinalizadas, ou seja, nas modalidades orais auditivas e visuais espaciais.

Assim, o trabalho do intérprete educacional contempla mais a interpretação do que a tradução, em suas especificidades, a interpretação envolve línguas faladas e a tradução é mediada pela escrita.

O histórico da interpretação em contexto educacional foi acontecendo de acordo com que as necessidades iam surgindo, conforme as dificuldades eram detectadas, por exemplo,

não havia formação adequada e prévia e, como consequência, havia a falta de domínio da língua de sinais e do conhecimento pedagógico que envolve alunos surdos. Por anos, diversos foram os desafios enfrentados pelos TILSE: profissão que se inicia sem uma formação base; os resquícios de uma trajetória de atuação marcada pelo assistencialismo e voluntariado; falta de conhecimento e de preparação da escola sobre a educação dos surdos. Desse cenário, a inclusão promove a relação paradoxal entre interpretar *versus* ensinar, tendo que tratar de questões didáticas que envolve os TILSE.

É necessário refletir sobre o que tem sido traçado sobre o fazer dos intérpretes educacionais e sua interação tanto com aluno surdo quanto com o professor regente. A subjetividade do intérprete se relaciona pela reflexão das ações por ele orientadas, pelas motivações e pelas relações com o outro, isso por ser um movimento de resistência. É nesse sentido que trazemos a educação para a resistência e que se torna possível falar da atuação e da mediação do intérprete educacional como agenciador de mudanças.

Há, segundo Lima (2006), uma crescente oferta de formação em nível de graduação com a abertura dos cursos de Letras-Libras Bacharelado oferecidos pelas universidades federais com o apoio público através de verbas governamentais devido à nova realidade da crescente demanda na área, sendo importante, também, o ajuste no currículo nas instituições de ensino. A interpretação no contexto educacional requer uma formação prévia, porém a falta de domínio da língua de sinais e a falta de domínio de questões pedagógicas sobre alunos com surdez poderá prejudicar o aluno surdo no seu rendimento escolar.

Segundo Lima (2006, p. 38), “há poucos cursos de formação de intérpretes no país e nenhum específico para intérpretes educacionais”. Portanto, a falta de orientação e a complexidade que envolve a interpretação no contexto de ensino resultam em ações contraditórias e desajustadas. Vale lembrar que quando a pesquisa de Lima foi feita, no ano de 2006, ainda não havia cursos para intérpretes de libras, o primeiro curso foi oferecido pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), no ano de 2008. De acordo com Tuxi (2009, p.15), há uma crescente atuação de intérpretes em vários espaços, mas “a área mais requisitada atualmente, é a realizada em espaços educacionais”. Posto a complexidade da ação da atuação do intérprete no contexto de ensino, na educação inclusiva, fundamentada na perspectiva pedagógica uma ‘atividade educadora’, portanto, ao tomar a educação como transformadora, a interpretação também passa a ser uma ação criativa e transformadora.

A atuação de tradutores e intérpretes começou no Brasil no círculo religioso e familiar, no ano de 1989 surge no Brasil o primeiro curso de Letras-Libras na cidade do Rio de Janeiro, nesse período a Libras ainda não tinha sido oficializada, sem participação do governo.

Através das lutas dos movimentos surdos, que se começou a busca pela regulamentação do tradutor intérprete como profissão, sendo que somente no ano de 2010 que isso acontece, de fato, com a Lei 12.319/2010.

Outra lei que foi de extrema importância para o processo de inclusão foi a Lei 10.436/2002, regulamentada pelo decreto 5626/05, essa lei reconhece a Libras como meio de expressão e comunicação, ela sugere formas de acessibilidade para os surdos, a presença de intérprete nos espaços sociais e especialmente no âmbito educacional. Santos (2012) mostra que, de acordo com o estudo do período de 1980 a 2010, os fatos históricos mostram que o intérprete de libras aparece no cenário escolar quando se lutava por uma educação inclusiva, momento em que a surdez passa a ser vista de outra forma, não mais por um viés clínico, mas sim como uma diferença linguística e cultural.

O relato dos autores mostra que o profissional intérprete de língua sinalizada, no Brasil, é um ser que rompeu com concepções que perduravam a mais de um século. De acordo com Sacks (1998), desde o Congresso de Milão, realizado na Itália, no dia 11 de setembro de 1880, fora proibido o uso e o ensino de língua de sinais em vários países. Estas concepções de educação são imaginários religiosos que irão avançar no tempo e cair por terra em muitos países da América Latina em fins da década de 1980 e primeira metade da década de 1990 (SANTOS, 2012, p.4).

Todos os movimentos em prol da comunidade surda contribuíram para as conquistas alcançadas, a surdez sendo considerada diferença linguística e o quanto os estudos surdos avançaram tornando obrigatória a presença do intérprete em vários espaços, principalmente no educacional. A educação com a escola dita inclusiva resistiu muito a chegada da figura do intérprete, a ação do intérprete educacional era vista como uma atividade instrumental, um concerto a não audição do surdo. A função imposta ao intérprete era somente interpretar, isso poderia significar, que ele não deveria se envolver em ensinar. No entanto, para Martins (2016, p.154), é lutando e não aceitando ser instrumento para o ensino que o TILSE não interpreta literalmente o que foi dito pelo professor, e sim opta por adaptar o conteúdo para língua de sinais de forma que torne o conteúdo mais compreensível para o aluno surdo, promovendo o seu aprendizado. Esta postura poderia esbarrar na ética do TILSE em sala de aula e esse é um questionamento que, de fato, surge, porém, é contra os discursos homogeneizadores por igualdade na educação que os TILSE ressignificam conteúdos na escola, evidencia seu compromisso com o aluno surdo e o êxito em seu aprendizado, isso sim para o profissional parece ser o mais ético.

Quanto aos desafios enfrentados pelos TILSE no cotidiano escolar, Martins (2016,

p.155,156) relata três fatores relevantes:

1) a profissão inicia sem uma formação base, indo da prática, do fazer pela e para a sobrevivência do outro em espaço sem acessibilidade comunicativa, o que conduz a diversos modos de entender o que deve ou não ser feito; 2) os resquícios de uma trajetória religiosa que ainda influencia o modo de atuação de muitos TILSE na escola, para além do contexto eclesial; 3) a escola não tem nenhuma diretriz sobre a atuação de TILSE e desconhece as questões sobre educação de surdos [...] A inclusão promove a relação paradoxal entre interpretar versus ensinar e nesta esteira há que tratar de questões didáticas e de como atuar neste espaço que é o maior campo de atuação de profissionais tradutores intérpretes de língua de sinais..

É na luta pela sobrevivência de intérpretes que surge o discurso de hostilidade, contra eles que se manifesta quando o intérprete se nega ou se queixa de assumir um papel que não é o seu, discurso que apregoa que a prática inclusiva tem feito com que o intérprete construa uma parceria com o estudante surdo na produção de uma educação realizada pela língua de sinais; nessa direção, muitos intérpretes vão além do seu papel, com uma atuação mais ativa, resignificando práticas no cotidiano, perante os desafios enfrentados, na sua ação ética com o outro e com a sua parceria com o aluno surdo e o compromisso com o seu aprendizado, mobilizando professores para resignificar as aulas de uma maneira mais acessível.

Martins (2016) defende uma posição de maestria por parte do intérprete na condução do aprendizado de modo ativo. Em que o intérprete tem que criar estratégias de ensino para ajudar o aluno surdo. Nessa base é que o autor traz a atenção para a educação de resistência, o intérprete educacional como agente de mudanças, onde ele cita a “educação menor” que busca as vias das resistências e das recriações. A educação menor como sendo grupos de militância, que precisam lutar para alcançar e manter seus direitos perante a sociedade, pois muitas vezes são marginalizados e desprezados. É preciso que haja mais tradutores intérpretes que anuncie os problemas encontrados nas salas de aula, e que ao mesmo tempo seja consciente da reflexão de si, que tenha o cuidado ético de si, que perceba a função de intérprete muito mais que prescrição de papéis, que mostrem a flexibilidade que os futuros intérpretes terão que ter, que colaborem ativamente com os professores na direção do aprender e que seja comprometido com o espaço educativo em que se fizer presente.

Martins (2016, p. 159) destaca a formação de tradutores intérpretes de língua de sinais, não uma formação que anuncie todos os problemas encontrados na sala de aula, mas que apresente a necessidade da reflexão de si, do cuidado ético, que aponte para a função de intérprete para além da prescrição de papéis, maleabilidade, colaboração, comprometimento e, assim, formar profissionais com um novo olhar dentro das possibilidades reais de ação.

Gualberto, Farias e Costa (2017, p. 1), em *Aspectos históricos da formação do*

*intérprete educacional de língua brasileira de sinais*, destacam que, no Brasil, há seis leis em vigor que regulamentam a profissão e determinam a formação do intérprete. Entretanto, no ano em que essa pesquisa foi feita, havia poucas instituições que ofereciam essa qualificação, infelizmente, nesse sentido, o cenário não mudou muito. O artigo também aborda como se constitui a formação dos TILSE no âmbito educacional.

Os TILSE surgem no contexto de afirmações políticas dos surdos, atua na mediação do discurso para possibilitar e garantir acessibilidade comunicacional entre surdos e ouvintes. Com a garantia do cumprimento da lei de uma educação inclusiva, surge a necessidade de profissionais que atendessem as especificidades linguísticas dos estudantes surdos, tendo um aumento da necessidade de intérpretes educacionais.

Em se tratando de aspectos históricos dos TILSE, a formação se iniciou na década de 1980, os primeiros intérpretes no Brasil foram em atividades religiosas de maneira voluntária. Nessa mesma década, a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos) surge realizando cursos de capacitação e encontros sobre temas da área.

Ainda sobre os aspectos históricos que marcaram a formação dos intérpretes educacionais, Lacerda e Gurgel (2011 p. 483) destacam que os TILSE, em 2008, começaram a se organizar em associações regionais a FENEIS criando a FEBRAPILS (Federação Brasileira das Associações dos Profissionais Tradutores, Intérpretes e Guias Intérpretes de Língua de Sinais) com representação em órgão internacional que representa os TILSE do mundo todo, a World Association of Sign Language Interpreters (WASLI).

Sobre a atuação do tradutor intérprete de Libras, Quadros (2004, p. 27) afirma:

Ele processa a informação dada na língua fonte e faz escolhas lexicais, estruturais, semânticas e pragmáticas na língua alvo que devem se aproximar o mais apropriadamente possível da informação dada na língua fonte. Assim sendo, o intérprete também precisa ter conhecimento técnico para que suas escolhas sejam apropriadas tecnicamente. Portanto, o ato de interpretar envolve processos altamente complexos.

Portanto, o ato de interpretar envolve processos complexos e requer do profissional habilidades linguísticas para estruturação da interpretação. Para Pagura (2015), o conhecimento enciclopédico do intérprete tem que ser grande, as bases do seu conhecimento têm que ser construídas antes da preparação do trabalho em questão, com formação, tempo e experiência adquirida.

Gualberto, Farias e Costa (2017, p. 9) ainda salientam que a trajetória da profissão do TILS e a constituição da sua formação caminham juntas com as lutas e conquistas da comunidade surda brasileira. O perfil do profissional TILSE se constitui e avança junto com as

demandas das pessoas surdas, nas relações sociais entre surdos e ouvintes.

Atualmente, a formação dos TILSE é oferecida em Associações de Surdos, Centros de Atendimento Educacional Especializado (CAEE), Centros de Capacitação de Profissionais da Educação e de Atendimento às Pessoas com Surdez (CAS), Projetos de extensão universitária, Pós-Graduação e Graduação em Tradução e Interpretação de Libras/Português. Embora os cursos de formação superior existam, a formação informal oferecida pelas instituições religiosas e pelo contato com o surdo tem predominância.

O Exame Nacional para Certificação no Ensino da Língua Brasileira de Sinais e na Tradução e Interpretação da Libras/Português/Libras (PROLIBRAS) que era realizado pela UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), em parceria com o INES (Instituto Nacional de Estudos Surdos), teve como objetivo certificar profissionais em nível nacional, a proficiência era para o ensino e/ou interpretação da Libras. Ao todo foram realizadas sete edições (2006, 2008, 2009, 2010, 2013 e 2015). Hoje, os cursos superiores na área, que já aumentaram significativamente, e as bancas de concursos com provas práticas de proficiência em Libras, substituíram a exigência do exame e ele foi extinto, visto que o Decreto 5.626/2005 estabelecia que seria temporário.

O IE é um dos profissionais qualificados que atua para atender as necessidades linguísticas dos estudantes surdos. Em nível médio, a formação prevista na Lei nº 12.319/2010 no artigo 4º incluem:

I – cursos de educação profissional reconhecidos pelo Sistema que os credenciou;

II – cursos de extensão universitária; e

III – curso de formação continuada promovidos por instituições de ensino superior e instituições de ensino superior e instituições credenciadas por Secretárias de Educação (BRASIL, 2010)

Gualberto, Farias e Costa (2017, p. 08) chamam atenção para um fator relevante a respeito do artigo 4º da lei que limitou a regulamentação da profissão, a formação de nível médio, isto, de alguma, desqualifica o profissional de nível superior, ficando submetido a carreira de nível médio, por não estar prevista a carreira de nível superior.

Diante da demanda crescente por profissionais devidamente qualificados, segundo (CASSIANO, 2016, p 4) alguns Estados seguem a formação definida pela FENEIS pautado no documento: “O que é intérprete de Língua de Sinais para pessoas surda?”, algumas das exigências são:

a) Ter competência na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais;

b) Possuir no mínimo ensino médio completo, mas preferencialmente ensino

superior;

- c) Ser membro ativo da Associação de Surdos local;
- d) Possuir certificado expedido pela FENEIS;
- e) Possuir certificado Exame PROLIBRAS – MEC;
- f) Possuir alguma noção de outro idioma estrangeiro;
- g) Ter noções suficientes de linguística, comunicação e técnicas de tradução e interpretação;
- h) Ter contato com surdos adultos com frequência comprovada;
- i) Ter disponibilidade de tempo para estar presente onde se fizer necessário

Outro documento norteador para o Intérprete é o Código de Ética que guia seu trabalho, com a premissa de pautar pela ética profissional, esse documento foi aprovado no II Encontro Nacional de Intérpretes que aconteceu no ano de 1992 na cidade do Rio de Janeiro.

A trajetória do profissional TILSE caminha junto com as conquistas da comunidade surda, o TILSE, no Brasil, tem um papel importantíssimo no processo de ensino e aprendizagem do estudante com surdez e tem a responsabilidade de manter em dia o estudo de sinais das áreas em que atua.

O Decreto 5.626/2005 também determina que tanto as instituições públicas quanto as instituições privadas devem tornar disponível a acessibilidade comunicacional a pessoas com surdez, que sofrem com o não cumprimento de leis e exercem sua cidadania de forma limitada, configurando, assim, uma “pseudo-cidadania”.

Albres e Rodrigues (2018, p. 16), no artigo “*As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais*”, discutem os papéis assumidos pelos intérpretes educacionais na educação de surdos em escolas inclusivas na perspectiva bilíngue. As autoras consideraram Bakhtin em relação ao discurso e às atividades interpretativas. A pesquisa foi pautada na análise de um documento da Secretaria Municipal de Educação de Florianópolis que tem como objetivo definir as atribuições dos TILSE nessa esfera. Levando em conta as atribuições gerais e específicas deste profissional, as autoras concluíram que o papel do intérprete educacional se define pela fusão da prática interpretativa e a ação pedagógica.

Segundo Albres e Rodrigues (2018, p.17), defende-se a educação bilíngue para os alunos surdos em que a Libras e o português convivam no espaço escolar com funções e usos distintos, como é citado no Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005. A educação bilíngue tem sido defendida por grandes especialistas da área como Quadros (2005), Skliar (1997) e Sá (2002). Como o modelo ideal na educação dos surdos, a presença de surdos adultos como modelo linguístico em classes bilíngues, em especial na alfabetização de crianças surdas. Os

estados e municípios têm autonomia para determinar políticas locais, ainda que orientadas por políticas nacionais.

Existe, hoje, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência - Plano Viver sem Limite, mesmo com políticas como essas, as escolas ainda estão longe de um processo inclusivo que promova de fato o pleno gozo dos direitos das pessoas com deficiência na educação. Pois já existem pesquisas comprovadas que a escola Bilíngue é o modelo de escola ideal para o estudante surdo.

Os autores fazem algumas críticas à Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, destacando a falta de diferenciação da atuação dos IE nos níveis diferentes de ensino, visto que a atuação muda de um nível para o outro. Comparando o nível fundamental para o médio, quanto maior o nível de ensino maior a maturidade da pessoa surda, o trabalho do intérprete estará mais focado em aspectos interpretativos; e quanto menos idade tiver a criança mais direcionada sua condição linguística, cognitiva e social que exigirá do intérprete atividades complementares. Entre os profissionais que trabalham na educação do surdo o intérprete educacional é o que mais se destaca nas políticas de inclusão, comparados a professores de Libras e professores de português como segunda língua. Quando a educação inclusiva da área da surdez concentra-se apenas na presença do intérprete ou somente com o seu trabalho sem a participação de outros profissionais da educação, há severas críticas quanto a isso, pois é um trabalho que deveria ser feito em conjunto, com a contribuição de todos os envolvidos.

No seu trabalho em sala de aula, o IE busca desenvolver estratégias tradutórias e interpretativas para lidar com os conteúdos ministrados seja escrito ou oral, adaptando o discurso ao contexto de atuação, levando em conta a dimensão discursiva da linguagem possibilitando aos surdos a participação no processo de ensino que se dá por meio da construção de sentidos.

Albres e Rodrigues (2018) ainda defendem que a efetivação da inclusão carece de preparo dos profissionais e de zelo pedagógico para que não resulte na construção de espaços de exclusão, por vezes, o que acontece é que os IEs são sobrecarregados, como se fossem os professores, e a responsabilidade pelo aprendizado do aluno surdo recai sobre o intérprete. Em razão da falta de entendimento e de desconhecimento sobre a função do IE e a falta de definição em documentos oficiais, alguns pesquisadores descrevem a função do intérprete separando-a da atividade pedagógica. Porém, no ambiente educacional, não é possível não haver interação na atividade de interpretação entre os envolvidos em um contexto tão específico.

O Decreto nº 5.626/05, Artigo 14§2º, destaca que a função do intérprete não deve ser confundida com a do professor. Dentre os profissionais envolvidos na educação dos surdos, o intérprete educacional é um dos que mais aparece nas políticas inclusivas em comparação aos professores de Libras ou de Português como L2. A efetivação da inclusão, sem o devido preparo dos profissionais, tem construído espaços de exclusão, por vezes, sobrecarregando os profissionais que atuam como intérprete educacional, responsabilizando-os pelo aprendizado do aluno surdo, como se fossem os professores.

Segundo Pöchhacker (2009, p.129), os estudos da tradução enfatizam aspectos comunicativos, socioculturais, cognitivos e ideológicos em sua abordagem do fenômeno tradutório, compreendendo-se também como “mediação cultural”. A interpretação é caracterizada como tradução humana em “tempo real” em um contexto comunicativo essencialmente compartilhado.

Na atuação dos intérpretes, os aspectos extralinguísticos são característicos da interpretação, as escolhas e tomadas de decisão que caracterizam os processos tradutórios e interpretativos são feitas com base em características contextuais, políticas e ideológicas. A língua é considerada como prática social, na qual a atividade dos intérpretes é marcada por aspectos culturais e ideológicos. Nesse sentido, “[t]odo enunciado produzido dialoga com outros enunciados já ditos antes dele, tentando até mesmo responder a enunciados que não foram ditos” (SOBRAL; GIACOMELLI, 2016 p. 1079).

Segundo Albres e Rodrigues, p.20, na perspectiva dialógica, a tradução e a interpretação não é um sistema estático, há um dinamismo onde os elementos estão integrados, pois, ao traduzir e interpretar, o sujeito procura entender o que é expresso numa língua considerando os aspectos ideológicos e histórico-culturais, levando-se em conta: quem diz, o quê é dito, como, onde, com que intenção, buscando fazer isso ser entendido em outra língua.

A esfera educacional trabalha essencialmente com professores e alunos, colocando o intérprete como mediador no processo de ensino-aprendizagem. Portanto, o IE é mobilizado pelos interlocutores, a depender do nível de ensino, da condição da aquisição de linguagem, do componente curricular a ser interpretado, das questões afetivas e subjetivas nas relações com os outros definidos pelos papéis sociais.

Entende-se, portanto, que a materialidade de uma educação inclusiva e bilíngue envolve mais que a atuação do intérprete, professores regentes sem formação para atuar com estudantes surdos, adaptando modelos de alunos ouvintes, são provisórios. Práticas pedagógicas voltadas para o visual que prezem pelo uso da Libras vão além da presença e das ações do intérprete e colaboram para a construção de uma educação bilíngue.

Santos (2018, p.2578), no artigo *Relações mediadas: A formação do Intérprete educacional no contexto da educação de Surdos*, apresenta e analisa as relações mediadas pelo intérprete da Libras na educação de surdos através de videogravações de encontros junto a esses profissionais, a pesquisa foi desenvolvida numa escola com Programa Educacional Inclusivo Bilíngue. Os resultados e as discussões são baseados na teoria de Lev S. Vygotsky, apontando para a necessidade de um olhar mais cuidadoso para a relação entre intérpretes e professores, e a importância de espaços formativos, visando uma relação de parceria que favoreça a educação dos surdos.

A autora destaca que há, para a população surda, parte do público-alvo da Educação Especial (PAEE), a necessidade de um olhar diferenciado a essa parcela do PAEE, o que se iniciou em meados do ano 2000, com o movimento de criação da legislação específica. A partir da Lei nº 10.436/02 e do Decreto nº 5.626/05, a educação para surdos foi lentamente sendo compreendida pela sociedade, e foi estabelecido o compromisso com salas em que o professor regente ministre as aulas/conteúdos em Libras nos anos iniciais, e que a presença do TILS se dê apenas a partir da segunda etapa do ensino fundamental. O modelo apresentado no Decreto é que o aluno com surdez, tenha na educação infantil a presença de um professor/instrutor que também seja surdo para ser uma referência para este estudante contribuindo na construção da identidade surda, pois muitas vezes os estudantes surdos são filhos de pais ouvintes, isso pode lhes causar prejuízos no seu aprendizado. A partir da segunda fase do ensino fundamental os alunos com surdez passam a ser acompanhados por intérpretes, para garantir a inclusão e acessibilidade. Porém, nem sempre é assim, o que se observa, na maioria das vezes, é a presença do intérprete educacional para inclusão do estudante surdo em qualquer fase do ensino.

Santos (2018, p. 2580) aborda que, de acordo com o Decreto 5626/2005, a educação bilíngue mais adequada é que nos anos iniciais na educação de surdo é que a língua de instrução seja a Libras e que um professor bilíngue ministre o conteúdo e que ele seja acompanhado pelo intérprete somente a partir da segunda etapa do ensino fundamental. O termo IE é usado para denominar a atuação no espaço educacional.

Ainda segundo Santos (2018, p.2552), na teia de relações em que o intérprete está emaranhado, nas várias relações em que o intérprete está inserido, ele lida com todos os envolvidos no contexto educacional, com o professor, o gestor, o aluno surdo, o aluno ouvinte, tudo mais que abarca o transmitir conhecimento, por isso sua atuação não está restrita somente ao plano dos conhecimentos linguísticos.

Santos (2018, p. 2581) segue dizendo que, por mais clara que seja a função do docente como responsável pelo ensino, o IE faz escolhas ao enunciar na língua alvo, o que o

torna um sujeito não-neutro e responsável pelos seus atos e coautor dos dizeres proferidos. Além do conhecimento linguístico e dos processos de tradução e interpretação, são necessários conhecimentos pedagógicos para atuar em sala de aula. A atuação em sala de aula exige do profissional conhecimentos mínimos sobre os processos de ensino e aprendizagem do estudante surdo. O IE atua, assim, como o professor, como mediador do conhecimento, responsável por possibilitar que conceitos cotidianos se transformem em conceitos científicos.

O lugar em frente ao quadro, historicamente falando, sempre pertenceu ao professor, dividir a tarefa de apresentar o conhecimento ao aluno acaba tornando-se doloroso, causando estranhamentos. Na atuação do intérprete educacional, a parceria passa a ser marcada também pela relação de poder, de hierarquia em sala de aula. Além de afetar a relação interpessoal, isso poderia também influenciar na relação profissional e afetar diretamente o conteúdo.

São muitas as situações cotidianas às quais o IE é exposto, pois seu trabalho promove relações diversas com sujeitos diversos. Essas relações podem ser marcadas pela relação de poder e de hierarquia em sala de aula. O processo criativo de interpretação está ligado à afinidade, pois, por seu conhecimento e sua afinidade com os temas que interpreta e pela forma que os conteúdos são passados pelos professores em sala de aula, o IE pode gerar criações afetivas.

Sobre o IE, as discussões e pesquisas mais atuais ainda se encontram em fase de afirmação quanto ao seu papel mediador e pedagógico, os resultados das pesquisas apontam menos para os problemas linguísticos e mais para as relações e para o ser humano. As relações sociais que permeiam e constituem o fazer intérprete educacional são complexas, envolvem relações de poder, afetos, emoções que afetam diretamente seu fazer na sala de aula e como consequência, a mediação do conhecimento para o estudante surdo.

Os resultados de Santos (2018) apontam que criar uma rede de apoio, trocar experiências, se ver no outro, isso beneficia a todos os profissionais envolvidos, dando segurança e flexibilidade para enfrentar as adversidades do dia a dia. Por outro lado, é urgente a formação de professores, a relação do Intérprete Educacional-professor precisa ser cuidada por ambos, a fim de manter a empatia e a parceria e desenvolver, assim, o efetivo trabalho em equipe.

Mais que conhecimento linguístico, é necessário refletir, com cuidado, sobre as relações interpessoais, considerando os espaços ocupados por esses profissionais e o impacto que sua presença gera nos demais profissionais presentes, em especial o intérprete educacional, reflexões como essas podem contribuir para essa área tão recente e carente de pesquisas, porém

uma área muito promissora que merece atenção para promoção e ampliação dos conhecimentos.

Segundo Anchieta (2019, p. 99, 100), em seu artigo *Bastidores da Inclusão: A relação educacional professor - aluno surdo - intérprete de libras*, o surdo é o protagonista nessa relação tripartite, sobre a prática educacional em sala de aula, a eficácia é questionada por revelar problemas de aprendizado desses sujeitos. A partir do momento que surge a Lei nº10.436/02, a sala de aula ganha novo cenário com dois profissionais: professor e intérprete, e passa a haver a valorização das salas de aula bilíngue, por atender, assim, a lei.

De acordo com Anchieta (2019, p100), para fazer cumprir o “viés da inclusão”, as escolas buscam acessibilidade a fim de transpor as barreiras para a efetiva participação da pessoa com deficiência. No caso do estudante com surdez, isso ocorre por meio de tradutores e intérpretes de Libras/Português a fim de promover a comunicação entre pessoas surdas e pessoas ouvintes. Diante da proposta da educação bilíngue, surge uma nova discussão sobre a educação dos surdos e as mudanças que impactam diretamente na sala de aula. O Bilinguismo defende duas línguas, a língua de sinais e a língua de modalidade oral/auditiva. A principal estratégia do bilinguismo é ensinar a Libras como Primeira Língua (L1) e português como Segunda Língua (L2), o resultado é a língua de sinais valorizada para quem é fluente e faz uso dela e o português escrito ensinado de maneira adequada aos surdos. Portanto, a proposta bilíngue que defende a língua de sinais como L1 foi uma grande conquista na história da educação dos surdos.

A pesquisa de Anchieta (2019) envolve o cenário da escola inclusiva, com salas de aulas com a presença de alunos e surdos e ouvintes, com professores ouvintes e a mediação do intérprete, o objetivo foi mapear como é a relação entre intérpretes, alunos surdos e professores e trazer à tona o que todos os envolvidos pensam nesse contexto de inclusão. A pesquisa teve como proposta também fazer um paralelo entre uma escola inclusiva com a presença do Tradutor Intérprete em Língua de Sinais e Português (TILSP) na sala de aula com uma educação integralmente bilíngue.

O estudo de Anchieta (2019) mostra que a comunidade surda, muitas vezes, tem se posicionado contra as classes nomeadas inclusivas, sendo a favor da implementação de escolas bilíngues para surdos, onde todas as disciplinas são ensinadas em Libras com o Português na modalidade escrita. Assim, a língua de sinais vai contribuir com o processo de ensino e aprendizagem, não precisando de um mediador no caso o TILSP. O objetivo de Anchieta (2019) era apresentar um projeto de educação bilíngue para uma escola municipal de Juiz de Fora no Estado de Minas Gerais. No caso de se ter um aluno surdo em sala de aula, a postura dos professores tem que estar coerente, na forma de avaliar, na adaptação de metodologias, na

transferência de papéis entre intérprete e professor. Nesse sentido, a presença do intérprete de Libras é discutível e crucial, Anchieta (2019) buscou saber se o intérprete assume o papel designado ao professor, a postura ética do intérprete, sua formação acadêmica e a forma como lidam diariamente com os surdos.

De acordo com Anchieta (2019), os principais sujeitos que motivaram a pesquisa foram os alunos surdos, por isso o foco é no bem-estar ou mal-estar desses sujeitos, eles se encontram numa escola onde a língua que predomina é a oral. Além do mais, os envolvidos nesse contexto das relações estabelecidas em sala de aula, todos trazem consigo uma “bagagem” em especial no caso do indivíduo surdo, ele faz parte de uma comunidade repleta de marcas históricas de lutas e uma cultura própria.

Anchieta (2019) esperava, com o resultado da pesquisa, encontrar rejeição dos surdos pelas escolas inclusivas e não aceitação por fechar as escolas de ensino regular, era também esperado encontrar quadro de professores despreparados que não tem conhecimento sobre surdez e intérpretes sem formação para trabalharem na área, apenas com certificação. A pesquisa teve uma boa aceitação por parte da escola para a participação, acolheram e todos contribuíram com preenchimento de questionários e entrevistas.

Os questionários continham perguntas sobre formas de avaliação, perguntaram se os TILSE acompanhavam os alunos durante as provas e a resposta de todos foi que sim, perguntaram aos intérpretes se os professores lhes passavam com antecedência os materiais das aulas, as respostas variaram, uns disseram que sim e outros disseram que não. Os intérpretes reclamaram da falta de acessibilidade nos materiais e nas provas, disseram que muitos professores acreditam que a presença do intérprete em si só garante a acessibilidade do aluno surdo, sendo que os intérpretes disseram ser necessária a tradução antecipada das avaliações. Na relação com os surdos, os intérpretes demonstraram ética profissional. Não houve reclamações de comportamentos impróprios ou troca do papel entre intérpretes e professores. Os TILSE se mostraram disponíveis aos surdos e empenhados na busca por formação e aperfeiçoamento da prática profissional.

Para Anchieta (2019, p.110), a educação dos surdos encontra-se numa confluência de dois profissionais que atuam juntos: professores e TILSE, num contexto dito inclusivo, surge a seguinte pergunta: De que forma o conhecimento tem chegado até os alunos surdos? Na investigação da pesquisa de Anchieta (2019), a relação entre intérprete, aluno surdo e professor, pedagogicamente falando, causou muita inquietação, muitas perguntas precisavam de respostas. Pelo intérprete se tratar de um profissional novo no contexto educacional pode haver ruídos na compreensão do seu papel. Alguns professores disseram que a presença do TILSE

“alivia” a preocupação que eles teriam com os estudantes surdos deixando por conta dos intérpretes a responsabilidade com tais estudantes. Durante minha prática como intérprete pude observar que isso não raro acontece, a responsabilidade pela educação dos surdos não é papel somente dos intérpretes, toda a equipe deveria estar envolvida nessa tarefa, cada um cumprindo com o seu papel, assim poderiam esperar o resultado desejado.

Nessa a pesquisa de campo, a maioria dos professores demonstrou estar satisfeitos com a presença dos TILSE em sala de aula, relatam que, sem o intérprete, as aulas para os surdos não aconteceriam, encaram a relação professor-intérprete agradável. Porém, 100% dos intérpretes entrevistados demonstraram alguma insatisfação quanto aos professores, como a falta de acesso prévia ao material para preparação das aulas, causando impacto no trabalho do intérprete.

Nas relações aluno surdo e docente, a autora menciona que muitos professores, quando se deparam com uma situação a qual não estão acostumados, têm a tendência de fugir ou transmitir a responsabilidade para outra pessoa que, na maioria das vezes, é o intérprete. Por falta de formação/informação adequada, demonstram resistência e falta de preparo para lidar com o aluno surdo e terceirizam ou delegam a outros esse papel que também deveria ser do professor.

Na relação do aluno surdo com o intérprete, o resultado é mais positivo, sendo considerada de companheirismo, é comum alunos surdos se afeiçoarem aos intérpretes, isso tem resultados positivos e negativos, sendo necessário rever algumas posturas na atuação com o aluno surdo.

Anchieta (2019, p. 109) notou uma disposição por parte do intérprete para a busca de formação, para um melhor desempenho profissional, levando em consideração a limitações de ofertas do curso Letras-Libras no ano em que esse estudo foi realizado. Segundo os dados da pesquisa, todos demonstraram interesse em cursar uma graduação específica da sua profissão.

Anchieta (2019, p. 118) também aborda uma outra situação na relação professor, aluno surdo e intérprete, há relatos que a falta de compreensão de como o intérprete atua em sala provoca incômodo em alguns professores e desconfiança na sua competência profissional. Outro fator agravante, há relatos, por parte da comunidade surda, de que muitos TILS não interpretam de forma correta, omitindo e acrescentando informações, utilizam o horário que deveriam estar atuando para conversas paralelas, dessa forma, os próprios surdos tornam-se fiscalizadores do processo de tradução e interpretação.

Cada pessoa tem a sua função dentro da sala de aula, de um lado, o aluno tem que

ter clareza de que o intérprete é o mediador da comunicação, do outro lado, o professor deve estar ciente de que os alunos surdos, assim como os alunos ouvintes, são seus alunos e que eles não podem transmitir a responsabilidade pedagógica ao intérprete, os professores precisam se enxergar como educadores de seus alunos surdos. O professor, assim como o intérprete, precisa conhecer o sujeito com quem está trabalhando, estar sensível e atento às diferenças que existem na classe, por outro lado, o intérprete deve buscar saber a forma da utilização da língua de sinais de cada aluno surdo, buscando conhecer suas especificidades, a fim de fazer as escolhas lexicais adequadas no ato da interpretação. Portanto, Pereira (2013, p.94) afirma que “os três atores desse cenário escolar e inclusivo poderão [...] construir o conhecimento de forma satisfatória, num processo dialógico entre professor, intérprete e o aluno”.

Segundo o olhar da autora os objetivos da pesquisa em análise foram alcançados, em especial quando se trata dos laços existentes entre aluno surdo, professor e TILSE. Para que a escola inclusiva seja de fato efetiva é preciso a mudança da concepção de deficiência pelos profissionais que estão envolvidos no processo. É importante destacar que não há verdades absolutas, o que há são possibilidades, aguardando por novas atitudes.

O Brasil está vivendo um processo histórico na educação inclusiva, ver pessoas com surdez adentrarem em universidades conceituadas, pessoas que antes nem chegavam ao ensino médio, isso é uma grande conquista para a comunidade surda. Os surdos hoje são protagonistas da sua própria vida. É necessário praticar o princípio da alteridade, que consiste na perspectiva de olhar para o outro e dar oportunidade para todos na comunidade escolar. Mudar o significado dado historicamente aos alunos pessoa com deficiência rumo a construção de uma escola realmente inclusiva e acessível a todos.

Duarte, Cruz e Faria (2021, p.1), em seu artigo *Formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português: Visão dos profissionais em atuação no mercado de trabalho*, abordam que a formação dos TILSE é recente e está em crescente discussão no Brasil, nesse sentido, a demanda de atuação desse profissional no mercado de trabalho aumentou consideravelmente, graças às conquistas da comunidade surda, que passou a ocupar vários espaços sociais antes não ocupados. Os autores apresentam uma pesquisa de campo que mostra teoria *versus* prática da profissão de tradutor intérprete de Libras, dificuldades inerentes à profissão, perspectivas da profissão e profissionalização. A formação proposta, atualmente, em nível superior, apresenta carência de conteúdos práticos, sendo que o ideal seria uma formação com equilíbrio entre prática e teoria.

Fazendo um breve histórico sobre a profissão do TILSP, reforçando mais uma vez o que já foi dito, mas, por ser um aspecto determinante para a comunidade surda, os primeiros

trabalhos surgiram no contexto comunitário e em especial no religioso, entre os primeiros profissionais intérpretes estavam aqueles que tinham uma relação direta com a comunidade surda, como por exemplo, parentes, pais ou filhos e amigos de surdos. Esses constituíram a primeira geração de tradutores e intérpretes de Libras no Brasil. Mais tarde, a FENEIS deu início a formação para TILSP ofertando os primeiros cursos e seminários na área, daí surge a

segunda geração de tradutores e intérpretes de Libras, um grupo que continua tendo proximidade com a comunidade surda, os intérpretes experientes orientavam os intérpretes mais jovens. Após a criação dos cursos de graduação surge a terceira geração de tradutores e intérpretes de Libras, são os que não tiveram contato nem com a área e nem com os surdos, mas, que se interessaram pela língua e pela cultura surda ingressaram nesses cursos superiores.

A busca crescente da comunidade surda por crescimento pessoal e profissional resultou na emergência da profissionalização dos tradutores e intérpretes de Libras-português, impulsionando a oferta de cursos bacharelados em Tradução e Interpretação de Libras, o primeiro a ser lançado foi no ano de 2008 pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), apoiados pelo Ministério da Educação (MEC).

As autoras ainda ressaltam que além da fluência nas duas línguas, esses profissionais necessitam de técnicas específicas para os processos de tradução e interpretação e de conhecimentos teóricos. Para Jordão (2013, p. 17), “estar em contato com surdos é essencial para o aprimoramento do TILSP e a presença dos surdos em fóruns sociais mais amplos torna indispensável a inserção desse profissional para além do âmbito familiar ou de pequenos grupos”. O autor destaca que os profissionais têm que interpretar em diferentes contextos que soma valor a aquisição da língua e ao conhecimento das culturas envolvidas intermediando, assim, as relações entre surdos e ouvintes.

O mercado de trabalho do TILSP se amplia cada dia mais e, portanto, é necessário adaptar as novas realidades e contextos por meio de estudos da área. A exemplo, temos a pandemia da Covid-19, que mudou a vida de todos, trazendo uma nova realidade. Os campos de trabalho de tradução e interpretação de eventos *on-line* aumentaram significativamente nesse período, surgindo uma necessidade nova de que tradutores intérpretes ocupassem espaços que antes eram pouco explorados.

A partir de experiências vividas, o profissional pode buscar prever possíveis problemas que podem surgir e com planejamento evitá-los, por exemplo, a importância de estudar previamente o assunto, solicitação de materiais com antecedência, para no ato da interpretação estar preparado. Segundo Jordão (2013, p.66) como a tradução envolve duas línguas, é fundamental o conhecimento gramatical das duas línguas, das culturas envolvidas,

em especial da cultura alvo, das nuances e das especificidades, além dos aspectos que estão relacionados às técnicas discutidas e ensinadas de maneira reflexiva e teórica no processo de formação que antecedem ou permeiam o ato da tradução e interpretação.

Interpretar é uma atividade que requer tomada de decisões a todo instante, dá para fazer correções mínimas no decorrer do discurso, mas revisão minuciosa do resultado não é possível, pois a interpretação acontece em tempo real, ao vivo, ao mesmo tempo em que a língua oral está sendo falada a língua de sinais está sendo interpretada. A tradução, é diferente, se tem tempo e a possibilidade de refazer, rever, analisar e modificar.

O artigo ainda aborda que, na profissão do TILSP, é fundamental dominar as duas línguas, e que a teoria e a prática devem estar alinhadas no decorrer da formação, pois uma complementa a outra. Adorno (1969, p. 1) destaca que “dever-se-ia formar uma consciência de teoria e práxis que não separasse ambas de modo que a teoria fosse impotente e a práxis arbitrária”.

Santos (2010, p.158) menciona “a formação profissional é um fator que fornece subsídios para a atuação do tradutor e intérprete, e que legitima sua prática, assim como qualquer profissão”. A formação de qualidade agrega valores e contribuições à atuação profissional. Na sua pesquisa de campo, a autora demonstra que a graduação é necessária, pois mostra para o graduando um universo que existe, mas, ela não dá a experiência. É importante a formação a fim de unir à teoria à prática. A formação de nível superior específica para o profissional tradutor intérprete de Libras-português é o curso de Tradução e Interpretação em Libras-português. Na formação, é necessário promover vivências reais entre os estudantes da graduação e a comunidade surda.

No estudo, as autoras Duarte, Cruz e Faria (2021, p. 3) tiveram como objetivo analisar a visão dos profissionais TILSP, atuantes na Universidade Federal de Goiás (UFG), sobre o seu processo de formação na área. A visão desses profissionais é a de que somente a formação prática não é suficiente, somente a formação acadêmica não é suficiente para preparar o egresso para o mercado de trabalho, onde os profissionais poderão encontrar adversidades em contextos emergentes e diversos.

Outro aspecto abordado pelas autoras são as dificuldades inerentes à profissão: a falta de conhecimento em relação ao profissional TILSP. A profissão de tradutores e intérpretes de línguas orais tem mais reconhecimento e são mais consolidados no mercado, os tradutores intérpretes de língua de sinais ainda lutam para serem reconhecidos como profissionais, lutam para vencer obstáculo de que seu trabalho deve ser feito por assistencialismo.

A partir da visão dos entrevistados, há outros fatores agravantes para o trabalho

dos TILSP, a falta de recebimento do material antecipado para estudo e preparação dos intérpretes, o desconhecimento da área por parte dos contratantes e demais pessoas, sempre é preciso explicar como funciona o trabalho do intérprete, além disso, problemas técnicos como luz, câmera, espaço e outras coisas, se não forem planejados e organizados podem afetar muito o trabalho. No ambiente educacional, se os professores não disponibilizam o material com antecedência para o intérprete, eles não têm como saber previamente o que vai acontecer na sala de aula. A falta de recebimento do material antecipado pode dificultar a atuação do tradutor e intérprete prejudicar o resultado do trabalho, conseqüentemente, afetando o surdo que depende desse profissional para ter acessibilidade linguística.

A demanda por TILSP tem aumentado notavelmente, sendo assim, esses profissionais precisam buscar melhorias no seu desenvolvimento profissional, a formação complementar também pode contribuir muito para a evolução profissional, a formação continuada é uma forma do tradutor e intérprete continuar estudando e se atualizando ao longo da profissão, pois, a Libras é uma língua, há sempre o que aprender e o que avançar.

Nascimento (2022, p. 9), em *A inserção de alunos surdos nas escolas regulares*, pontua que a Libras deve ser adquirida pelas crianças surdas o mais cedo possível, de preferência com instrutores surdos fluentes em Libras, pois é através da linguagem que se adquire compreensão e habilidade para outros conhecimentos, é nessa etapa que entra o intérprete na aprendizagem do aluno surdo, a presença do intérprete em sala de aula tem como objetivo tornar os conteúdos acadêmicos acessíveis ao aluno surdo, o autor ainda menciona a importância da interlocução dos surdos com usuários da sua língua.

O aluno surdo, no seu aprendizado na sala de aula da escola regular, fica com a sua habilidade de adquirir os conhecimentos comprometidos, sem o profissional que lhe dê o apoio em seu processo de aprendizagem, os conteúdos não vão ser acessíveis para esse estudante, daí a necessidade de um profissional que poderá possibilitar o acesso linguístico. O intérprete participa das atividades dando acesso aos conhecimentos e isso é feito no ato da interpretação, o intérprete também participa do processo de aprendizagem com sugestões e variadas formas de interações que fazem parte do contato cotidiano com o aluno surdo em sala de aula. Porém, é importante que fique claro o papel de todos os envolvidos para que o trabalho seja produtivo e que se estabeleça uma relação de confiança.

É preciso reconhecer que a presença do intérprete no ambiente escolar tem como objetivo principal tornar os conteúdos acessíveis ao estudante surdo, é importante não só traduzir os conteúdos, mas torná-los compreensíveis para ter sentido para o estudante de acordo com sua realidade. Para o intérprete que acompanha tão de perto o aluno surdo, não tem como

não se importar se não está sendo compreendido, se o aluno está aprendendo. Nascimento (2022, p.10) destaca que nessa experiência de interpretar e aprender não se separa, e intérprete educacional assume a função de também ensinar o aluno.

Para Nascimento (2022, p.10) o intérprete tem como objetivo principal facilitar a compreensão dos conteúdos apresentados, através de uma interpretação clara que transmita o conhecimento de modo que o interpretar e o aprender caminhem juntos. É necessário que o intérprete tenha um cuidado com o ensino fundamental, fase em que o aluno surdo está entrando em contato com conteúdos novos. Já o professor, com formação na perspectiva da educação inclusiva, ressignifica o seu papel, enquanto profissional, o papel da escola, o papel da educação e o das práticas pedagógicas utilizadas. A escola regular é o melhor lugar para que a inclusão aconteça, garantindo o relacionamento dos alunos com ou sem deficiência, da mesma faixa etária de idade, buscando garantir o desenvolvimento social, cognitivo, motor e afetivo dos alunos e combatendo a discriminação. Nascimento (2022, 11) também afirma que a Lei nº 10.436/02 e o Decreto nº 5.626/05 foram as maiores conquistas para a educação de surdos no Brasil. Essas leis representam uma vitória para a comunidade surda. Diante disso, surge a necessidade de mais profissionais qualificados em Libras, e a importância de as autoridades garantirem o cumprimento da Lei que estabelece que o aluno surdo tem direito ao intérprete. Nascimento (2022) ainda questiona que com a demanda crescente de alunos surdos nas escolas regulares, será que as escolas estão preparadas para recebê-los? Será que os professores conseguem atendê-los, mesmo que estejam amparados pela legislação?

Na análise dos artigos acima, fazendo uma contextualização entre todos estes artigos, é possível concluir que o lugar que professor, aluno surdo e intérpretes ocupam se mostra semelhante; as queixas e os problemas narrados da mediação: surdo, professor e intérpretes, quase sempre são os mesmos, os discursos estão de acordo. A forma como se dá o processo ensino aprendizagem do aluno surdo já evoluiu muito, como mostram as pesquisas entre os anos de 2005 e 2022. Por exemplo, no ano de 2005, quando o nº Decreto 5.626/05 regulamenta a Lei nº 10.436/02 que reconhece a Libras como segunda língua no Brasil, ainda não existia nenhum tipo de formação para o intérprete. Agora, o decreto já prevê essa formação, porém, o ambiente ideal, onde se vislumbra que o estudante surdo ou pessoa com surdez, encontre os ambientes preparados com profissionais formados para recebê-los, mas infelizmente, isso não acontece, talvez ainda seja uma realidade distante, o que se observa, até mesmo nas escolas e demais instituições de ensino é que tudo vem acontecendo de acordo com que a necessidade vai surgindo.

Segundo Lacerda (2003, p.122), historicamente, os intérpretes educacionais foram

aqueles que vieram do contexto religioso, os intérpretes foram se constituindo na informalidade, eram aqueles, que já conviviam com os surdos no círculo familiar, social e religioso e aprenderam língua de sinais pelo contato com o surdo, pela experiência vivenciada. Muitas vezes eles atuavam como intérpretes sem saber que estavam atuando como intérpretes e é assim que surge a profissão TILS, ser reconhecida foi outra história e percorreu um longo caminho, a partir de 2005, isso ainda demorou um tempo para acontecer. Antes do Decreto nº 5.626/05, o trabalho do intérprete de Libras, estava muito ligado ao assistencialismo e ao voluntariado, esse era o status do TILS, à medida que os surdos conseguem socializar com a ajuda dos intérpretes, essa profissão foi se estendendo e ganhando forças em outras áreas e espaços, principalmente, na educacional. Dessa forma, surgiu a inquietação e a necessidade de buscar conhecimentos sobre a atuação do TILS.

Visto que no Brasil, o debate sobre a atuação dos TILSE no ensino remoto ainda é incipiente. Na próxima tabela, apresentamos alguns resultados iniciais sobre a pesquisa em tradução e em interpretação de línguas de sinais no ensino remoto, registradas por meio de artigos, nessa segunda parte da coleta de dados, foi selecionado quatro artigos para serem analisados, pois o ensino remoto é muito recente e foi criado como um recurso emergencial as pesquisas ainda estão sendo construídas, na área dos Estudos da Tradução; os critérios de seleção são os repositórios mais bem avaliados pelos Programas, um publicado na revista *Fórum Nacional De Coordenadores De Núcleos De Acessibilidade Da Rede Profissional Tecnológica*, o outro pela *Scielo Preprints*, ainda o outro pela *Revasf: Revista Educação Da Universidade Do Vale Do São Francisco*, *Scielo Preprints*, e por último *Educere Et Educare - Revista De Educação*.

Na *Tabela 03* é possível visualizar dados mais detalhados de cada artigo. Os artigos que abordam o tema na modalidade do ensino presencial são de muito mais volume do que os que abordam o ensino remoto, isso é natural, visto que a diferença de tempo em que o primeiro tem sido pesquisado em relação ao segundo é muito maior.

Abaixo encontram-se os artigos tabelados, respeitando as categorias analisadas (autor, título, área, palavras-chaves, link e ano de publicação).

Tabela 03 - Produções acadêmicos entre artigos sobre TILS, professor e aluno (remoto)

	Atuação Dos Tradutores Intérprete De Libras No Ensino Remoto	
1	Autor:	Márcia Cristina Florêncio Fernandes Moret João Guilherme Rodrigues Mendonça
	Nome da revista ou livro:	Fórum Nacional De Coordenadores De Núcleos De Acessibilidade Da Rede Profissional Tecnológica

	Palavras-Chave	Surdos. Educação. Tradutor Intérprete De Libras
	Link:	<a href="https://Publicacoes.Ifce.Edu.Br/Index.Php/Enierpt/Article/View/3200/2635">https://Publicacoes.Ifce.Edu.Br/Index.Php/Enierpt/Article/View/3200/2635</a> <a href="https://Publicacoes.Ifce.Edu.Br/Index.Php/Enierpt/Article/View/3200/2635">https://Publicacoes.Ifce.Edu.Br/Index.Php/Enierpt/Article/View/3200/2635</a>
	Ano:	2020
2	Atuação de tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa no ensino remoto: uma revisão sistemática da literatura	
	Autor:	Welbert Vinícius de Souza Sansão Anabela Cruz-Santos
	Nome da revista ou livro:	Revasf: Revista Educação Da Universidade Do Vale Do São Francisco
	Palavras-Chave	Ensino Remoto; Tils; Covid-19; Surdos.
	Link:	<a href="https://Repositorium.Sdum.Uminho.Pt/Bitstream/1822/81835/1/Sans%C3%A3o%20%26%20cruz-Santos%202022.Pdf">https://Repositorium.Sdum.Uminho.Pt/Bitstream/1822/81835/1/Sans%C3%A3o%20%26%20cruz-Santos%202022.Pdf</a> <a href="https://Repositorium.Sdum.Uminho.Pt/Bitstream/1822/81835/1/Sans%C3%A3o%20%26%20cruz-Santos%202022.Pdf">https://Repositorium.Sdum.Uminho.Pt/Bitstream/1822/81835/1/Sans%C3%A3o%20%26%20cruz-Santos%202022.Pdf</a>
	Ano:	2022
3	Análise das percepções de TILS quanto à atuação no ensino remoto	
	Autor:	Welbert Vinícius de Souza Sansão Anabela Cruz-Santos
	Nome da revista ou livro:	<i>Scielo Preprints</i>
	Palavras-Chave	Ensino Remoto. Covid-19. Tradutor E Intérprete De Libras, Educação De Surdos.
	Link:	<a href="https://Preprints.Scielo.Org/Index.Php/Scielo/Preprint/View/4933/9586">https://Preprints.Scielo.Org/Index.Php/Scielo/Preprint/View/4933/9586</a> <a href="https://Preprints.Scielo.Org/Index.Php/Scielo/Preprint/View/4933/9586">https://Preprints.Scielo.Org/Index.Php/Scielo/Preprint/View/4933/9586</a>
	Ano:	2022
4	O Tradutor e intérprete de libras na Unioeste: da criação da central de tils à atuação na pandemia covid-19	
	Autor:	Vilmar Malacarne Camila Paula Effgen Rieger Clarice Fabiano Costa Palavissini Verônica Rosemary de Oliveira Denise Francielle Dumke de Lima Misael Lima Santos
	Nome da revista ou livro:	Educere Et Educare - Revista De Educação
	Palavras-Chave	Tils; Central De Tils; Intérpretes Na Pandemia
	Link:	<a href="https://E-Revista.Unioeste.Br/Index.Php/Educereeteducare/Article/View/29661/21126">https://E-Revista.Unioeste.Br/Index.Php/Educereeteducare/Article/View/29661/21126</a> <a href="https://E-Revista.Unioeste.Br/Index.Php/Educereeteducare/Article/View/29661/21126">https://E-Revista.Unioeste.Br/Index.Php/Educereeteducare/Article/View/29661/21126</a>
	Ano:	2022

Fonte: Nossa autoria

Primeiramente, observando as *Tabelas 02 e 03*, é importante destacar que os textos

que abordam a relação aluno surdo, intérprete e professor no ensino remoto, no recorte de tempo proposto, nesta pesquisa, são bem menos que as pesquisas que abordam o ensino presencial. Isso se torna evidente quando levamos em consideração que o ensino remoto nasce e se expande com a pandemia da Covid-19.

A análise da pesquisa envolvendo o ensino remoto registrou quatro artigos, um artigo apresentado no evento do *Fórum Nacional de Coordenadores de Núcleos de Acessibilidade*; o outro artigo publicado pela *REVASF: Revista Educação da Universidade do Vale de São Francisco*; outro artigo publicado no *Scielo*; outro publicado na *EDUCARE ET EDUCARE Revista de Educação*.

Moret e Mendonça (2022, p. 2, 3), no artigo, a *Atuação dos tradutores intérpretes de Libras no ensino remoto*, trazem questionamentos que ainda precisam de respostas, como: quais dificuldades vêm sendo encontradas por docentes e estudantes surdos? Como vem acontecendo o processo formativo desse público? Como a inclusão e acessibilidade vem sendo viabilizada? Como os alunos surdos estão sendo acompanhados pelos TILSE durante o ensino remoto? Ao falarmos de educação de surdos, precisamos destacar a importância da parceria e da atuação dos tradutores intérpretes de Libras, pois esse profissional é o elo de transmissão do conhecimento entre docentes e alunos, e a acessibilidade e a inclusão da pessoa surda só ocorrerá com o trabalho desse profissional.

No ensino remoto emergencial (ERE), é preciso pensar se os conteúdos estão sendo acessíveis ao aluno surdo, visto que os intérpretes têm muita demanda nas instituições, pois o processo formativo do estudante é indispensável a integração ao trabalho do intérprete. A formação do aluno surdo tem que ser pensada na sua especificidade, contribuindo com a igualdade educacional na modalidade do ensino remoto.

É possível perceber que a pandemia e o isolamento social foram um momento marcado por incertezas e medos que conduziram a sociedade a uma reflexão sobre as dificuldades enfrentadas pelo estudante surdo no processo de ensino-aprendizagem, porém, o caos pandêmico reflete em todo contexto educacional, sem dúvida, os impactos e prejuízos poderão ser mensurados no futuro. Moret e Mendonça (2022, p. 3) afirmam que a educação perdeu muita a qualidade com o ensino remoto.

Quando se fala da parceria entre surdo, intérprete e professor, no ensino remoto, é ainda mais necessário o acesso aos conteúdos com antecedência, apoio e preparação dos materiais, troca de experiência, feedback no processo de ensino e aprendizagem. As autoras também afirmam que os estudantes surdos acessam os conteúdos orais por meio dos serviços de tradução e interpretação e a falta desse profissional pode significar o não acesso aos conteúdos, a falta

de todos os serviços institucionais, prejudicando a vida acadêmica do estudante.

Vale a pena destacar que com o surto do vírus Covid-19 e a necessidade do isolamento social, a educação migrou para as telas de computadores e celulares e o ensino passou a ser remoto. Assim, uma nova modalidade de ensino surge, uma grande mudança de cenário, trazendo com ela indagações e inquietações, talvez a principal indagação seja se os estudantes surdos estavam sendo acompanhados pelos TILSE durante o ensino remoto, fazendo com que pesquisas como a desse artigo sejam tão necessárias.

Segundo Moret e Mendonça (2022, p. 2, 3), os impactos que o ensino remoto trouxe para a educação só poderiam ser mensurados no retorno das aulas presenciais, nesse processo de mudança, nem todos os alunos conseguiram aprender nessa modalidade, uns por não terem condições econômicas devido à necessidade de ferramentas tecnológicas; outros pela falta de habilidades que a modalidade exige; e ainda outros devido à potencialização da deficiência e das limitações e da exclusão social, quando aliada a alguma deficiência.

Quando se fala de educação inclusiva, em especial de alunos surdos, é necessário um olhar mais sensível pelas dificuldades enfrentadas, diante disso, é ainda mais necessário novas práticas, novos saberes e se faz necessário o papel que o educador desempenha nesse processo. Cada aluno surdo possui singularidades, porém, uma necessidade é comum a quase todos eles, o TILS para mediar o conhecimento, dessa forma o estudante terá acesso ao conteúdo na sua língua.

No ensino remoto, cabe a seguinte reflexão: se a educação ofertada é possível e viável aos alunos surdos? se há o contato com seus pares e com os intérpretes nas atividades? Pois esse contato é fundamental para um desenvolvimento satisfatório, além disso, é válido considerar até que ponto o ensino remoto possibilita isso. Frisamos que no período de pandemia, houve um aumento de eventos, *lives*, palestras, seminários, mas para que esses eventos alcançassem os estudantes surdos seria preciso acessibilidade em Libras.

Durante o isolamento social, a grande parte (senão a maioria) das atividades de ensino, aconteceram remotamente, por vídeo chamada e pela plataforma *google meet*, nem todas as atividades acadêmicas eram acompanhadas pelo intérprete, acarretando prejuízo ao aluno surdo, pois, muitas vezes, sozinhos não conseguiam buscar ajudas complementares. Na pandemia, os tradutores intérpretes estavam com uma demanda muito alta de trabalho, pois precisavam dispor de tempo na gravação de aulas, preparar materiais de explicação de conteúdos, atender os surdos para tirar suas dúvidas e atender os eventos institucionais.

O uso das tecnologias é importante para o ato de ensinar, é uma ferramenta para buscas de novos conhecimentos, nesse aspecto, o cuidado com a acessibilidade comunicacional

do estudante surdo deve ser priorizado, pois a aula, seja assíncrona ou síncrona, precisa ser acompanhada pelo intérprete de libras, para que o aluno surdo não seja excluído.

A escola tem a responsabilidade de se adaptar à nova realidade da educação bilíngue,

O bilinguismo é a proposta de ensino usada por escolas que se propõem a tornar acessível à criança duas línguas no contexto escolar [...] essa proposta é apontada como a mais adequada para o ensino de crianças surdas, tendo em vista que considera a língua de sinais como a língua natural e parte do pressuposto para o ensino da língua escrita (QUADROS, 1997, p.27)

Os surdos vivem em constante luta por seus direitos e por uma educação de qualidade baseada na proposta bilíngue. Levando-se em conta todas as afirmativas sobre bilinguismo, é possível afirmar que esta deve ser, sem dúvida, a proposta que deve ser implantada nas escolas no ensino-aprendizagem das pessoas surdas, pois é a única capaz de diminuir os fracassos escolares do aluno surdo, garantido seu êxito no cognitivo e nas relações sociais.

Moret e Mendonça (2022, p. 9) afirmam que na filosofia da inclusão, a sociedade deve ser capaz de atender às necessidades de seus membros e o desenvolvimento dos deficientes por meio da educação dentro do processo da inclusão e não como um pré-requisito. A educação dos surdos precisa ser repensada. A nossa responsabilidade, enquanto educadores, reside no sentido de ajudar a abrir portas, na direção de uma equidade educacional e na valorização da identidade, cultura e língua surda.

É importante ter um novo olhar sobre a inclusão, elevando aqui o bilinguismo citado pelos autores como uma proposta de ensino mais eficaz na educação dos surdos e no trabalho em equipe entre professor, tradutor intérprete de libras, tudo isso em prol do desenvolvimento do aluno surdo, o êxito educacional, em especial durante a pandemia.

Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 1, 2), em seu artigo *A atuação de tradutores e intérpretes de Libras/Língua Portuguesa no ensino remoto: uma revisão sistemática da literatura*, relatam que, levando em conta o contexto pandêmico da COVID-19 e a transição de ensino presencial para ensino remoto, a pesquisa bibliográfica nas bases de dados de indexação de artigos que foram escolhidos – Google Acadêmico, Scientific Electronic Library Online (SciELO) e o Portal de Periódicos da CAPES – visa buscar textos sobre a atuação de TILS no ensino remoto, visto que tais discussões são novas, pois na medida que estavam sendo observadas, estavam também acontecendo.

No contexto da pandemia da COVID-19, o cenário era de incertezas que impuseram

uma situação complexa, um misto de desafio e possibilidades de novas experiências na educação. O período da pandemia trouxe muitas reflexões, expôs falhas educacionais até então veladas, o lado positivo é que isso gerou discussões relevantes: as condições de trabalho do professor, sua relação com o intérprete e com o aluno surdo, e, sobretudo, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Segundo Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 2, 3), o cenário educacional foi posto a provas que acarretaram mudanças tanto nas suas funções administrativas quanto nas pedagógicas.

Em se tratando dos TILSE no âmbito educacional no contexto pandêmico caracterizado pela imprevisibilidade, novas demandas foram surgindo e esse processo transformou a dinâmica de sua atuação. Isso se deu devido à transição repentina do ensino presencial para o ensino remoto. É importante ressaltar que o ensino remoto é diferente da EaD. A diferença é que a estrutura organizacional, logística e instrumental que dá apoio ao andamento das atividades, com recursos pedagógicos e administrativos da EaD, não é a mesma do ensino remoto. O ensino remoto não possui um sistema educacional preparado, pois seu objetivo é oferecer acesso temporário aos conteúdos curriculares que seriam desenvolvidos presencialmente.

Refletir sobre esses aspectos é fundamental para os TILSE, pois sua principal função é fazer a mediação linguística dos conteúdos didáticos pedagógicos e das relações sociais entre estudantes e professores. Considerando que o ensino remoto transformou a prática pedagógica.

Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 5) fizeram um levantamento de pesquisas sobre a atuação de TILSE, levando em consideração o contexto pandêmico da COVID-19 e a transição para o ensino remoto através de uma revisão sistemática da literatura (RSL), a busca foi feita em três plataformas: Google Acadêmico, Scielo e Periódicos da CAPES, um total de 27 trabalhos que abordam a atuação dos TILSE no ensino remoto foram analisados, as pesquisas atêm-se a investigação dos TILSE sob um olhar crítico das transformações ocasionadas durante o ensino remoto. Apesar do período de investigação da pesquisa ser de 2019 a 2021, há ausência de pesquisas sobre essa temática. Por ser um assunto novo, ainda não havia tido tempo hábil para a conclusão de dissertações e teses.

Um fato que chama a atenção é que não foi encontrado nenhum artigo publicado em revistas indexadas, mesmo havendo vários dossiês de revistas durante a pandemia que abordavam o ensino remoto, é notada a invisibilidade dos tradutores e intérpretes de Libras no contexto educacional, é constatado que não há dissertações e teses nessa temática publicadas no período de investigação entre os anos de 2019 e 2021.

O presente estudo apresenta aspectos que poderão servir de contribuição para professores e para tradutores/intérpretes não só em tempos de pandemia, mas também em outros momentos oportunos, experiências multimodais no uso de ferramentas como as videochamadas usadas na realização de reuniões para formação pedagógica, contribuindo para o aprimoramento de ações e reflexões sobre novas discussões.

A pandemia da COVID-19 acarretou mudanças estruturais e comportamentais no contexto educacional, o estudo também constatou a utilidade e os benefícios dos recursos no dia a dia do trabalho, esses recursos têm mudado positivamente a atuação do intérprete.

Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 14) afirmam que a atuação dos TILSE foi transformada drasticamente, dentre essas transformações, destacam-se os entraves das plataformas digitais na transmissão das aulas, o que dificulta a interação e o *feedback* no processo tradutório.

Segundo Quadros (2004, p. 76), há fatores que devem ser levados em conta no processo de atuação:

- 1) como a mensagem está sendo interpretada (simultaneamente ou consecutivamente);
  - 2) o espaço de sinalização que está sendo usado (amplo ou reduzido de acordo com a audiência);
  - 3) fatores físicos (como iluminação e ruídos);
  - 4) feedback da audiência (movimento da cabeça e linguagem corporal);
- decisões em nível lexical, sintático e semântico.

E o ensino remoto pode comprometer ainda mais a execução desses elementos no processo de tradução. Tornando ainda mais acentuada a falta desses elementos tão essenciais. A transição do ensino presencial para o ensino remoto intensificou algumas interferências externas que, presencialmente, já existiam, por exemplo: barulhos externos, interferência familiar e ambiente sem privacidade.

As autoras ainda ressaltam outros fatores que foram a falta de *feedback* durante o processo interpretativo, muitas vezes a câmera do estudante surdo estava desligada, isso impossibilitava o contato visual do intérprete com o estudante, ou a plataforma de transmissão das aulas não permitia visualizar as expressões não-manuais do estudante surdo, outro fator que pode agravar ainda mais a situação é a quantidade de participantes e as limitações da plataforma de transmissão, o que pode influenciar nas escolhas lexicais feitas pelos TILSE.

Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 15) salientam que a atuação dos TILSE no ensino remoto é incipiente, faz-se urgente e emergente investigar esse processo, visto que a transposição do ensino presencial para o ensino remoto não só afetou a atuação desses profissionais, mas também impactou no processo de aprendizagem dos estudantes surdos.

Os autores ainda afirmam que é relevante que sejam propostos recursos para subsidiar os TILSE durante o processo interpretativo, sejam eles metodológicos, sejam estratégias tradutórias. Vale destacar, também, que as plataformas de transmissão, muitas vezes, não dão condições mínimas para atuação dos TILES. Esses fatores tornam limitante o *feedback* entre os estudantes, os professores, a parceria entre TILSE atuante e o apoio (quase inexistente), o que afeta as escolhas lexicais no decorrer do processo de transposição.

Ainda sobre a ausência de *feedback* no momento da interpretação, alguns agravantes podem dificultar o processo, é comum a câmera do aluno surdo estar desligada, o que torna impossível o contato visual do intérprete com o aluno, não conseguindo observar as expressões não-manuais desse aluno, ou isso pode acontecer também por problemas técnicos em que a plataforma de transmissão não permite uma boa visualização, também devido à quantidade de participantes ou outras limitações da plataforma, o que impacta nas escolhas lexicais no ato da interpretação.

Porém, é necessário mencionar os pontos positivos desse processo, como o acesso às aulas gravadas em momentos de estudos individuais, nos quais o surdo pode ter acesso aos conteúdos em momentos assíncronos, sendo, para o aluno surdo, um novo material de estudo.

Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 4), no artigo *Análise das percepções de TILS quanto à atuação no ensino remoto*, exploram essa temática tão incipiente e emergente. Eles buscam analisar a percepção dos TILSE quanto a atuação e os processos tradutórios diante do período pandêmico no Brasil. O estudo foi feito através de um questionário no *google forms* direcionado aos TILSE atuantes no ensino remoto no Brasil, o questionário foi divulgado online através das redes sociais nos Centro de Atendimento a Surdez (CAS), Federações de TILSE e Associações de surdos.

Segundo Martins (2020, p.251), o período pandêmico expôs as falhas educacionais trazendo discussões importantes “[...] as condições de trabalho do docente, a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, a relevância e o significado dos temas a serem abordados, o desenvolvimento de práticas pedagógicas centradas no estudante [...]”. Diante dessa realidade, todo o cenário educacional foi desafiado com grandes mudanças.

Em se tratando das estruturas das escolas inclusivas para educação de surdos no Brasil, que é formada por três indivíduos protagonistas: professor, intérprete e aluno surdo. Essa relação pedagógica tem por base, ou pelo menos deveria ter, a parceria, o respeito, a confiança e o envolvimento educacional, diante da mudança do ensino presencial para o ensino remoto é importante fazer uma reflexão de como ficou essa relação pedagógica.

De acordo com Sansão (2020, p.80), “a análise interpretativa permite o pesquisador

compreender o movimento de subjetivação e objetivação, cuja construção é dialética, uma vez que o sujeito se expressa a partir da fala, ele está objetivando sua subjetividade”. Dessa forma, a análise qualitativa interpreta o sujeito e o discurso em razão da realidade vivenciada da Covid-19.

Por volta dos anos 2019 e 2021, momento de transição do ensino presencial para o ensino remoto, poucas pesquisas abordaram esse tema, sem dúvida, por ser num primeiro momento em que todos aprenderam fazendo. É notável as contribuições das tecnologias no processo tradutório e interpretativo durante o período pandêmico. Sansão e Cruz-Santos (2022, p. 4) verificaram que as discussões sobre a atuação dos TILSE no ensino remoto são poucas, necessitando visibilidade e investigação com o objetivo de reconhecer o papel interpretativo, atuação e o processo de tradução nos moldes do ensino remoto.

Levando em conta que o ensino remoto emergencial transformou a prática pedagógica, a pesquisa dos autores buscou analisar as percepções de tradutores e intérpretes de Libras. O questionário foi dirigido aos TILSE atuantes no ensino remoto no Brasil por meio das redes sociais a fim de alcançar o maior número possível de participantes alvo, todos voluntários, a fim de fazer uma reflexão e ter uma compreensão dos entraves na atuação de TILS durante a pandemia e de se ter acessibilidade linguística na educação remota.

Os autores constataram, através de uma análise descritiva, três eixos temáticos: transmissão das aulas na modalidade do ensino remoto; avaliação da acessibilidade linguística no ensino remoto; avaliação da qualidade tradutória e interpretativa da atuação dos TILSE durante a pandemia.

Em resultado da reflexão e dos questionamentos, a maioria dos TILSE entrevistados achou que a qualidade da tradução e da interpretação se encontra como razoável no ensino remoto. Numa análise qualitativa, a maioria dos participantes informou que houve grandes mudanças das funções desempenhadas, que perpassam pelas condições técnicas, profissionais e estruturais da atuação, como a mudança de local de trabalho para uma plataforma digital, o que impactou a atuação dos TILSE; além disso, as demandas de trabalho aumentaram vertiginosamente (por exemplo, adaptação de materiais didáticos para alunos surdos). Isso sem contar a obrigatoriedade de TILSE em eventos transmitidos online, a sobrecarga de funções antes não realizadas no ensino presencial.

As funções que aumentaram com o ensino remoto impactaram significativamente o trabalho do tradutor intérprete de Libras. Segundo a percepção dos TILSE, conforme resultados apresentados na pesquisa de Sansão e Cruz-Santos (2022), as dificuldades normalmente apresentadas foram: não possuir um equipamento de trabalho muito bom no caso

um computador adequado com câmera boa, não gostar de usar o celular para interpretação das aulas, ficar muito próximo do computador, por causa do enquadramento da câmera, o que resulta em dores nos ombros e na coluna. Outra dificuldade abordada pelas autoras é a falta de profissional para revezamento, pois se um fica doente o outro tem que trabalhar sozinho, ficando sobrecarregado, dessa forma, os professores que não respeitam o tempo de aula assíncrona recomendado, falta de recurso visual nas aulas, professores que falam rápido demais, a janela de vídeo é muito pequena, comprometendo a acessibilidade. Nem todos os alunos tinham acesso a dispositivos eletrônicos e Wi-Fi. As autoras deixam claro que não é atribuição do intérprete elaborar e editar vídeos, mas era cobrado como se fosse. Além disso, os professores não tinham conhecimento sobre diferenças linguísticas e adaptações para alunos com surdez.

Em resumo, as dificuldades na atuação no ensino remoto, segundo os autores, são: carga horária demasiada; precariedade no ambiente de trabalho; gastos com equipamentos e energia; problemas de acesso à internet; problemas estruturais e técnicos; ausência de interação dos surdos nas aulas ou com os professores regentes; descaracterização da figura do TILSE de apoio; problemas de saúde advindo da atuação no ensino remoto (saúde mental, desgaste das funções ergonômicas, outros.); ausência de *feedback* dos estudantes surdos sobre o processo tradutório e interpretativo; e falta de compreensão sobre o papel do TILSE.

Os autores também destacaram os pontos positivos, dentre os quais se destacam: o uso de recursos imagéticos durante as aulas; a possibilidade de materiais didáticos, aulas, eventos e outras atividades serem gravados e armazenados para que o estudante possa acessar em outro momento como material de estudo, estes materiais poderão ser disponibilizados e poderão ter uma grande utilidade na pós-pandemia, por atender o surdo na sua própria língua; o deslocamento até o local de trabalho, tempo que pode ser aproveitado em outras atividades. É possível perceber que a maioria dos TILSE não demonstraram dificuldades para trabalhar com as ferramentas tecnológicas. Importante destacar que a competência no manuseio de instrumentos tecnológicos para atuação no ensino remoto é indispensável, visto que as atividades realizadas requerem o uso desses instrumentos. Ainda sobre os pontos positivos, os TILSE, na percepção de Sansão e Cruz-Santos (2022), relataram que houve um desenvolvimento notável com uso de material visual e ferramentas de tecnologia. A possibilidade de alcançar mais estudantes surdos com o ensino remoto.

Por fim, foi feito o questionamento sobre o *feedback* dos surdos, de acordo com o relato dos TILSE, ele tem sido negativo, considerando que eles conseguem obter pouco ou nenhum feedback durante as interpretações e traduções.

O *feedback* negativo da transposição do ensino presencial para o remoto pode estar relacionado aos seguintes fatores: os instrumentos tecnológicos utilizados nas transmissões das aulas, a plataforma utilizada; ausência ou pouca interação entre o estudante surdo e alunos/professores/TILSE; dificuldade de compreensão da sinalização realizada nas aulas gravadas por TILSE externos que desconhecem o lócus de trabalho e os estudantes surdos.

Em sua profissão, a função do TILSE é mediar os processos discursivos entre professor e aluno, almejando o aprendizado do aluno, portanto, a atuação do TILSE está atrelada à transposição intermodal. Diante dos dados da pesquisa, o que foi observado é que os TILSE acabam assumindo outras funções que não são equivalentes ao cargo pleiteado, segundo relato dos TILSE, o profissional é confundido com suas reais funções e é verticalmente imposto a ele o papel de professor. Segundo a lei nº 13.146/15, ao intérprete cabe a função de interpretar e ter a formação compatível ao nível de ensino em que atua, como mostra o §2º do inciso VI da lei.

De acordo com os par. I e II da Lei nº 13.146/15:

- I - os tradutores e intérpretes de Libras atuantes na educação básica devem, no mínimo, possuir ensino médio completo e certificado de proficiência em Libras;
- II - os tradutores e intérpretes da Libras, quando direcionados à tarefa de interpretar nas salas de aula dos cursos de graduação e pós-graduação, devem possuir nível superior, com habilitação, prioritariamente, em Tradução e Interpretação em Libras. (Brasil,2015).

Conforme Ampessam, Guimarães e Luchi (2013 p. 19-20), a atuação do TILS educacional está atrelado às questões pedagógicas que

permeiam estabelecer comunicação necessária à participação efetiva do aluno; trocar informações com o professor, relativas às dúvidas e necessidades do aluno[...]; estudar o conteúdo a ser trabalhado pelo professor regente [...]; participar da elaboração e avaliação do Projeto Político Pedagógico [...].

Para o intérprete educacional, é indissociável a interação com o professor, é fundamental haver comunicação sobre as práticas adotadas com o estudante surdo, essa mediação vai possibilitar que o estudante se sinta incluído. Para isso, é válido que na escola, os intérpretes façam parte do processo, pois, mesmo que a eles não caiba a função de ensinar, é através dessa mediação que seu trabalho poderá ser feito de forma efetiva.

Após quase 20 anos da promulgação do Decreto nº 5.626/05, mais da metade dos profissionais participantes da pesquisa, justificou a necessidade de promover a formação de TILS, que estão diretamente ligados à prática pedagógica na educação inclusiva, pois atuam diretamente no processo de ensino e aprendizagem do aluno surdo. A competência linguística

é apenas uma das seis competências fundamentais para atuação fluente de um TILSE.

No que diz respeito às aulas remotas, segundo a pesquisa dos autores, 50% dos estudantes surdos não estiveram presentes nas aulas síncronas, considerando a realidade do Brasil, as possíveis causas podem ser o uso e posse dos instrumentos tecnológicos dos estudantes em suas residências. Para Oliveira (2020, p. 2), 39% dos estudantes de escolas públicas urbanas não têm computador ou tablet em casa, e mais de 21% dos alunos acessam às aulas somente pelo celular.

A transição do ensino presencial para o remoto trouxe uma realidade diferente para os TILSE: estar trabalhando à frente de uma tela de computador durante mais de doze horas de trabalhos semanais, é exaustivo ergonômica e mentalmente. Bauk (2008, p. 15) afirma que “além de fadiga e dores musculares, os esforços estáticos repetidos e prolongados podem levar a inflamações, bainhas, e inserções tendíneas, bem como originar sintomas de degeneração articular crônica e problemas discais”.

A sobrecarga pode ocorrer seja pela utilização excessiva de determinados grupos musculares em movimentos repetitivos com ou sem exigência de esforço localizado, seja pela permanência de segmentos do corpo em determinadas posições por tempo prolongado, particularmente quando essas posições exigem esforço ou resistência das estruturas musculoesqueléticas contra a gravidade. A necessidade de concentração e atenção do trabalhador para realizar suas atividades e a tensão imposta pela organização do trabalho, são fatores que interferem de forma significativa para a ocorrência das LER/DORT. (BRASIL, 2003)

O estudo de Azevedo (2018, p. 36) mostra, a partir dos relatos dos TILSE, as condições de trabalho que se mostraram insalubres foram:

- Iluminação inadequada para a produção e visualização de sinais;
- Interpretação sem revezamento;
- Ausências de pausa para descanso;
- Trabalhar doente;
- Jornada de trabalho muito extensa;
- Sem instrumentos tecnológicos de trabalho adequados;
- Falta de apoio institucional para o reconhecimento do TILS.

Sobre o lócus de trabalho desses profissionais durante o ensino remoto, foi notado uma transformação drástica no ambiente de atuação, das salas de aula com quadros, carteiras e pincéis, a nova realidade de trabalho do TILSE passou a ser no ambiente remoto sob uma

plataforma digital. Os TILSE relataram que as plataformas podem limitar a atuação, entre as dificuldades está a visualização dos sinais durante a transmissão das aulas, a tela pode ser pequena demais, na função compartilhar tela existe a dificuldade de visualização do intérprete, pois, muitas vezes, apenas um é destacado, que normalmente é a figura do professor e não do intérprete. Os autores evidenciam, assim, que as plataformas de transmissão dificultaram a atuação desses profissionais durante o ensino remoto.

Diante dos dados apresentados por Anchieta (2018, p.36) é possível concluir que houve transformações drásticas na atuação dos TILSE durante a pandemia, essas transformações transcenderam os aspectos estruturais, perpassando pelas questões linguísticas, os elementos socioeconômicos, e, ainda, pela saúde mental. Alguns entraves foram elencados: carga horária demasiada, precariedade no ambiente de trabalho, problemas estruturais e técnicos, falta de compreensão sobre o papel do TILSE, se autoafirmar no lócus de trabalho, o que quase se torna como um elemento de resiliência dessa profissão. Por fim, o autor reflete que se faz necessário, e de caráter urgente, propor e implementar políticas públicas que contemplem a realidade de atuação desses profissionais.

Malacarne et al (2022, p. 444), no artigo *O Tradutor e Intérprete de Libras na Unioeste: da criação da central de TILS à atuação na pandemia COVID – 19*, abordam o ano de 2020, com o anúncio da pandemia da Covid-19 e a sociedade se vendo diante do desafio de mudar sua rotina de trabalho, passando a desenvolvê-la de forma remota. Nesse contexto, os TILSE tiveram o trabalho impactado, tendo que se adaptarem para atender a uma nova realidade. Como o tema do artigo de Malacarne et al (2022, p. 453, 454) sugere, diante das mudanças e de novas demandas, a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) criou a Central de TILSE para oferecer atendimento de tradução e interpretação em modalidade remota.

Os autores fazem uma rápida retrospectiva da Educação Especial ao longo dos anos, citando os movimentos que marcaram a educação especial: o de segregação, o de integração e a inclusão, que é praticada atualmente. O movimento de segregação que isolava pessoas com deficiência em instituições de educação especial era visto como uma oportunidade educacional. O movimento de integração surge na década de 1970 e vem trazendo questionamentos em relação a segregação. Por volta da década 1980, começaram a surgir críticas ao movimento de integração, pois ele apenas inseria esses alunos em classes de aula regulares e não levava em conta a qualidade do ensino oferecido. A partir de 1990, inicia o movimento de inclusão que tem como objetivo proporcionar acessibilidade aos estudantes com deficiência, fazendo as adaptações necessárias que, por sua vez, é função da escola. Como pode-se observar, a educação

especial vem se modificando e avançando com o passar dos anos, passando por várias etapas, vem aumentando seu público e ampliando seu papel de garantir o ingresso e permanência do estudante pessoa com deficiência na educação.

Em 2008, como um marco para inclusão e acessibilidade, foi criada a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, oficializada pela Portaria Ministerial nº555, de 5 de junho de 2007. Essa política

[...] tem como objetivo o acesso, a participação e a aprendizagem dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas escolas regulares, orientando os sistemas de ensino para promover respostas às necessidades educacionais especiais (BRASIL, 2008, p. 10)

A Lei mais atual voltada à pessoa com deficiência é a Lei nº 13.146, de 06 de junho de 2015, instituindo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Malacarne et al (2022) apresenta o trabalho do profissional TILSE no ensino superior em dois vieses: o trabalho presencial do intérprete na Universidade Estadual do Oeste do Paraná e o trabalho do intérprete em período remoto no ano de 2021 durante a pandemia da Covid-19. O trabalho é realizado por esses profissionais no Programa Institucional de Ações Relativas às Pessoas com Necessidades Especiais conhecido também como Programa de Educação Especial (PEE), da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste). Desde o ano de 1997, o programa desenvolve um trabalho de atendimento educacional especializado. A equipe de trabalho é composta por profissionais Tradutores e Intérpretes de Libras - Língua Brasileira de Sinais (TILS) e professores de Atendimento Educacional Especializado (AEE).

No campo da surdez, os TILS acompanham o aluno surdo nas aulas e ao fazer as provas, acompanham também professores surdos fazendo a interpretação direta nas aulas de Libras, eventos e demais demandas que precisem de atendimento. Esta postura institucional colocou a Unioeste como uma das primeiras Universidades no Brasil a fazer de forma efetiva o atendimento para acadêmicos surdos.

Fazendo uma análise dos editais de seleção, desde o ano de 2005 até o mais recente, é possível perceber que houve alterações nos editais, na primeira seleção, a exigência era que o candidato tivesse conhecimentos na área de Fundamentos da Educação. Na segunda seleção, no ano de 2008, o intérprete tinha que ter curso de Licenciatura e certificado de nível superior do PROLIBRAS/MEC ou o certificado emitido Secretária Estadual do Estado do Paraná (SEED) ou pela Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos - (FENEIS) ou curso de Libras com 150 horas ou experiência de 6 meses como intérprete. Na terceira seleção, passou

a ser Agente Universitário com exigência de Licenciatura. Entre 2018 e 2020, a função deixou de ser de mediação para se tornar docência ao estudante surdo.

Portanto, a sociedade se encontra em um contexto da pandemia da Covid-19, trazendo em todo ensino incluindo o acadêmico. Na Unioeste, criou-se a Central de Intérpretes com o objetivo de dar suporte a todas as demandas da universidade, não só nas salas de aula. Esse contexto causou mudanças relevantes no funcionamento das atividades que baseiam os pilares da universidade: o ensino, a pesquisa e a extensão. Com base na Resolução da SESA Nº1129/2020, artigo 1º, a Unioeste concedeu o regime de teletrabalho aos profissionais, segundo segue:

Art. 1º Estabelecer de forma excepcionalíssima o regime e a rotina de trabalho de todos os servidores que atuam nos Órgãos e Entidades da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Paraná, para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da COVID-19 (PARANÁ, 2020, s/p).

Com o ERE foi preciso pensar na inclusão de todos os estudantes, principalmente, o estudante pessoa com deficiência, tornando o formato das aulas acessíveis. Assim, com o auxílio digital, os acadêmicos se conectam aos docentes e ao aprendizado. No caso do acadêmico surdo, esse processo requer mais no contexto da educação inclusiva, é necessário que o intérprete se faça presente nas aulas remotas, vale lembrar que o trabalho do TILS não é apenas “sinalizar”, mas também estruturar e organizar a interpretação para uma língua visual, Libras, isso demanda um esforço tanto cognitivo quanto físico.

Essa nova realidade fez com que acontecessem mais reuniões multilíngues através de plataformas na internet. O PEE precisou de organizar para atender as solicitações dos Intérpretes de forma remota, quando se trata do desenvolvimento e o aprendizado do estudante surdo está diretamente ligado ao desenvolvimento do intérprete, tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto.

Com a necessidade do ensino remoto, foi preciso se apropriar de novas adaptações e protocolos variados, para oferecer o acesso ao ensino remoto e a inclusão das tecnologias e dos recursos tecnológicos. A criação de uma central para receber as solicitações dos docentes, coordenação, direção, da interpretação das aulas da graduação e da pós-graduação e demais atividades e projetos garantem a acessibilidade em Libras.

A ação da Central de Intérpretes de Libras na Unioeste se dá por meio de agendamentos prévios ou de forma emergencial quando os TILSE têm disponibilidade. As solicitações das demandas são encaminhadas via e-mail. Um profissional fica responsável pela organização da tabela de agendamentos e de comunicar as demandas que surgem.

A organização da Central de Libras com interpretação em tempo real de forma remota ajudou a estabelecer a comunicação entre ouvintes e surdos, promovendo a inclusão e acessibilidade e dando, aos estudantes surdos, mais autonomia e segurança com sua demanda de estudo. Outro ponto muito positivo com a Central de TILSE foi que a Libras recebeu mais visibilidade por ter alcançado maior abrangência com eventos on-line.

A Central de TILSE é, de fato, uma iniciativa muito interessante que deve ter contribuído para organização das demandas e agilidade do atendimento, uma ideia que poderia ser acatada por outras instituições.

Em resultado da análise do artigo em questão, percebemos que o profissional TILSE precisa ser três em um: tradutor, intérprete e pesquisador, pois precisa planejar, organizar para interpretar e buscar trocas com outros intérpretes e estratégias de sinais. Para Marques (2020, p. 14) “a atuação de intérpretes de qualquer língua pode acontecer tanto *in situ*, a distância ou de forma remota”, na interpretação remota é necessário meios audiovisuais. Dessa forma, ter acesso prévio aos materiais que serão utilizados nos trabalhos seja presencial ou remoto é determinante para a boa atuação do intérprete, pois sua competência interpretativa e linguística depende disso.

Vale conscientizar que o acesso prévio aos materiais é a base teórica para a preparação e estudo do TILS, visto que em vários momentos ele é designado para interpretar conteúdos de diferentes áreas, tendo que utilizar da sua bagagem de conhecimento ou até de improvisos. Em um contexto de interpretação, a subcompetência estratégica ocupa um papel central na preparação da interpretação organizando com gerenciamento e garantindo a eficácia do processo.

Entretanto, a interpretação à distância, com uso das tecnologias como ferramentas auxiliares, se intensificou com a pandemia. Outros fatores relevantes no trabalho do intérprete são: ter acesso prévio ao material que será abordado, independente se o trabalho será remoto ou presencial. A atuação é em dupla, antes e durante o processo, pois o ato tradutório exige complexidade cognitiva, é um processo de coordenação de esforços. Para que o profissional realize um trabalho de qualidade tanto cognitivo quanto físico, o trabalho em dupla é indispensável, atuando por meio de revezamento, para melhor qualidade da interpretação e para prevenir possíveis doenças.

Com o ensino remoto, com a necessidade de assegurar acessibilidade linguística ao surdo, foi indispensável a presença do TILSE nessa modalidade remota, o que prejudicou a relação próxima entre intérprete e aluno surdo, sendo este, muitas vezes, o único contato com sua língua. Portanto, no formato do ensino remoto, emergencial, profissionais e estudantes se

tornaram reféns da tecnologia. A pandemia trouxe, além do isolamento social, gastos que no ensino presencial ficavam no segundo plano, como adquirir computador ou ampliar cobertura de internet, em contrapartida, houve economia com transporte e alimentação na rua.

Segundo os autores, o trabalho de tradução e interpretação se faz presente em todas as atividades do ensino, da pesquisa e da extensão, em atividades administrativas no âmbito da instituição e nos mais diversos projetos. Outro fator que colocou o trabalho dos TILS em evidência foram as *lives*, em tempos de pandemia com isolamento social, barreiras de uma minoria linguística foram quebradas.

Por fim, pode-se observar, no contexto do ensino remoto, pontos positivos e negativos sobre a atuação dos TILSE, positivos: a flexibilização de horário e convocação para trabalho a qualquer tempo; e negativos: o profissional estar disponível e atento o período todo do dia, até mesmo fora de seu horário de trabalho.

O surdo conquistou novos espaços de estudo e de trabalho, junto com eles os TILSE também ampliaram sua área de atuação. Com a demanda cada vez mais crescente, surge a necessidade desse profissional buscar qualificação e o reconhecimento tão merecido da profissão. É necessário se qualificar para mediar uma comunicação clara, usando recursos adequados e boas estratégias tradutórias, pois o processo de traduzir e interpretar é um trabalho complexo que envolve vários desdobramentos.

Portanto, levando-se em conta que essa profissão ainda tem muito a se desenvolver, percebe-se a necessidade de várias mudanças na atuação dos TILSE. Assim, é possível concluir que o trabalho do TILSE é árduo e complexo, muitas vezes, as falhas ocorrem por fadiga mental, tanto no trabalho presencial quanto no remoto, sendo o remoto mais desafiador e acumulando mais aprendizados.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo dessa pesquisa foi analisar, através de pesquisa bibliográfica, a atuação dos TILSE entre os anos de 2005 e 2022. Foi analisado a profissão TILSE, a sua atuação na interação e mediação entre surdo, intérprete e professor no ensino presencial e remoto. Buscou-se observar como se deu o impacto da exposição do intérprete como profissional por meio do ensino remoto em dois contextos: síncrono e assíncrono. Foi feita uma investigação das políticas educacionais e o que elas propõem para a profissão de TILSE e o que a legislação determina. Através dos artigos científicos analisados, constatou-se como tem se dado, na prática, a interação do profissional TILSE, professor e aluno surdo.

Nesta dissertação foram trabalhadas temáticas relevantes envolvendo intérprete, professor e aluno surdo, como: conceitos e distinções sobre a atuação dos TILSE; modalidade de ensino presencial e remoto; fatos históricos que auxiliam na atuação desse profissional; o percurso de trabalho e as experiências dos tradutores e intérpretes de Libras; a necessidade de mais investimentos na formação desses profissionais; o reconhecimento da profissão; e a parceria entre professor e intérprete.

Ademais, este estudo trouxe como objetivo principal apresentar um panorama importante de produções acadêmicas, artigos desenvolvidos por pesquisadores que estão diretas ou indiretamente envolvidos com a causa. É importante compartilhar conhecimentos em trabalhos como este, mostrando a evolução na trajetória dos TILSE, as lutas, os avanços e as conquistas, o que marcou o período pesquisado, pois elementos históricos servem como ponto de partida para novas pesquisas na área.

As análises feitas nos artigos, tanto na *Tabela 02* quanto na *Tabela 03*, é interessante notar que os problemas identificados pelos autores dos artigos analisados, quase sempre são os mesmos, eles abordam de diferentes formas as mesmas dificuldades enfrentadas, eles ecoam numa só voz a busca por dias melhores na educação dos surdos, mostram os caminhos percorridos pelo profissional tradutor intérprete de Libras. Assim como a história dos surdos que é marcada por muita luta, a trajetória dos TILSE não poderia ser diferente, visto que o reconhecimento do tradutor intérprete é uma grande conquista para a comunidade surda, pois garante que o direito linguístico dos surdos seja respeitado, tornando os ambientes acessíveis aos surdos.

No ensino presencial, desde que esse profissional passou a atuar, em especial no ambiente educacional, que é o foco desta pesquisa, muitos questionamentos surgiram: como as dificuldades enfrentadas na interação na sala de aula entre intérprete, aluno surdo e professor;

e os aspectos envolvidos que estão para além do processo de ensino aprendizagem. Como analisado nos artigos selecionados, as relações pessoais, os valores e as práticas que estão envolvidos na atuação do TILSE em sala de aula, o papel que cada um desenvolve nessa parceria, todos esses fatores são importantes e necessários, porém, podem causar atritos e ruídos.

Pode-se perceber, a partir das análises apresentadas, que é importante que cada indivíduo envolvido no processo de ensino aprendizagem cuide da parte que lhe cabe, respeitando a atuação do outro. A atuação do intérprete visa promover a acessibilidade linguística tornando os conteúdos compreensíveis e com sentido para o aluno. A interpretação vai além de aspectos gramaticais e linguísticos, ela se estende ao campo cultural e social. No processo de ensino-aprendizagem, é preciso que o professor assuma a responsabilidade por seu aluno surdo, pois é ele quem domina os conceitos científicos e as estratégias de ensino. A função de cada um tem que estar bem clara e definida, ao intérprete não cabe a tarefa de ensinar, embora ele chegue muito próximo a esse processo e isso, às vezes, pode ser confundido, quem está capacitado para ensinar é o professor, é preciso ter o cuidado de não atribuir ao intérprete uma função que não é a sua, respeitando sua área de formação. Independente se o trabalho será remoto ou presencial, é necessário ao intérprete ter acesso prévio ao material que será abordado e que a atuação seja em dupla.

O ensino remoto trouxe pontos positivos e pontos negativos sobre a atuação dos TILS. Entre os pontos positivos estão: a flexibilização de horário e convocação para trabalho a qualquer tempo. Entre os pontos negativos estão: a iluminação inadequada para a produção e visualização de sinais; a interpretação sem revezamento; a falta de instrumentos tecnológicos de trabalho adequados; e a falta de apoio institucional para o reconhecimento do TILS. Porém, pesquisas nesta área ainda são muito esparsas e essa temática carece investigação.

A análise dos artigos da *Tabela 3*, sobre o trabalho dos TILSE no ensino remoto, levanta uma discussão sobre uma demanda nova que surge, a necessidade de um laboratório e equipamentos adequados para o trabalho de tradução e interpretação no contexto educacional do ensino remoto em todos os níveis de ensino, tanto na educação básica e em especial no ensino superior, pois, muitas universidades adotaram o ensino híbrido, onde se tem as duas modalidades o ensino presencial e o ensino remoto. O ensino remoto mesmo na pós-pandemia permanece, tornando-se mais uma modalidade de ensino. Hoje, com o ensino remoto, tornou-se uma necessidade nas universidades, um laboratório equipado com câmera profissional, iluminação, fundo de *cromaqui* etc. Em suma, um ambiente que possibilite o trabalho do intérprete.

Devido a relevância do tema tratado nesse artigo e a necessidade e a urgência de se falar mais sobre os desafios que o ensino remoto trouxe e quais estratégias usadas para lidar com ele é emergente destacar o artigo *O Tradutor e Intérprete de Libras na Unioeste: da criação da Central de TILS à atuação na pandemia covid-19* que traz uma abordagem muito importante sobre a organização tecnológica do espaço que a universidade tem que ter para o intérprete realizar esse trabalho que hoje é considerado tecnológico. Isso aconteceu na pandemia, mas, atualmente, o que se observa é que as universidades não estão prontas, não há um espaço tecnológico que possibilite que o intérprete realize seu trabalho de forma efetiva.

Após a leitura dos artigos foi possível perceber que o papel dos tradutores intérpretes que atuam em instituições de ensino superior mudaram, mas também é preciso que para atender a essas mudanças haja uma adaptação, como centrais de intérpretes, materiais tecnológicos, rede de interpretação. A partir dessas adaptações é possível que o intérprete consiga realizar seu trabalho, além disso, também se faz necessária uma formação continuada em cursos de tecnologia. Na análise dos artigos envolvendo o contexto do ensino remoto, conclui-se, assim, que houve uma mudança no papel do intérprete e as instituições precisam acompanhar essa mudança.

A legislação obrigou as instituições a garantir o acesso à comunicação e a outros direitos dos surdos, os profissionais da tradução e interpretação evoluíram melhor através de cursos oferecidos e da ampliação das formações para esse público, há autores que defendem que a formação desses profissionais está ligada aos movimentos surdos e destacam a importância das políticas linguísticas nesse processo.

As Políticas de Tradução e Interpretação para os profissionais TILSE devem promover empoderamento para que as reflexões acerca do tema para que tenham um lugar de destaque dentro dos Estudos da Tradução e a evolução da formação dos TILSE deve ser tratada com respeito e reconhecimento do uso da Libras como primeira língua da comunidade surda. O Decreto nº 5.626/05 foi um marco na história das pessoas com surdez, a profissão dos TILSE passou a ter outro status, demandando a necessidade de formação acadêmica na área, com isso muitas pesquisas foram surgindo, passando a contribuir com os avanços da profissão.

Os artigos analisados, tanto no ensino presencial quanto no ensino remoto, mostram que estratégias de planejamento poderiam ser criadas para minimizar as barreiras existentes entre os sujeitos dessa pesquisa, as relações entre intérprete, professor e alunos surdos merecem e precisam de mais atenção e carecem de um trabalho em equipe por parte de todos os envolvidos, no qual intérpretes deveriam ser incluídos a participar do planejamento escolar, no processo pedagógico, e os professores deveriam estar mais próximos de seus alunos surdos,

buscando conhecer a língua desse aluno num esforço de se comunicar com ele.

Segundo Martins (2016, p.159) “A escrita como exercício de meditação e de reflexão, não é algo que deve ser findado em si leva-nos, com isso, a entender que um texto se abre para outros, e que o exercício da escrita reflexiva é permanente”.

Por fim, a partir de estudos como este, é possível contribuir com sugestões de demandas para criar políticas voltadas para a profissão dos Tradutores Intérpretes de Língua de Sinais Educacional (TILSE), com leis e aparatos legais que consolidem suas lutas, fortalecendo esses profissionais e, conseqüentemente, a comunidade surda.

## REFERÊNCIAS

- ADORNO, Theodor W. Notas marginais sobre teoria e práxis. Trad. Maria Helena Ruschel. **Palavras e sinais: modelos críticos**, 2, 202-229, 1969.
- ADRIANO, N. de A. **Sinais Caseiros: uma exploração de aspectos linguísticos**. 2010. 100 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.
- AGUIAR, Silvana. **Intérprete de Língua Brasileira de Sinais: um estudo sobre as identidades**. Florianópolis, 2006.
- ALBRES, Neiva de Aquino; RODRIGUES, Carlos Henrique. As funções do intérprete educacional: entre práticas sociais e políticas educacionais. In **BAKHTINIANA - Revista do estudo do discurso**, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtpNkvwskKLQD5mb5ZK/?lang=pt> <https://www.scielo.br/j/bak/a/xqrhbtpNkvwskKLQD5mb5ZK/?lang=pt>
- AMPESSAN, João P.; GUIMARÃES, Juliana S. P.; LUCHI, Marcos. **Intérpretes Educacionais de Libras: orientações para a prática profissional**. 1ª edição. Florianópolis: DIOESC, 2013.
- ANCHIETA, Ester Vitória Basílio. Bastidores da inclusão: a relação educacional professor – aluno surdo – intérprete de libras, In: **RevistAleph**, 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/39309-Texto%20do%20Artigo%20sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o-131640-1-10-20191209.pdf> <file:///C:/Users/Samsung/Downloads/39309-Texto%20do%20Artigo%20sem%20Identifica%C3%A7%C3%A3o-131640-1-10-20191209.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2023.
- AZEVEDO, L. M. C. **Saúde Ocupacional e Ergonomia na atuação do Tradutor Intérprete de Libras**. UFSC. 2018
- BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV). **Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 13 ed. São Paulo: Hucitec, 2009 [1929].
- BAUK, Douglas A. **Temas de ergonomia para médicos do trabalho**. 2 ed. Niterói: Nitpress, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 10.436 de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o artigo 18 da Lei Nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Ministério da Educação, 2002.
- BRASIL. **Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010**. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 01 setembro de 2010.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da pessoa com deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência).

BRASIL. **Decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

**Portaria Ministerial nº555 de 2007**. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

**Resolução SESA Nº1129**, de 21 de setembro de 2020. Disponível em:  
<https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/>. Acesso em: 10 jul.2022.

CASSIANO, Paulo Victor. O papel do interlocutor de Libras nas escolas públicas do estado de São Paulo. **Revista Virtual de Cultura Surda**, 19. ed. p.1-17, set. 2016.  
Disponível em: [http://editora-arara-azul.com.br/site/revista\\_edicoes/detalhes/55](http://editora-arara-azul.com.br/site/revista_edicoes/detalhes/55). Acesso em: 18 jul. 2017.

DUARTE, Livia Alves; CRUZ; Renata Cristina Vilaça; FARIA, Juliana Guimarães. Formação de tradutores e intérpretes de Libras-Português: visão dos profissionais em atuação no mercado de trabalho. In **Belas e Infieis**, 2021 Disponível em:  
<https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfieis/article/view/33388/29597> Acesso em 23 de maio de 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 82º, 2018.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?:** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

GIL, Antônio Carlos, **Como elaborar projetos de pesquisa** - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais, **Revista de Administração de Empresas**. Fundação Getúlio Vargas, 1995.

GUALBERTO, Cristiano Garcez; FARIAS, Juliana do Nascimento; COSTA, Vanderlei Balbino da. Aspectos históricos da formação do intérprete educacional de língua brasileira de sinais. In **CONEDU**, 2017. Disponível em:  
[http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA11\\_ID9786\\_14102017165645.pdf](http://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA11_ID9786_14102017165645.pdf) Acesso em: 23 de mai de 2023.

HONORA, M; FRIZANCO, M. L. E. **Esclarecendo as deficiências**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.

JORDÃO, U.V. **O que dizem os intérpretes de Libras do Sudeste Goiano sobre formação e atuação** [Dissertação de Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos], 2013.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **O intérprete Educacional de língua de sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A.C.B et al. Letramento e Minorias. 2ª edição. Mediação, Porto Alegre: 2003.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. A inclusão escolar de alunos surdos: o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experienciam. In **SCIELO BRASIL** - Cadernos CEDES, 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBnBcFc/?format%20=pdf&lang=pt> Acesso em: 27 de maio de 2023.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Tradutores e Intérpretes de Língua Brasileira de Sinais: Formação e atuação nos espaços educacionais inclusivos. **Revista Cadernos de Educação**. Dez., vol. 36, p.133-153. Pelotas: Editora da UFPel. ISSN 0104-1371, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Editora Mediação, Rio Grande do Sul, 2017.

LACERDA, Cristina B.F de; GURGEL, Taís M. A. **Perfil de tradutores-intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil**. Rev. Bras. Ed. Esp., Marília, v.17, n.3, p.481-496, Set.-Dez., 2011.

LACERDA, Cristina B.F de; POLETTI, Juliana E. **A Escola Inclusiva Para Surdos: A situação singular do intérprete de Língua de Sinais**. Educação Especial N° 15 S/D, 2004.

LACERDA, C.B.F. **O intérprete educacional de Língua de Sinais no Ensino Fundamental: refletindo sobre limites e possibilidades**. In: LODI, A.C.B; HARRISON, K.M.P; CAMPOS, S.R.L; TESKE, O.(orgs). Letramento e minorias. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2003. p. 120-128.

LIMA, E. S. **Discurso e Identidade: um olhar crítico sobre a atuação do(a) intérprete de Libras no ensino superior**. Dissertação de Mestrado em Linguística. Universidade de Brasília: Brasília, 2006.

MALACARNE, Vilmar et al. O Tradutor e intérprete de libras na Uniãoeste: da criação da central de TILS à atuação na pandemia covid-19, *In Educere Et Educare - Revista De Educação*, 2022. Disponível em: <https://E-Revista.Unioeste.Br/Index.Php/Educereeteducare/Article/View/29661/21126> Acesso em: 23 de mai de 2023.

MARQUES, Raphael Freire. **Interpretação Remota Durante a Pandemia do Coronavírus: Um relato de experiência de interpretação no ensino superior**. TCC (Graduação) -UFSC. Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/219788>. Acesso em 10 jul 2022.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de linguística**. São Paulo: 2008.

MARTINS, Vanessa Regina de Oliveira. Tradutor e intérprete de língua de sinais educacional: desafios da formação. In **Belas Infiéis**, 2016. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/belasinfiéis/article/view/11374/10011>. Acesso em: 23 de mai de 2023.

MARTINS, Ronei X. A. covid-19 e o fim da Educação a Distância: um ensaio. **Revista de Educação a Distância**, v.7, nº 1, p. 242-256, 2020.

MORET, Márcia Cristina Florêncio Fernandes; MENDONÇA, João Guilherme Rodrigues, Atuação Dos Tradutores Intérprete De Libras No Ensino Remoto. In **Fórum Nacional De Coordenadores De Núcleos De Acessibilidade Da Rede Profissional Tecnológica**, 2022.

Disponível em: <https://Publicacoes.Ifsc.Edu.Br/Index.Php/Enierpt/Article/View/3200/2635>  
Acesso em 23 de mai de 2023.

NASCIMENTO, Maria Gomes de Araújo. A inserção de alunos surdos nas escolas regulares. In **REDES** - Revista Educacional de Sucesso, 2022. Disponível em:  
<https://facsu.edu.br/revista/wp-content/uploads/2022/02/1.pdf> Acesso em 23 de mai de 2023.

OLIVEIRA, Elida. Portal G1, Educação. **Quase 40% dos alunos de escolas públicas não têm computador ou tablet em casa.** 2020. Disponível em  
<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dosalunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>"<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2020/06/09/quase-40percent-dosalunos-de-escolas-publicas-nao-tem-computador-ou-tablet-em-casa-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 28 ago 2020.

PACTE. **La competencia traductora y su adquisición.** Quaderns. Revista de Traducció 6, p. 39-45, 2001.

PAGURA, R. J. Tradução & interpretação. In: AMORIN, L. M.; RODRIGUES, C.C., and STUPIELLO, ÉNA, orgs, **Tradução & perspectivas teóricas e práticas** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, p. 183-207. ISBN 978-85-68334-61-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

PEREIRA, Osmar Roberto. Alunos Surdos, Intérpretes de Libras e Professores. Atores em contato na Universidade. **Cadernos de Tradução** v.12, n.24, p. 73-76,2013. Disponível em:  
<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/cadenosdeeducacao/issue/view/296>.

PÖCHHACKER, Franz. Interpreting as mediation. In: VALERO-GARCÉZ, Carmen; MARTIN, Anne (ed.). **Crossing borders in community interpreting: definitions and dilemmas.** Philadelphia: John Benjamins, 2008.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.

\_\_\_\_\_. **O tradutor Intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa.** Secretaria de Educação Especial, Programa Nacional de Apoio e a Educação de Surdos, Brasília: MEC 2004.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. **Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos.** ArtMed: Porto Alegre, 2004.

RONDINI, Carina Alexandra; PEDRO, Ketilin Mayra; DUARTE, Cláudia dos Santos. **Pandemia da COVID-19 e o ensino remoto emergencial: mudanças na prática pedagógica.** Interfaces Científicas. Educação. Número Temático - vol. 10 n. 1, 2020.

ROSA, Andréa da Silva. **Entre a visibilidade da tradução da língua de sinais e a invisibilidade da tarefa do intérprete.** Campinas-SP: Editora Arara Azul, 2008.

RODRIGUES, Cássio. **A abordagem processual no estudo da tradução: uma meta-**

**análise qualitativa.** Cadernos de Tradução, n.10. Florianópolis: Editora UFSC, 2002.

SANSÃO, Welbert V. S. **O ensino da geometria plana.** Uma análise do desenvolvimento do pensamento teórico de Surdos em situações desencadeadoras de aprendizagem 2020. 133f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2020.

SANSÃO, Welbert Vinícius de Souza; CRUZ-SANTOS, Anabela. Atuação de tradutores e intérpretes de libras/língua portuguesa no ensino remoto: uma revisão sistemática da literatura. *In Revasf: Revista Educação Da Universidade Do Vale Do São Francisco*, 2022a. Disponível em:

<https://Repositorium.Sdum.Uminho.Pt/Bitstream/1822/81835/1/Sans%C3%A3o%20%26%20cruz-Santos%202022.Pdf>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

SANSÃO, Welbert Vinícius de Souza; CRUZ-SANTOS, Anabela. Análise das percepções de TILS quanto à atuação no ensino remoto. *In Scielo Preprints*. 2022b. Disponível em: <https://Preprints.Scielo.Org/Index.Php/SciELO/Preprint/View/4933/9586> Acesso em: 23 de maio de 2023.

SANTOS, Lara Ferreira do, Relações mediadas: a formação do intérprete educacional no contexto da educação de surdos. *In PKP - Periódicos.fclar.unesp.br*, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/13485/12615> Acesso em: 23 de maio de 2023.

SANTOS, Lara Ferreira dos; LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de. Atuação do intérprete educacional: parceria com professores e autoria. *In Cadernos de Tradução*, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505>"<https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/2175-7968.2015v35nesp2p505> Acesso em: 23 de maio de 2023.

SANTOS, O.P. Travessias Históricas Do Tradutor/Intérprete De Libras: De 1980 A 2010. *In: Artíficos*. Revista do Difere. v. 2. n. 2, 2012. Disponível em: <http://www.artificios.ufpa.br/Artigos/ozivan.pdf> Acesso em: 23 de maio de 2023

SANTOS, S. A. dos. **Tradução e Interpretação de Língua de Sinais:** deslocamentos nos processos de formação. 2010. Cadernos de Tradução, 2(26), p. 145-164.

SÁ, N.R.L.de. **Cultura, Poder e Educação de Surdos.** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SKLIAR, C. (Org). **A educação para os Surdos entre a Pedagogia Especial e as Políticas para as Diferenças.** *In:* Desafios e Possibilidades na Educação Bilíngue para Surdos. SEE/ INES. Rio de Janeiro: INES, 1997b.

TUXI, P. **A atuação do Intérprete educacional no ensino fundamental.** Dissertação de mestrado em educação. Universidade de Brasília: Brasília, 2009.